

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

**UMA HISTÓRIA DE REFÚGIO:
NARRATIVAS DE TRÊS IRMÃS NEGRAS DO
CONGO NO DISTRITO FEDERAL**

Autora: Camila Abreu dos Santos

Brasília, 2018.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

**UMA HISTÓRIA DE REFÚGIO:
NARRATIVAS DE TRÊS IRMÃS NEGRAS DO
CONGO NO DISTRITO FEDERAL**

Autora: Camila Abreu dos Santos

Dissertação apresentada ao Departamento
de Sociologia da Universidade de
Brasília/UnB como parte dos requisitos
para a obtenção do título de Mestre.

Brasília, abril de 2018.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**UMA HISTÓRIA DE REFÚGIO:
NARRATIVAS DE TRÊS IRMÃS NEGRAS DO CONGO NO
DISTRITO FEDERAL**

Autora: Camila Abreu dos Santos

Orientadora: Doutora Maria Francisca Pinheiro Coelho (SOL/UnB)

Banca: Professor Doutor Joaze Bernardino Costa (SOL/UnB)

Professora Doutora Délia Dutra da Silveira Margalef
(CEPPAC/UnB)

Professora Doutora Sayonara de Amorim Gonçalves
Leal - Suplente (SOL/UnB)

Para as moças do Congo, que tornaram esse trabalho possível;

Para meu avô, meu maior exemplo de migrante.

AGRADECIMENTOS

À Maria Francisca, minha orientadora, por sempre ter confiado em mim, me acompanhando desde a graduação e me fazendo acreditar no meu potencial, muitas vezes desacreditado por mim.

À irmã Rosita, do IMDH, pela oportunidade de me aproximar das histórias de mulheres migrantes e refugiadas.

À Rita, Melissa e Laura pelas histórias compartilhadas, pelo carinho e pela confiança.

Aos meus pais, Sílvia e Raul, pelo amor inexplicável, pela leveza do dia-a-dia e por tornarem o nosso lar o melhor abrigo.

Aos meus irmãos queridos, Carolina e Rogério, pelo apoio de sempre. Nesse caso, em especial à Carol, que leu minha dissertação, corrigiu, opinou e me trouxe segurança.

Ao meu benzinho Renato Bravo por estar presente em todas as fases da produção da dissertação, opinando sobre e discutindo o tema, ouvindo meus prantos, meu pessimismo e minhas angústias. Agradeço o incentivo, o carinho, o cuidado e as horas compartilhadas.

À Vanessa, mulher e amiga especial, que me ajudou na escolha do curso do Mestrado, me acompanhou e me incentivou em todos os momentos, com sua calma e tranquilidade acolhedoras.

À Elaine, minha querida amiga, pelo apoio e pela disposição de sempre nas revisões.

À Livia, minha malunga, pelos momentos compartilhados na biblioteca.

Aos meus amigos pela torcida e apoio, em especial, à Ana Rita, ao Mário e ao Rogério.

RESUMO

O objeto dessa dissertação consiste nas narrativas de três irmãs nacionais da República Democrática do Congo, solicitantes de refúgio, negras, de baixa renda e residentes no Distrito Federal. De Kinshasa, capital do Congo, ao Distrito Federal, as irmãs percorreram caminhos e histórias de violência, perseguição política, fuga, cerceamento de direitos humanos e de rupturas condicionadas pelo deslocamento forçado como condição de sobrevivência. Compreender como essas três mulheres interpretam e explicam a experiência do processo migratório constituiu o objetivo do presente estudo e, para tanto, foi metodologicamente organizado em duas partes principais. A primeira parte diz respeito à interpretação que fazem do processo de deslocamento forçado, abordando os momentos antes da fuga; o ato de fugir; e a chegada e a adaptação ao país de acolhida. Os elementos que se destacaram nessa parte foram: i) rupturas e transformações; ii) traumas, medos e revolta; iii) busca por estabilidade e adaptação; e iv) expectativas para o futuro. A segunda parte leva em conta as situações vividas no processo de interação e integração delas no Brasil, com base na análise da intersecção das categorias de gênero, raça, classe, status migratório (refugiadas) e nacionalidade. Observou-se que tais categorias impactam em termos de desigualdades. Por outro lado, a categoria de nacionalidade foi considerada um elemento que desperta curiosidade e não tratamento desqualificador. Tratou-se de pesquisa com foco na dimensão subjetiva, sem negligenciar o contexto macro-estrutural dos processos históricos, econômicos e culturais, o qual permeia e molda os caminhos e experiências pessoais.

PALAVRAS-CHAVE: migração forçada, congolesas, narrativa, trajetória migratória, interseccionalidade.

ABSTRACT

The object of this dissertation consists on the narratives of three sisters from the Democratic Republic of the Congo, asylum seekers, black, low-income and residents in Federal District. From Kinshasa, the capital of Congo, to the Federal District, the sisters traveled along paths and histories of violence, political persecution, escape, human rights abatement and ruptures conditioned by forced displacement as a condition of survival. Understanding how these three women interpret and explain the experience of the migratory process was the objective of the present study and, for that, it was methodologically organized in two main parts. The first part concerns the interpretation they make of the forced displacement process, addressing the moments before the escape; the act of escaping; and the arrival and adaptation to the host country. The elements that stood out in this part were: i) ruptures and transformations; ii) traumas, fears and revolt; iii) search for stability and adaptation; and iv) expectations for the future. The second part takes into account the situations experienced in the process of interaction and integration in Brazil, based on the analysis of the intersection of the categories of gender, race, class, migratory status (refugees) and nationality. It was noted that such categories impact in terms of inequalities. On the other hand, the category of nationality was considered an element that arouses curiosity and not disqualifying treatment. This research focused on the subjective dimension, without neglecting the macro-structural context of historical, economic and cultural processes, which permeates and shapes personal paths and experiences.

KEY WORDS: forced migration, Congolese women, narrative, migratory trajectory, intersectionality.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
Conhecendo uma história de refúgio	1
Os caminhos da pesquisadora: encontros, escolhas, aproximação e construção do objeto de pesquisa	2
O objeto e objetivo da pesquisa	4
A estrutura da dissertação	5
A narrativa como metodologia	6
1. A PESQUISA DE CAMPO	10
1.1. Os eixos de análise e as entrevistas	10
1.2. Os encontros	12
1.3. O perfil das congolezas	16
1.4. As categorias de análise	18
2. DAS EXPERIÊNCIAS AO CONCEITO DE MIGRAÇÃO FORÇADA	20
2.1. Os conceitos e as experiências	20
2.2. As Migrações e as Migrações Forçadas	22
2.3. O instituto do refúgio e os conceitos de "refugiado" e "solicitante de refúgio"	25
2.4. Em direção a uma sociologia da migração forçada	28
2.5. A sociologia e a ênfase na interação e na vida cotidiana	31

3. O BRASIL, A REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO E A MIGRAÇÃO FORÇADA	34
3.1. O BRASIL E A MIGRAÇÃO FORÇADA: O PERFIL DOS REFUGIADOS DO CONGO NO PAÍS	34
3.1.1. A migração forçada no Brasil e no mundo	34
3.1.2. Os refugiados congolese no Brasil	38
3.2. O CONFLITO NA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO E A MIGRAÇÃO FORÇADA	46
3.2.1. Dados: território, população e recursos	46
3.2.2. Breve história política da República Democrática do Congo	49
4. DE KINSHASA AO DISTRITO FEDERAL: A TRAJETÓRIA E AS EXPERIÊNCIAS DA FUGA E DA INTEGRAÇÃO NO BRASIL	59
4.1. Vivendo o Congo: antes da fuga	59
4.2. Deixando o Congo: o ato da fuga	61
4.3. Vivendo o Brasil: a experiência da integração	63
4.3.1. Sobre a integração	64
4.4. Analisando o processo de refúgio das congolese	71
4.4.1. Rupturas e transformações	72
4.4.2. Traumas, medos e revolta	73
4.4.3. Busca pela estabilidade e adaptação	74
4.4.4. Expectativas para o futuro	77
5. MULHERES REFUGIADAS, NEGRAS, CONGOLESAS E DETENTORAS DE BAIXA RENDA NO BRASIL: A INTERSECCIONALIDADE E AS CATEGORIAS ARTICULADORAS	80
5.1. A interseccionalidade	80
5.2. Mulheres, negras, refugiadas, congolese e detentoras de baixa renda no Brasil	83

5.2.1. O gênero como questão	83
5.2.2. A raça como questão	85
5.2.3. A classe social como questão	86
5.2.4. O status migratório de refúgio como questão	87
5.2.5. A nacionalidade como questão	87
5.3. Analisando as narrativas e as categorias articuladoras	88
CONCLUSÃO	91
BIBLIOGRAFIA	95
ANEXOS	98

LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS E FIGURAS

Tabela 1. Refúgio no Brasil via elegibilidade: principais nacionalidades, valor acumulado (2006-2008). **40**

Tabela 2. Refúgio no Brasil (elegibilidade e reassentamento): principais nacionalidades (2008-2010). **41**

Tabela 3. Refúgio no Brasil: por principais nacionalidades (2011-2014). **41**

Tabela 4. Refúgio no Brasil via elegibilidade: motivação para a saída do país de origem, titulares da amostra, principais nacionalidades (1998-2014). **45**

Tabela 5. Principais Recursos Naturais na República Democrática do Congo. **48**

Gráfico 1. Refugiados reconhecidos: principais nacionalidades, antes da criação do Conare - Brasil (até 1998). **39**

Gráfico 2. Refúgio no Brasil via elegibilidade: principais nacionalidades (1998-2006). **40**

Gráfico 3. Refúgio no Brasil via elegibilidade: escolaridade dos titulares da amostra, por nacionalidades (1998-2014). **44**

Figura 1. Mapa da destinação das migrações globais. **37**

Figura 2. Refúgio no Brasil via elegibilidade: pirâmide populacional, titulares da amostra, principais nacionalidades (1998-2014). **42**

Figura 3. Mapa Político da República Democrática do Congo. **47**

Figura 4. Modelo de Protocolo Provisório. **77**

Hoje eu penso diferente em alguns pontos:

Eu entendo as pessoas que não tem nada, que moram na rua, o que elas estão vivendo e o que elas estão sentindo.

Eu estou entendendo como uma pessoa pode ficar louca.

Se eu vejo uma pessoa na rua, falando sozinha, eu sei o que é.

Não tem jeito de explicar, somente quando se passa por isso para saber o que a pessoa está sentindo.

Eu acho que eu estou um pouco "anestesiada" é como se eu não conseguisse sentir a dimensão e a consequência de tudo isso. (Laura)

INTRODUÇÃO

Conhecendo uma história de refúgio

As irmãs Rita, Melissa e Laura (nomes fictícios por elas escolhidos) têm respectivamente 38, 26 e 24 anos. Elas são nacionais da República Democrática do Congo, nasceram e foram criadas na capital, Kinshasa, e pertenciam à família de classe média no país. Kinshasa foi o lugar onde se graduaram, trabalharam, construíram relações com pessoas e espaços, e lugar de onde tiveram de fugir para salvarem suas próprias vidas, devido à perseguição política.

O Congo tem o mesmo presidente no poder, Joseph Kabila, desde 2001, há dezessete anos, e antes dele quem presidiu o país foi seu pai, Laurent Kabila (1997 -2001). Apesar do nome República Democrática do Congo, o governo se constitui como regime ditatorial e tem deliberadamente perseguido seus opositores políticos.

As moças foram criadas em uma família que se declarava abertamente contra o governo e o pai delas participava ativamente da vida política, integrava e liderava grupo de oposição ao governo. Elas contaram que por esse motivo a mãe e o pai foram assassinados em 2011.

Rita tinha 31 anos quando seus pais foram mortos e assumiu a responsabilidade pela família, composta por ela e pelos quatro irmãos, vivendo todos na grande casa deixada pelos pais. As irmãs mais novas, Melissa e Laura, tinham respectivamente 17 e 19 anos. Os outros dois irmãos, Ricardo e Mônica (nomes inventados), são mais novos que Rita e mais velhos que Melissa e Laura.

Passados os anos, os irmãos Ricardo e Mônica constituíram família própria e saíram da casa onde viviam com as outras irmãs. As três irmãs Rita, Melissa e Laura se formaram em diferentes cursos superiores e foi durante sua segunda graduação (Relações Internacionais) que Rita começou a se interessar cada vez mais pela situação política do país. A partir de então, assim como seu pai, seu irmão Ricardo e o marido de sua irmã Mônica, Rita passou a integrar e liderar grupo de oposição ao governo, assumindo riscos já conhecidos e vivenciados.

Em certa ocasião, a irmã mais nova, Laura, foi sequestrada por homens da polícia e durante um dia inteiro sofreu agressões físicas e ameaças declaradamente relacionadas à participação da irmã mais velha em grupos de oposição. Por conhecer um integrante da polícia, Laura foi solta e conseguiu avisar aos irmãos do perigo ao qual estavam submetidos. Elas tiveram de abandonar a casa dos pais, onde moraram durante toda a vida, e com a ajuda de amigos e conhecidos mantiveram-se escondidas até encontrarem ajuda para deixar o país.

Duas semanas após o dia do sequestro de Laura, as três irmãs conseguiram deixar o Congo. Durante esse período, suas contas bancárias foram bloqueadas e a casa deixada pelos pais foi inteiramente incendiada. Um padre, indicado pelo policial que Laura conhecia, foi quem as ajudou. O destino para o Brasil foi a opção encontrada, uma vez que o padre conseguiu visto brasileiro para cada uma delas, sem cobrar nenhum valor a mais que o custo dos vistos. Os irmãos que já tinham constituído família não conseguiram deixar a capital. As três irmãs embarcaram de avião, acompanhadas pelo padre, saindo da própria capital do Congo, e chegaram a Manaus no Brasil.

A fuga, justificada por elas devido ao risco de morte, deu início ao maior processo de ruptura por elas vivenciado. Considerando a necessidade de partir do próprio país, as três irmãs congoleesas chegaram ao Brasil e se iniciava, assim, um novo momento repleto de desafios.

Os caminhos da pesquisadora: encontros, escolhas, aproximação e construção do objeto de pesquisa

Peço licença para explicar meus caminhos como pesquisadora e explicar, em primeira pessoa, as estratégias e escolhas de aproximação ao empírico que levaram à construção do objeto da presente dissertação.

Meu caminho como mestranda no curso de Sociologia da Universidade de Brasília percorreu diferentes rumos até me deparar com a história de refúgio dessas três moças congoleesas. Desde o princípio me interessou investigar questões sobre o fenômeno migratório na atualidade e como ele interfere e influencia as experiências dos indivíduos nas sociedades de origem e, sobretudo, de destino.

Desse modo, iniciei trabalho voluntário no Instituto de Migrações e Direitos Humanos (IMDH)¹ em Brasília e a Irmã Rosita, diretora do Instituto, me escalou para a atividade de entregar as doações. Assim, eu buscava as doações no Instituto (cestas básicas, fraldas, itens de higiene pessoal, e etc.) e, de acordo com seleção feita por eles, me encarregava de entregá-las nas casas de famílias de imigrantes e refugiados atendidos pela instituição.

Eu ia para as entregas sem saber quem iria encontrar, como seria recebida ou se me chamariam para entrar e conversar. Todos os encontros foram ricos de informação e trocas de experiências. Fui bem recebida todas as vezes e geralmente me pediam para entrar e me contavam um pouco de suas histórias. A relação face-a-face foi revelando elementos novos nas diferentes situações.

Foram encontros, sobretudo, com mulheres do Haiti e da República Democrática do Congo. Mulheres casadas ou solteiras, com filhos ou sem filhos, vivendo sozinhas ou acompanhadas dos companheiros. Algumas refugiadas, outras solicitantes de refúgio ou portadoras de visto humanitário.

Foi em uma dessas entregas que encontrei as três irmãs do Congo, moradoras de uma das regiões administrativas do Distrito Federal. Elas me receberam a sua maneira, de forma muito receptiva e acalentada, com abraços, sorrisos e conversas. Naquele momento, elas ainda não se comunicavam bem em português e as primeiras conversas foram conduzidas em francês. Trocamos contato, assim como fiz com outras moças, e mantivemos conversa por telefone.

Entrei em contato com algumas das moças explicando que estava fazendo uma pesquisa acadêmica sobre mulheres africanas imigrantes e/ou refugiadas no Brasil e perguntei se aceitavam participar como colaboradoras. Algumas aceitaram, outras com receio não quiseram participar. As irmãs do Congo confirmaram após questionamentos, dúvidas e incertezas de Rita, a irmã mais velha, e elas foram as primeiras que revisei já com foco na pesquisa.

Após a qualificação e sugestões da banca, me dei conta que a "amostra" da pesquisa não tinha relação com quantidade de pessoas entrevistadas, mas sim com o discurso e as

¹ O IMDH, vinculado à Congregação das Irmãs Scalabrinianas e integrante da Rede Solidária para Migrantes e Refugiados, é uma entidade social sem fins lucrativos, com a finalidade de promover o reconhecimento da cidadania plena de migrantes e refugiados. Para tanto, a Instituição atua na defesa de seus direitos, na assistência sócio-jurídica e humanitária, em sua integração social e inclusão em políticas públicas, com especial atenção às situações de maior vulnerabilidade.

histórias contadas. O plano seria explorar com mais detalhes um caso específico e expandir a análise sociológica no caso da migração forçada por motivos de perseguição política, delimitando ao Congo como país de origem e ao Brasil como país de acolhida.

Decidi, assim, por me aproximar das irmãs do Congo e como consequência receber informações com maior detalhamento das trajetórias e histórias, vivenciadas por cada uma delas a sua maneira, de violência, perseguição política, fuga, cerceamento de direitos humanos e de rupturas condicionadas pela necessidade do deslocamento como condição de sobrevivência.

Dessa forma, foi durante o percurso no campo e a busca por histórias de vida de refugiados que o objeto da pesquisa foi construído e delimitado.

O objeto e objetivo da pesquisa

As narrativas, como objeto da pesquisa, retratam o processo migratório por elas vivenciado, considerando os momentos antes da fuga, a fuga em si, bem como o momento vivendo no Brasil, posterior à fuga. As narrativas sobre o momento de vivência no país de acolhida foram enfatizadas e foram levadas em conta a análise das categorias de raça, gênero, nacionalidade, status migratório, classe social e como essas categorias se interrelacionam e podem funcionar como marcadores de desigualdade na sociedade brasileira.

O objeto, tal como especificado, conduziu toda a pesquisa tanto nos aspectos empírico ou teórico, quanto no objetivo ou nas conclusões apresentadas.

O objetivo central da pesquisa consistiu em *compreender como três irmãs refugiadas do Congo e residentes no Distrito Federal atribuem sentido, interpretam e explicam, cada uma delas a sua maneira, a experiência de fugir do país de origem e chegar a um novo lugar.*

As histórias contadas revelam as dimensões simbólicas por meio da representação que as mulheres fazem da própria realidade por elas vivida. As narrativas geraram grande quantidade de informação e foram metodologicamente conduzidas e organizadas em duas partes principais que compõem essa dissertação.

A primeira está relacionada à interpretação que elas fazem da trajetória e do deslocamento forçado. Aqui a fuga, os motivos e as percepções decorridas dela têm papel

central. Como viviam o Congo antes da fuga, o ato de fugir e o momento pós-fuga serão abordados no quarto capítulo. Acrescenta-se que a partir das narrativas, conduzidas no sentido de revelarem questões relacionadas a essas três fases do processo migratório - antes da fuga, a fuga em si e o esse momento no Brasil -, alguns elementos principais se destacaram e foram categorizados: i) rupturas e transformações; ii) traumas, medos e revolta; iii) busca por estabilidade e adaptação; e iv) expectativas para o futuro.

A segunda parte diz respeito ao sentido que elas atribuem ao momento de interação e integração no Brasil, tendo por base a análise da intersecção das categorias de gênero, raça, status migratório, classe social e nacionalidade, que muitas vezes podem funcionar como elementos diferenciadores, demarcando desigualdades.

Nesse ponto, destaca-se a interseccionalidade como uma abordagem sociológica que define que cada ator social é produto da imbricação e das relações entre as diferentes categorias articuladoras. É um estudo que permite compreender as distribuições diferenciadas do poder nos diversos contextos e variadas situações. Assim, pretende-se verificar a forma que as moças entendem e explicam o fato de serem mulheres, negras, refugiadas, congolezas e detentoras de baixa renda vivendo no Brasil.

A estrutura da dissertação

A dissertação está estruturada em cinco capítulos. O primeiro capítulo consiste na descrição do trabalho de campo, detalhando os eixos e categorias de análise, os encontros realizados com as três irmãs, bem como as observações e percepções da pesquisadora em relação às moças, ao espaço onde vivem, à condução das narrativas, aos silêncios e aos gestos.

O segundo capítulo percorre um caminho teórico que buscou interconectar as experiências ao conceito, perpassando pelas "categorias" de migração, migração forçada, refugiados e solicitantes de refúgio. Buscou-se, ainda, identificar a migração forçada na abordagem sociológica, enfatizando os aspectos microssociais da experiência.

O terceiro capítulo, focado no contexto, mostra, em sua primeira parte, dados da migração forçada no Brasil, com foco nos dados sobre os congolezes refugiados no país e, na segunda parte, localiza a história das moças no contexto sócio-político do Congo.

O quarto capítulo analisa a experiência de migração forçada das congolezas. Assim, os momentos abordados são: i) Vivendo o Congo: período que compreende os momentos antes de qualquer ameaça, perpassando pelos momentos e memórias da construção de identidade e crescimento na cidade natal; ii) Deixando o Congo: fase em que percebem a ameaça, passam por um período de extremo perigo e decidem fugir; iii) Vivendo o Brasil: momento em que alcançam "segurança" e buscam adaptação, integração e estabilidade.

O quinto e último capítulo traz uma reflexão do momento de integração no país de acolhida, no caso o Brasil, contemplando as questões da interseccionalidade, como abordagem que leva em conta categorias biológicas, sociais e culturais e o estudo da intersecção de identidades sociais. Buscou-se, assim, identificar as reações das congolezas em função das categorias de gênero, raça, classe social, status migratório e nacionalidade.

Por fim, na conclusão procurou-se estabelecer uma conexão entre os assuntos tratados ao longo da dissertação, apresentado os resultados encontrados.

A narrativa como metodologia

O uso da narrativa como ato de pesquisa se constituiu por meio de entrevista semi-estruturada, observação e troca de mensagens, utilizadas como ferramentas na colheita de testemunhos pessoais, que trouxeram para a pesquisa discursos os quais relacionam propósitos, repertórios, memórias e histórias de vida dentro de um estudo que privilegia a experiência de refúgio de três irmãs congolezas.

A narrativa corresponde ao método mais eficaz, uma vez que se constitui como um meio pelo qual cada ator atribui significado a sua própria experiência, fazendo sentido dentro de um determinado contexto temporal e espacial.

Marita Eastmond (2007), autora de artigo intitulado "Stories as Lived Experience: Narratives in Forced Migration Research", afirma que a narrativa, como campo de produção de conhecimento, tem longa tradição entre os diferentes campos de estudo e paradigmas teóricos, tendo em vista que essa ferramenta pode iluminar vários aspectos das experiências vividas, englobando processos históricos, padrões culturais e questões psicológicas.

Eastmond (2007, p. 248) destaca que a tendência nos estudos sobre histórias de vida e narrativas pessoais, desde os anos 1980, tem focado não apenas os processos de

mudanças sociais e as vozes de categorias sociais invisibilizadas, mas em uma abordagem narrativa interpretativa que explora as experiências vividas e a dimensão subjetiva da vida social.

Dessa maneira, no campo da migração forçada a narrativa, por meio da abordagem interpretativa, tem se tornado:

... interesting also for what they can tell us about how people themselves, as 'experiencing subjects', make sense of violence and turbulent change. From personal accounts we may also glean the diversity behind over-generalized notions of 'the refugee experience' (EASTMOND, 2007, p. 249).

Não se trata, portanto de apenas ilustrar os processos de mudanças sociais por elas vividos, nem de dar voz as moças, considerando-as dentro de uma categoria invisibilizada. O interesse recai sobre a interpretação das narrativas, da visão que elas possuem e do sentido que elas atribuem a todo o processo migratório por elas vivido, explorando a experiência e a dimensão mais subjetiva da vida social. Partindo de uma história específica e situando-a dentro de um contexto macro-estrutural mais amplo, que também confere sentido às histórias dessas moças. A narrativa traz à tona o ponto de vista dos próprios atores, aqueles que são os sujeitos da experiência, bem como reflete o sentido e o significado que elas dão à violência e à ruptura vivenciadas no processo de refúgio.

Eastmond (2007) diz que a narrativa é posta como forma de negociar suas experiências e ao pesquisador cabe examinar os sentidos que elas atribuem às experiências vividas. Vale destacar que as narrativas não são exposições exatas da verdade, mas elas refletem uma dinâmica estabelecida entre a vida de fato, a experiência vivida e a história contada.

Nesse sentido, entende-se que a relação entre a experiência e a expressão é de certa forma complexa. Eastmond (2007, p. 249) argumenta que deve ser feita uma distinção entre: i) a vida como de fato vivida, como os eventos de fato ocorridos na vida da pessoa; ii) a vida como experiência, a forma como a pessoa percebe e atribui sentido ao que aconteceu, levando em consideração sua cultura e visão de mundo; iii) a vida como contada, a experiência é enquadrada e articulada de acordo com o contexto e com a audiência; e iv) a vida como texto, que consiste na interpretação do pesquisador e a forma como ele representa essa história.

Assim, nota-se que a experiência nunca é diretamente representada. Ao contrário, ela é editada em diferentes estágios do processo que vai da vida como de fato vivida ao

texto elaborado pelo pesquisador. Ademais, após a interpretação e a escrita do pesquisador, a dissertação estará exposta a uma audiência que terá sua própria maneira de interpretar.

Assim, "Stories are never transparent renditions of reality, but partial and selective versions of it, arising out of social interaction. 'Narrative truth' refers to the inescapably imperfect and fluid work of memory, organization and meaning" (EASTMOND, 2007, p. 260)

As histórias narradas não podem ser vistas como reflexo da vida vivida, mas como construções ou interpretações do passado, geradas em um específico momento do presente.

As representation, rather than documentation of reality, narratives become methodologically more complex, but also open up theoretically more interesting possibilities: for one, they make room for a more dynamic view of the individual as subject, acting in the world and reflecting on the action [...] They can tell us something about how social actors, from a particular social position and cultural vantage point, make sense of their world (EASTMOND, 2007, p. 250)

No caso da história específica de refúgio das congolesas que tiveram de deixar o país em razão de perseguições políticas, as experiências narradas são importantes na medida em que exploram as discontinuidades radicais dessas migrantes forçadas. O deslocamento forçado provoca diversas rupturas em todas as áreas da vida pessoal e coletiva, com alterações na ordem micro do dia-a-dia, das microrrelações e vivências corriqueiras, promovendo necessidade de renegociação do "self" em relação aos novos contextos. A interpretação dada em relação as fases vivenciadas na experiência de refúgio funcionam como percepções temporais unindo categorias do passado, presente e futuro, que são mantidas no sentido de estabelecer continuidade no curso de suas vidas.

As histórias contadas reconstituem e reorganizam a experiência, além de dar sentido e unidade a ela. Funcionam ainda como uma ferramenta por meio da qual indivíduos e comunidades restauram a continuidade e a identidade.

Durante a pesquisa de campo, quando o assunto era demasiado sensível as moças se calavam. No tocante a morte dos pais, sobre a qual elas mencionaram mais de uma vez, não foi dado nenhum detalhe, e quando solicitado elas negaram a resposta dizendo que era demasiado dolorido falar.

Em termos metodológicos, o pesquisador deve relacionar as narrativas com os contextos social e político que moldaram e continuam moldando as circunstâncias que envolveram os migrantes forçados nas situações particulares. Destaca-se que este será o

objetivo do terceiro capítulo da pesquisa, trazendo informações sobre a migração forçada nos contextos do país de origem e de destino.

As histórias narradas pelas irmãs, com a interpretação que cada uma delas faz do processo migratório, auxiliam na percepção da noção sobre a diversidade de experiências envolvidas na migração forçada, indo no sentido contrário à ideia universalizante e estereotipada das descrições sobre o que significa ser um 'refugiado'.

Dessa forma, e entendendo que as histórias narradas são representações da realidade e que passam por vários processos até chegar à interpretação daqueles que leem a pesquisa, acredita-se que a narração como suporte metodológico auxiliou no alcance dos objetivos da pesquisa.

As narrativas das congoleesas não surgiram apenas nas visitas feitas em suas casas, mas também nos passeios, pequenos encontros e por conversas por telefone. Foram conversas sobre vários temas relacionando tópicos acerca dos detalhes do dia-a-dia (comida, casa, vizinhança, dificuldades, casos e interesses pessoais, etc..). Os encontros e as narrativas também foram guiados por perguntas direcionadas, tendo sido realizada uma longa entrevista semi-estruturada com roteiro montado com questões fechadas e abertas, bem como a realização de perguntas que foram surgindo ao longo dos encontros sobre as fases do processo migratório e momento de interação no Brasil.

Durante a pesquisa foram utilizadas as técnicas de observação e de entrevista semi-estruturada. Segundo Antônio Carlos Gil (2008, p. 100), a observação, em relação a outras técnicas, tem como vantagem principal “a de que os fatos são percebidos diretamente, sem qualquer intermediação”. Acrescenta-se que nos encontros buscou-se observar "os locais, os objetos e os símbolos, [...] as pessoas, as actividades, os comportamentos, as interações verbais, as maneiras de fazer, de estar e de dizer, [...] as situações, os ritmos, os acontecimentos" (COSTA, 1990, p. 132).

A entrevista, por sua vez, considerada por autores como a técnica por excelência na investigação social, foi fundamental na obtenção de dados referentes às narrativas das mulheres congoleesas. Esta técnica, segundo Gil (2008, p. 109), “é uma forma de integração social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação”.

O registro das observações e das entrevistas consistiu na tomada de notas por escrito e por meio de gravação de áudio.

1. A PESQUISA DE CAMPO

A pesquisa de campo durou aproximadamente um ano e oito meses, tendo sido iniciada em agosto de 2016, quando a pesquisadora passou a fazer entregas de doações para imigrantes e refugiados atendidos pelo Instituto Migração e Direitos Humanos (IMHD). O trabalho voluntário realizado junto ao IMDH foi uma escolha estratégica da pesquisadora para aproximar-se do tema da migração. A partir dos contatos estabelecidos permitiu-se a delimitação do objeto de pesquisa e, conseqüentemente, a construção dos elementos de análise.

Este capítulo tem por objetivo descrever a pesquisa de campo, tendo por base as observações e as entrevistas que deram origem às informações que compõem a dissertação. Para tanto, foram descritas as observações e as percepções da pesquisadora em relação aos encontros, aos espaços e às reações das congolezas ao novo ambiente vivido, a partir dos quais foram construídos os *eixos* e as *categorias de análise*.

1.1. Os eixos de análise e as entrevistas

Os *eixos* desenvolvidos guiaram a elaboração das perguntas realizadas ao longo dos encontros e da troca de mensagens por telefone. São três eixos que levam em conta as três fases do processo de refúgio (antes da fuga, a fuga em si, e depois da fuga) e um eixo que diz respeito à percepção das congolezas sobre o fato de serem mulheres, negras, refugiadas, nacionais do Congo e detentoras de baixa renda no Brasil. Dessa forma, os eixos que orientaram a construção da pesquisa foram:

- Vivência no Congo: temas sobre família, estudos, trabalho, renda, situação do país;
- A fuga do Congo: temas sobre os motivos, as situações e as trajetórias do deslocamento forçado;
- Vivência no Brasil: questões relacionadas aos serviços públicos, acesso a direitos, relações sociais, trabalho, documentação, adaptação, integração;
- Ser mulher, negra, refugiada, congoleza e detentora de baixa renda no Brasil: questões sobre as reações das moças no contexto de interação no país de acolhida.

Durante a pesquisa de campo foi realizada uma entrevista semi-estruturada e ao longo dos encontros foram feitas perguntas sobre pontos que não haviam sido abordados nessa entrevista ou que não foram dadas informações suficientes para entender o processo de refúgio das três irmãs congolezas.

A entrevista semi-estruturada, realizada em conjunto com as três irmãs, foi registrada em áudio, com duração de pouco mais de duas horas e quinze minutos, e seu roteiro era composto por quatro partes. A primeira parte continha informações fixas, relacionadas aos dados pessoais (nome, idade, estado civil, país de origem, etc). A segunda parte consistia em perguntas sobre o estágio pré-migratório e como elas relacionavam questões como família, formação escolar, emprego e situação macro-estrutural ao país de origem. A terceira parte estava ligada a perguntas sobre o ato da migração, relacionando a trajetória de fuga, como e porque decidiram deixar o país, porque vieram para o Brasil e o que conheciam do país antes de chegar. E, por fim, a última parte da entrevista consistiu em perguntas sobre o estágio pós-migração, trazendo questões sobre a relação delas com o espaço, os serviços públicos, as pessoas, bem como questões sobre a adaptação, mudança de hábitos, desejos e expectativas. Além disso, foram realizadas questões sobre a percepção delas ao fato de serem mulheres, estrangeiras e negras no Brasil. O roteiro dessa entrevista está no Anexo I dessa dissertação.

Essa entrevista foi realizada no segundo encontro e as demais entrevistas, feitas ao longo da pesquisa de campo, continham quantidades livres de perguntas abertas, trazendo temas específicos e relacionados aos eixos. Destaca-se, também, que a realização de perguntas metodologicamente guiadas não foram as únicas fontes de informação geradas com a aproximação à realidade vivida pelas moças. Durante os encontros permitiu-se espaço para a espontaneidade e observou-se que temas não delimitados pela pesquisadora foram trazidos e considerados importantes no desenvolvimento das categorias de análise. Assim, as visitas em seu princípio eram conduzidas por meio de conversas livres e depois seguiam roteiro conforme o tema das perguntas realizadas.

Os encontros se constituíram como importantes instâncias de interação, revelando uma relação assimétrica entre a pesquisadora em posição de observação e as congolezas em posição de disponibilização de informações sobre suas histórias de vida.

Todos os contatos estabelecidos com as congolezas imputaram a necessidade da sensibilidade da pesquisadora para observar e captar detalhes importantes que pudessem subsidiar o objetivo ao qual a pesquisa se propunha. Os detalhes dos encontros, as reações e as respostas dadas ou não dadas às perguntas realizadas exigiam vigilância e atenção da pesquisadora, no sentido de apreender os elementos que se destacavam para assim elaborar as categorias de análise da dissertação.

1.2. Os encontros

Durante o percurso da pesquisa foram realizados oito encontros presenciais, nem sempre estando presentes as três mulheres. Desses oito encontros, cinco foram realizados na quitinete das moças e três foram encontros em lugares diversos. O contato com as moças foi mantido por aproximadamente um ano e cinco meses, com início em novembro de 2016. A aproximação foi permitindo maior abertura e detalhamento das situações por elas vivenciadas, na medida em que os encontros foram intensificando a confiança, o afeto e a intimidade delas com a pesquisadora.

A quitinete das irmãs fica localizada em ambiente bastante movimentado, tendo em vista que o prédio onde vivem é também um prédio comercial. O local é aparentemente seguro, com porteiro que fiscaliza a entrada de pessoas ao andar dos apartamentos. O quarto das moças é pequeno, um tanto abafado, mas com espaço suficiente para um sofá, um armário grande, três camas de solteiro, uma mini cozinha e um banheiro.

No primeiro encontro, realizado na quitinete, a recepção foi afetiva e elas compartilharam abraços, sorrisos e conversas. As irmãs convidaram a pesquisadora para entrar e a conversa foi inteiramente conduzida em francês. Foi verificado que as congolezas tinham muita dificuldade em se comunicar no idioma local. Elas pareceram felizes em poder se comunicar em idioma familiar, sendo que puderam expressar seus sentimentos e impressões sobre o momento e a situação que elas estavam vivendo.

As congolezas contaram seus nomes, idades na época (37, 25 e 23), nacionalidade, a maneira que chegaram ao Brasil, dentre outras informações sobre suas vidas. A conversa se manteve mais focada na questão do idioma e das dificuldades que elas tinham em se comunicar em português. Combinou-se que seria mantido o contato como forma de praticarem o idioma local.

Após o primeiro encontro, a pesquisadora entrou em contato com as congoleesas para solicitar a participação delas nesta pesquisa. Elas aceitaram a marcação de uma visita com a condição de que o objetivo do trabalho fosse mais bem explicitado.

Assim, o segundo encontro, também realizado na residência das moças, consistiu inicialmente na explicação do objetivo da pesquisa e, após diversos questionamentos, dúvidas e incertezas sobre a exposição de suas vidas, principalmente da irmã mais velha, foi realizada a entrevista semi-estruturada, considerada a principal na pesquisa de campo.

Notou-se que a realização dessa entrevista já em segundo encontro, sem tanta intimidade entre pesquisadora e colaboradoras, deixou várias lacunas no entendimento da história de vida das moças e da condição de refúgio. Ademais, em algumas perguntas que tinham como objetivo identificar questões sobre o passado, principalmente quando se tratava de seus pais, as moças se calavam ou respondiam de maneira insuficiente para o entendimento da situação.

No entanto, vários temas foram abordados e deu-se início de fato a aproximação da pesquisadora à realidade vivida pelas congoleesas. Percebeu-se que o problema mais urgente para elas, em termos de integração, era a questão do desemprego. Assim ficou combinado que a pesquisadora elaboraria currículo para cada uma delas, redigido na língua portuguesa. O currículo foi elaborado e enviado por e-mail. Elas passaram a entregá-los e marcar mais entrevistas de emprego.

O terceiro encontro foi realizado após intervalo de sete meses, tendo em vista alguns problemas pessoais enfrentados pela pesquisadora que a afastou do campo. Nesse intervalo o contato foi mantido apenas por troca de mensagens por celular. O terceiro encontro teve lugar na Universidade de Brasília, apenas com a presença de Rita, a irmã mais velha, momentos antes do início de sua aula de português no Núcleo de Ensino e Pesquisa em Português para Estrangeiros (NEPPE). Rita aparentava cansaço e tristeza durante o encontro. Ela informou sobre problemas políticos em seu país de origem e comentou sobre a deliberação do Presidente Kabila para o cancelamento dos passaportes ainda vigentes e a obrigatoriedade da aquisição de novos passaportes mais modernos e com chip. Todos os congoleeses fora do país deveriam adquirir os passaportes que valiam aproximadamente 250 dólares cada. Rita estava preocupada com a instabilidade na questão da documentação e com a impossibilidade de poder votar para a presidência de seu país,

caso novas eleições fossem articuladas. A posse do novo passaporte permitiria que ela e suas irmãs pudessem votar mesmo estando fora do Congo.

No quarto encontro, considerado um dos mais relevantes, Laura e Rita estavam presentes na quitinete. Nessa ocasião, Laura contou os motivos pelos quais tiveram de deixar o país, detalhando o momento em que foi seqüestrada. Foi um encontro tenso uma vez que a recordação de tais fatos mexeu de forma intensa com os sentimentos das irmãs. Relatar esse momento as deixou muito comovidas e disseram que não gostavam de relembrar as situações do passado, tendo em vista que recordar tais eventos despertava raiva e angústia.

Notou-se que a este ponto a relação com as irmãs estava adquirindo maior proximidade, permitindo o detalhamento das situações, sobretudo, de violência. Outro ponto digno de nota é que as irmãs já estavam se comunicando bem em português e todas haviam iniciado curso no NEPPE. A partir de então todos os demais encontros, inclusive o quarto, foram conduzidos em português.

O quinto encontro, também na residência das congolesas, com a presença das três irmãs, conteve diversas e importantes informações sobre a preocupação delas com a situação do país. Elas mostraram vídeos que estão nas redes sociais denunciando a violência na qual seus irmãos e a população congolesa estão submetidos. Elas relataram, nesse encontro, suas intenções de retorno.

O sexto e o sétimo encontros consistiram em visita das congolesas à casa e à família da pesquisadora. Nessas duas ocasiões vários elementos foram observados. O contexto familiar fez com que as moças revelassem preocupações e questões mais íntimas sobre os irmãos que ainda estão no Congo e sobre suas expectativas para o futuro relacionadas à reunião familiar. Destaca-se que as três irmãs estavam muito bem vestidas, se articulavam e se comunicavam facilmente com todos os presentes.

O oitavo e último encontro foi realizado com o intuito de fazer questões pontuais sobre lacunas em relação às histórias do passado no Congo, e também sobre as identidades sociais no contexto de interação no Brasil. Destaca-se que elas foram bem resistentes à marcação da visita com foco na pesquisa, dizendo que não queriam mais falar sobre assuntos que as deixavam tristes. Em mensagem por telefone Laura disse: "*A gente ainda não te falou tudo?*". Após insistência elas disseram que falar do passado faz mal a elas e Laura comentou: "*A gente também não quer te sufocar com os nossos problemas*".

Intuiu-se que as moças já não queriam mais manter contato apenas como foco na pesquisa e na história de vida delas. Em momento de integração no Brasil, elas buscam a manutenção de relações sociais e, sempre que possível, como disse Laura "*se distrair e esquecer o que está acontecendo com o nosso país*". Elas relataram que nos momentos antes de dormir e quando acordam os pensamentos se voltam aos familiares que ainda estão correndo risco de morte e que essa preocupação é contínua no dia-a-dia delas. Assim, não queriam ser obrigadas a recordar e falar sobre o passado.

Por outro lado, Laura comentou que contar suas histórias é uma forma de expor e denunciar a violência que o governo do Congo tem empreendido contra a população e disse também que "*se a pesquisa pode contribuir e influenciar, melhor ainda*".

Nesse sentido, cita-se Eastmond que diz que as narrativas podem atuar como testemunhos e memórias que se constituem como histórias alternativas à história oficial. Em trabalho realizado com vítimas de tortura do período ditatorial no Chile, a autora (2007, p. 259) relata que "for many of these refugees, it was a struggle between the moral imperative not to forget and the extreme pain of remembering it".

Detalha-se no que último encontro, ainda que com resistência, elas aceitaram responder às perguntas feitas. As três irmãs estavam presentes e a entrevista foi gravada, contendo áudio de aproximadamente uma hora e dez minutos.

O último encontro revelou questões centrais sobre o estilo de vida que levavam no Congo. Apreendeu-se que pela formação educacional, forma de vestir e comunicar, entre outros aspectos, as moças faziam parte de parcela da população congoleza com certo poder aquisitivo, provavelmente pertencentes a uma família com renda média. Durante os encontros realizados na quitinete, observou-se que as congolezas sempre estavam realizando atividades de cuidados pessoais, ou estavam fazendo as unhas, ou tranças nos cabelos, ou maquiagem. De acordo com as moças, elas se preocupam em manter as aparências que tinham quando viviam no Congo.

O foco não se limitou apenas à colheita de dados para a elaboração da pesquisa. As interações e a manutenção do contato por telefone, durante mais de um ano, permitiram relação de confiança e apoio em momento no qual as congolezas estão fragilizadas e necessitando de redes de contato e amizade no Brasil. Na primeira entrevista, realizada no segundo encontro, quando interrogadas sobre a existência de amigos no país, Rita

respondeu: "*Sim, como você*". E após um silêncio, completou: "*Não. Não temos nenhum amigo no Brasil*".

Nota-se que as interações foram se intensificando com o passar o tempo e permitiram acesso a diversas informações sobre a história de vida dessas moças. Verificou-se que o fato de a pesquisadora e as pesquisadas serem do mesmo gênero e por vezes se comunicarem no mesmo idioma facilitou a abertura e o diálogo, gerando um "espaço de interação" de confiança.

1.3. O perfil das congolezas

As três congolezas escolheram seus nomes fictícios, Rita, Melissa e Laura, quando foi dito pela pesquisadora que não seriam usados seus verdadeiros nomes com a finalidade de preservar a identidade de cada uma delas.

Elas são filhas do mesmo pai e da mesma mãe, e nasceram e foram criadas em Kinshasa, capital da República Democrática do Congo, região urbana e considera a maior e mais populosa do país.

Rita é a irmã mais velha, tem 38 anos de idade. Ela é a mais séria das três e a que mais fez questionamentos sobre o porquê das questões da pesquisa. Rita chegou a perguntar: "O que você quer da gente?", questionando a relação assimétrica estabelecida, bem como o objetivo da pesquisadora. Nesses termos, notou-se uma angústia das pesquisadas na dualidade entre a intenção da pesquisadora em ajudar ou ser ajudada. No entanto, foi com Rita que a maioria dos contatos por telefone foram realizados, enfatizando que ela nunca deixou de enviar mensagens.

Ela é solteira e não tem filhos. Graduou-se em Relações Internacionais e Pedagogia. Dois anos após a morte de seu pai e durante a realização do curso de Relações Internacionais em 2013, contou que revoltada com a situação política em seu país seguiu o exemplo do pai e começou a fazer parte de movimento de oposição ao governo do presidente Joseph Kabila. Em nenhum momento ela quis informar o nome do grupo, disse apenas que fazia parte da liderança, assim como seu irmão Ricardo.

Aqui no Brasil trabalhou como ajudante de cozinha em um restaurante em Manaus e outro no Distrito Federal, onde trabalhou durante um mês e não recebeu nenhum salário.

Ocasionalmente faz tranças africanas em homens e mulheres e dá aulas de francês para brasileiros. Atualmente não tem nenhum emprego formal.

Melissa, a irmã do meio, tem 26 anos de idade. Ela, a princípio, era a mais tímida das irmãs, com mais dificuldade para se comunicar em português. Em relação às entrevistas, Melissa pouco se expressava. No entanto, após haver iniciado a trabalhar e após a visita à casa da pesquisadora, notou-se que ela passou a se articular muito bem e que tem senso de humor bem apurado. A melhora na comunicação em idioma local foi expressiva ao longo da pesquisa de campo.

Ela é solteira e também não tem filhos. Deixou um namorado no Congo e o relacionamento foi finalizado por conta da distância. Ela, assim como Rita, tem duas formações acadêmicas: Hotelaria e *Design* de Interiores, porém disse que se pudesse teria escolhido o curso de arquitetura. Durante os primeiros encontros com Melissa no Brasil ela estava desempregada, mas hoje é a única das irmãs que tem emprego formal. Trabalha em uma grande livraria que adotou programa para contratar refugiados.

Laura é a irmã mais nova, tem 24 anos de idade e é a mais comunicativa das três irmãs. Ela, desde o primeiro encontro, se destacou por falar e entender bem o português. Das três irmãs, foi quem teve participação mais expressiva na pesquisa.

Ela também é solteira e não tem filhos. Graduou-se em Comunicação em seu país e escolheu o curso porque gosta muito de escrever. Contou que quer iniciar o curso de Letras em Língua Francesa na Universidade de Brasília.

As agressões físicas e as ameaças sofridas por Laura foram centrais para decisão das três congolesas em deixar o país.

Laura faz tranças ocasionalmente e já trabalhou em um restaurante no Distrito Federal por um mês (sem receber salário), mas no momento está desempregada.

Ela é uma moça bonita e muito bem vestida. Destacava-se nas conversas pela sua espontaneidade. Sempre fez menção pela busca por relacionamentos íntimos, como ter namorado, sendo esse também o interesse manifesto por Melissa. No tocante a esse assunto, Rita sempre se manteve discreta.

As três congolezas compartilham muitas histórias pelo fato de serem irmãs, mas também apresentam ideias e visões de mundo diversas e que demonstram que cada uma delas a sua maneira confere significado e interpreta as situações de forma diferenciada.

1.4. As categorias de análise

Todas as informações adquiridas por meio das entrevistas, encontros e observações permitiram a elaboração das categorias de análise. Considera-se que a análise das narrativas é o que permite a identificação da forma como as moças explicam e entendem o processo migratório de refúgio por elas vivenciado.

Na posição de quem faz a análise, entende-se que:

... o nosso lugar de pesquisadora passa por orientar a pesquisa em função do nosso olhar interessado, mas não engessado. Um olhar que tenha a sensibilidade de resgatar o relevante sobre o que estamos estudando. Ou seja, não buscamos nos aproximar do empírico para *verificar*, mas sim no sentido de *compreender, explicar, interpretar*, que só se consegue tendo uma atitude de pesquisar para *descobrir* (DUTRA, 2013, p. 141).

Dessa forma, por meio do olhar interessado da pesquisadora, foram divididas duas partes que orientaram e conduziram a análise das narrativas. A primeira parte da análise é retratada no quarto capítulo, que compreende as narrativas relacionadas à *trajetória de refúgio*, considerando os momentos *antes da fuga, a fuga em si e esse momento no Brasil*. Este capítulo enfatiza a dinâmica do passado, presente e futuro, e nesse sentido entendeu-se que os elementos mais relevantes e que conformaram as categorias de análise são: i) rupturas e transformações; ii) traumas, medos e revolta; iii) busca por estabilidade e adaptação; e iv) expectativas para o futuro.

O quinto e último capítulo, dedicado ao conceito e às questões da *interseccionalidade*, traz análise sobre a problemática *da intersecção das categorias de gênero, raça, classe social, status migratório e nacionalidade*. Nesse contexto, foram feitas interpretações à luz das reações das moças ao articularem essas categorias com o momento de integração no Brasil. As categorias de gênero, classe social, status migratório e, sobretudo, raça foram identificadas como demarcadoras de desigualdade, sobretudo no processo de inserção ao mercado de trabalho. E, por outro lado, a categoria de nacionalidade se constituiu como diferenciadora, mas sem demarcar tratamento desigual.

Nos próximos dois capítulos, a migração forçada é foco principal, entendendo seus contornos conceituais no capítulo 2 e, no capítulo 3, sua conexão ao Brasil como país de acolhida e ao Congo como país que tem gerado migrantes forçados, tendo em vista o contexto de violência.

2. DAS EXPERIÊNCIAS AO CONCEITO DE MIGRAÇÃO FORÇADA

De uma maneira geral, pode-se definir o fenômeno da migração como o deslocamento de grupos ou indivíduos de um local para outro, fora ou dentro das fronteiras nacionais. Porém, existem inúmeras razões ou motivações para a decisão da migração, reveladas por meio das experiências pessoais.

Este capítulo apresenta as bases conceituais que orientaram a presente pesquisa. Assim, percorreu-se um caminho que busca interconectar as experiências ao conceito, perpassando pelas categorias de *migração*, *migração forçada*, *refugiados* e *solicitantes de refúgio*. Entende-se que ao trabalhar essas categorias lida-se com pessoas e situações diversas. No caso das experiências aqui relatadas das irmãs congoleesas, trata-se de uma migração forçada por motivo de perseguição política. Ademais, elas são consideradas solicitantes do refúgio no Brasil.

Assim, buscou-se entender: i) o conceito de migração forçada como objeto de conhecimento e como unidade de análise que leva em consideração pessoas e suas experiências; ii) a migração e as peculiaridades da migração forçada; iii) a evolução do instituto do refúgio em âmbito internacional e os conceitos legais de "refugiados" e "solicitantes de refúgio" no Brasil; iv) a inserção da sociologia nos estudos da migração forçada; e, por fim, v) a ênfase nas experiências do dia-a-dia, nas interações e na vida cotidiana e a construção de significados e a interpretação das situações.

Entende-se, por fim, que os estudos sobre migração forçada, ainda que enfatizem a dimensão subjetiva, não podem negligenciar as questões estruturais e objetivas. Os migrantes forçados e suas histórias de vida revelam aspectos particulares e microsociais, assim como refletem e são moldados por processos econômicos e políticos, tanto no âmbito local quanto global.

2.1. Os conceitos e as experiências

Para David Turton (2003), autor de "Conceptualizing Forced Migration", tendo por base as análises de Stuart Hall sobre conceito, linguagem e representação, os conceitos são

representações mentais que concebem algo no mundo externo. Desse modo, conceituar algo não é descrevê-lo, mas sim criá-lo e representá-lo metaforicamente. Nesse sentido, quando algo é conceituado, dá-se início ao seu processo de construção como objeto de conhecimento.

Levando em consideração essa linha de pensamento, o conceito de “migração forçada” deve ser pensado em termos de sua construção como um objeto de conhecimento. Nos termos de Turton (2003, p. 3):

(...) when we talk about the conceptualisation of forced migration, we are not talking about defining it or describing it, as though all we have to do is look hard enough and we'll find it, see what it is. We are talking about something much more fundamental: we are talking about producing or constructing it as an object of knowledge.

Entende-se que conceituar e, conseqüentemente, construir algo como objeto de conhecimento é fundamental no processo de pensar o mundo e dar sentido a coisas, categorias e fenômenos. É partindo do conceito que interpretamos e agimos em relação a ele. No entanto, o que se pretende dizer é que para além do conceito, como "migrantes forçados", e para além da distância que pode ser criada pela forma como se utiliza a linguagem, existem inúmeras pessoas com diferentes experiências que estão envolvidas nessa unidade analítica.

Como afirma Turton (2003, p.5) "the metaphors we use to talk about migration require us to think of migrants as an undifferentiated mass - as molecules of a liquid. It de-personalises, even de-humanises the people we are talking about". O autor acrescenta dizendo que pesquisadores no campo da migração devem ter consciência sobre o objeto de conhecimento com o qual estão trabalhando, reconhecendo que existem pessoas envolvidas sendo tratadas, dentro do conceito, como unidades idênticas e como parte de uma massa homogênea.

Além disso, o termo migrante como linguagem permite a diferenciação entre "nós" e "eles". Os imigrantes são os outros, mesmo que os nossos ancestrais tenham sido imigrantes também (TURTON, 2003, p. 4). As percepções sociais em relação à figura do imigrante, por vezes conduzidas pela forma que o Estado e a mídia tratam o tema, podem assumir representações que penetram a vida real e atualizam a definição do conceito e do discurso sobre o imigrante.

Nesse ponto, vale relembrar a célebre frase do escritor Max Frisch, quando milhares de imigrantes turcos foram "convidados" para trabalhar na Alemanha: "Importamos mão-de-obra, recebemos seres humanos".

Abdelmalek Sayad (1998) discute o entendimento do imigrante como um problema social. A abordagem por esse ponto de vista, conectando os imigrantes a problemas com emprego, moradia e integração, por exemplo, reflete a seguinte estrutura de pensamento:

Objeto sobre o qual pesam numerosas 'representações coletivas', a imigração submete-se a essas representações que, como sabemos, 'uma vez constituídas tornam-se realidades parcialmente autônomas', com uma eficiência tanto maior quanto essas mesmas representações correspondem a transformações objetivas, sendo que estas condicionam o surgimento daquelas que determinam, da mesma forma, seu conteúdo. [...] as percepções coletivas se encontram no princípio da definição dada do imigrante e do discurso que atualiza essa definição (SAYAD, 1998, p. 57).

A intenção de privilegiar o aspecto subjetivo, no caso da história de refúgio das três irmãs congolesas, é de levantar intrinsecamente as percepções que elas próprias têm do processo migratório como fenômeno em que elas são sujeitas da experiência. Entende-se ainda que os migrantes forçados estão envolvidos em contingências sociais e circunstâncias históricas próprias. Contar suas histórias permite descortinar os efeitos da linguagem de anonimidade e distância, bem como das percepções coletivas destoantes da realidade.

Nesse caso, as experiências dos migrantes e, inclusive, dos migrantes forçados são plurais em suas possibilidades, trajetórias, motivações, acontecimentos políticos e sociais, formas de pensar e formas de expor as vivências dos processos migratórios.

2.2. As Migrações e as Migrações Forçadas

As migrações contemporâneas refletem uma complexa teia de contingências e motivações que para sua compreensão é imprescindível pensar o fenômeno migratório em função da globalização, da modernização e da facilitação dos deslocamentos humanos. Ademais, não se pode analisar o fenômeno migratório sem considerar os conflitos, as perseguições por vários motivos (religião, política, etnia, gênero, raça, grupo social) e as violações de direitos humanos, bem como os deslocamentos causados por desastres naturais.

O contexto atual revela, ainda, a multiplicidade de direções percorridas pelos indivíduos em deslocamento, que saem não apenas das regiões do sul em direção ao norte global, mas também nas demais direções: norte-sul, norte-norte e sul-sul.

Indivíduos de diversas nacionalidades, deslocando-se em variadas direções e por inúmeros motivos migram por escolha ou, às vezes, por necessidade.

A Organização Internacional para as Migrações (OIM), em "Glosario sobre la migración" de 2006, define o fenômeno da migração humana como:

Movimiento de población hacia el territorio de otro Estado o dentro del mismo que abarca todo movimiento de personas sea cual fuere su tamaño, su composición o sus causas; incluye migración de refugiados, personas desplazadas, personas desarraigadas, migrantes económicos (OIM, 2006, P. 38).

Nesse sentido, a migração forçada pode ser entendida como uma subcategoria da categoria geral 'migração'. Ou seja, a migração forçada faz parte, portanto, de processo mais amplo, compartilhando elementos e problemáticas oriundas da migração como fenômeno mais abrangente. Mas quais parâmetros definem a migração forçada?

Segundo a OIM, a migração forçada é um:

Término genérico que se utiliza para describir un movimiento de personas en el que se observa la coacción, incluyendo la amenaza a la vida y su subsistencia, bien sea por causas naturales o humanas. (Por ejemplo, movimientos de refugiados y de desplazados internos, así como personas desplazadas por desastres naturales o ambientales, desastres nucleares o químicos, hambruna o proyectos de desarrollo) (OIM, 2006, P. 39).

David Turton (2003) indica três possíveis respostas para a pergunta “Porque precisamos fazer a distinção entre migração e migração forçada?”.

A primeira resposta trazida pelos estudiosos da migração forçada diz respeito ao fato de que os migrantes forçados possuem diferentes experiências e necessidades. Essa resposta foi primordial no surgimento do campo dos estudos sobre refugiados e teve como principal difusor Barry Stein (1981), autor da obra *"The Refugee Experience: Defining the parameters of a field of study"*. No entanto, Turton (2003) alerta que não podemos deixar de perceber que essa análise pode restringir as experiências e as necessidades dos refugiados a algo comum a todos, correndo o risco de vê-los como uma massa homogênea de vítimas passivas.

As experiências dos migrantes forçados devem ser pensadas de forma plural. Não existe uma figura paradigmática que defina o refugiado, por exemplo. Existem inúmeras

razões para que uma pessoa se torne um migrante forçado, envolvendo contingências históricas, fenômenos políticos, econômicos, étnicos, ambientais ou de violação de direitos humanos. Há tantas razões para o deslocamento como o número de migrantes forçados.

Nesse sentido, os migrantes, de forma geral, não podem ser encarados como indivíduos isolados, mas como portadores de ações e reações que os revelam integrantes de estruturas sociais as quais refletem os diversos percursos, caminhos e locais de sua mobilidade espacial, social e cultural. Deve-se levar em conta que os migrantes estão inseridos em grupos étnicos, redes sociais e que estes carregam consigo um capital social, que não é estático, mas sim passível de transformação e ressignificação (PORTES, 1995).

Uma segunda forma de responder à questão do porque distinguir migração e migração forçada diz respeito à enorme quantidade de migrantes forçados no mundo hoje. Em 2017, relatório divulgado pelo ACNUR² apontou que, numa escala mundial, o deslocamento forçado causado por guerras, violência e perseguições atingiu em 2016 o número mais alto já registrado.

A última edição do relatório "Tendências Globais" revelou que ao final de 2016 havia cerca de 65,6 milhões de pessoas forçadas a deixar seus locais de origem por diferentes tipos de conflitos – superando em mais de 300 mil em relação ao ano de 2015. Esse total de 65,6 milhões abrange os *refugiados*, os *deslocados internos* e os *solicitantes de refúgio*. Os refugiados alcançaram a marca de 22,5 milhões, tornando-se o mais alto de todos os tempos. O número de deslocados internos, que compreende o deslocamento de pessoas dentro da fronteira de seus próprios países, totalizou 40,3 milhões no final de 2016. E, durante o mesmo período, os solicitantes de refúgio alcançaram o total de 2,8 milhões em todo o mundo. Estima-se que uma entre cada 113 pessoas no mundo é refugiada, deslocada interna ou solicitante de refúgio.

Considera-se que o fenômeno da migração forçada é produto de processos sociais mais amplos e de mudanças econômicas que fazem parte de processos que derivam da globalização e o aumento das disparidades criadas entre o norte e o sul globais. Considera-se, ainda, que a migração forçada pode ser entendida como um dos fatores que explicam os macro-processos econômicos e políticos mundiais (TURTON, 2003; CASTLES, 2003).

David Turton (2003, p. 8) desenvolve uma terceira maneira de responder à questão do porque separar os migrantes forçados dos migrantes em geral. Ele diz que devemos

² Dados no site: "<http://www.acnur.org/portugues/recursos/estatisticas/>". Acesso em 20/02/2018.

trazer a questão "deles" para "nós", uma vez que os migrantes forçados devem nos fazer pensar em nossas responsabilidades para com os outros, entendendo que o caso dos migrantes forçados requer atenção especial em nossas preocupações. Qual a nossa responsabilidade com um estranho entre nós, com pessoas em situações vulneráveis e que buscam uma vida melhor? Em última análise, é uma chamada de responsabilidade para pensarmos em quem nós somos e qual deveria ser nossa moral de comunidade, bem como buscar entender o significado de ser humano.

Nesse sentido, considera-se que a migração forçada é um fenômeno social de âmbito transnacional que revela hoje, além da enorme quantidade de pessoas nessa situação, as diversas necessidades e experiências das pessoas em situação de refúgio, bem como a necessidade da potencialização da responsabilidade social em relação a situação dessas pessoas deslocadas.

2.3. O instituto do refúgio e os conceitos de "refugiado" e "solicitante de refúgio"

O deslocamento de pessoas em busca de proteção, que lhes faltava nos locais de origem, faz parte de incontáveis relatos na história da humanidade.

"Essa 'proteção' é precisamente a noção da palavra 'asilo', que deriva do nome grego, *asylon*, formado pela partícula *a*, que significa 'não', e da palavra *asylao*, que equivale aos verbos quitar, arrebatado, tirar, sacar, extrair" (ANDRADE, 1996, p. 9).

O direito de asilo, como proteção às pessoas perseguidas, foi proclamado pela primeira vez na Constituição Francesa de 1793. No entanto, a primeira normatização jurídica internacional regional relacionada ao asilo foi estabelecida no Tratado de Direito Penal de 1889. O Tratado foi assinado em Montevideu e ratificado por Argentina, Bolívia, Paraguai, Peru e Uruguai (ANDRADE, 1996; LIMA et al., 2017).

O refúgio foi legalmente instituído, em âmbito internacional global, pela Liga das Nações na década de 1920, logo após a Primeira Guerra Mundial, quando as migrações forçadas passaram a configurar um problema político internacional, tendo em vista o deslocamento massivo de populações da Europa em razão da guerra. Os fluxos mais representativos na época foram formados pelos judeus fugindo das perseguições, pelos russos deslocando-se por conta da revolução que criou a União Soviética, pelos espanhóis

fugindo da guerra civil e pelos armênios escapando do movimento nacionalista turco (LIMA et al., 2017, p. 30). O tema a princípio foi tratado em função da proteção às violências e perseguições por motivos de opiniões políticas e crenças religiosas (ANDRADE, 1996).

Posteriormente, em termos legais, o conceito sofreu variações em decorrência das contingências históricas e do surgimento de novos fluxos que demandaram e ainda demandam ampliação do entendimento do refúgio como fenômeno social.

Segundo Jubilut (2007, p.27), a Organização das Nações Unidas (ONU), criada em 1945, "inaugurou uma nova fase na proteção internacional dos refugiados". O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) foi instituído e tem como papel principal a proteção dos refugiados em âmbito internacional, bem como a busca por soluções duradouras para seus problemas. Dessa forma, o ACNUR atua na proteção jurídica e na assistência material aos refugiados e solicitantes de refúgio.

A Convenção Relativa ao Status do Refugiado de 1951 e o Protocolo sobre o Status do Refugiado de 1967 "são instrumentos que sustentam a proteção de refugiados no sistema jurídico internacional e delegam a cada Estado contratante o estabelecimento do procedimento que considerar mais adequado de proteção" (LIMA et al., 2017, p. 34).

A Convenção de 1951 retrata sobre o princípio do *non-refoulement*, considerado central no sistema internacional de proteção aos refugiados. Como estabelecido na raiz da palavra asilo, as pessoas que procuram proteção internacional, não podem ser "devolvidas" para o local onde não recebem a proteção de seus governos. Em seu artigo 33, a Convenção de 1951 diz:

Art. 33 - Proibição de expulsão ou de rechaço

1. Nenhum dos Estados Contratantes expulsará ou rechaçará, de maneira alguma, um refugiado para as fronteiras dos territórios em que a sua vida ou a sua liberdade seja ameaçada em virtude da sua raça, da sua religião, da sua nacionalidade, do grupo social a que pertence ou das suas opiniões políticas.

No entanto, tal princípio não é absoluto, uma vez que a Convenção de 1951 diz que o princípio não se aplica quando um refugiado por motivos sérios seja considerado uma ameaça para a comunidade ou um perigoso para a segurança do país.

Em se tratando da evolução do instituto do refúgio, outros marcos regionais ganharam relevância, tais como a Convenção da Unidade Africana de 1969, a Declaração

de Cartagena sobre os Refugiados de 1984, assim como as Resoluções aprovadas pela Assembléia Geral das Nações Unidas.

A lei brasileira de refúgio, Lei nº 9.474 de 1997, define, tal como preceituado na Convenção de 1951, que será reconhecido como refugiado o indivíduo que “*devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, encontre-se fora do seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país*”. Ademais, esta Lei adota a definição ampliada de refugiados estabelecida pela Declaração de Cartagena de 1984, uma vez que reconhece como refugiado todo indivíduo que, “*devido à grave e generalizada violação dos direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país*”.

O conceito internacional de refugiados e migrantes forçados foi sendo ampliado e adaptado ao contexto no qual foi desenvolvido, tendo marcos relevantes na Convenção de 1951 e no Protocolo de 1967, com os quais os preceitos da Lei 9.474 estão harmonizados.

Um marco regional expressivo foi a Declaração de Cartagena de 1984, que se tornou parâmetro internacional. Tendo como desafio a tentativa de promover a proteção desses grupos sociais, o evento Cartagena + 30, realizado no Brasil no final de 2014, reinicia um debate, ainda que regional, sobre novos fluxos de migrantes forçados, uma vez que o conceito tal como definido não conseguia mais expressar as novas realidades e situações.

Segundo Liliana Jubilut e André Madureira (2014, p. 16) são considerados “novos fluxos”, dentre os migrantes forçados, “os deslocados internos, os deslocados ambientais e as pessoas que precisam de proteção humanitária, como as vítimas de tráfico de pessoas”.

De acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), o ordenamento jurídico brasileiro que trata da proteção dos direitos dos refugiados, contempla os principais instrumentos regionais e internacionais sobre o tema (ACNUR, 2014). Em artigo intitulado “*International Refugee Law and Protection in Brazil: a model in South America?*”, Liliana Jubilut (2006), especialista em Direito Internacional, alega que a composição da legislação brasileira de proteção aos refugiados faz do Brasil um país modelo para a proteção de refugiados na América do Sul.

Por outro lado, considerando que o refúgio é um estatuto legal que se é adquirido com a intervenção de um Estado, não há que se falar em "refugiado" antes da homologação

governamental ao procedimento de asilo. Assim, tem-se outra categoria que é chamada de *solicitantes de refúgio*, compreendendo aqueles que já fizeram o pedido de refúgio, mas ainda não tiveram seu pedido analisado e homologado.

No Brasil, o órgão responsável pela análise dos pedidos e pela homologação do reconhecimento, em primeira instância, da condição de refugiado é o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE). Esse órgão foi instituído pela Lei nº 9474/1997 e tem também como atribuição orientar e coordenar as ações necessárias à eficácia da proteção, assistência e apoio jurídico aos refugiados.

O CONARE é presidido pelo Ministério da Justiça e integrado pelo Itamaraty (que exerce a Vice-Presidência), pelos Ministérios da Saúde, Educação e Trabalho e Emprego, pela Polícia Federal e por organizações não-governamentais dedicadas a atividades de assistência: o Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH) e as Cáritas Arquidiocesanas de Rio de Janeiro e São Paulo. O ACNUR também participa das reuniões do órgão, porém sem direito a voto.

O CONARE também é considerado um avanço brasileiro em relação às leis e às normas sobre o instituto do refúgio, principalmente por constituir-se como órgão tripartite, tendo em vista que conta com a participação da sociedade civil, da organização internacional (ACNUR) e do Estado brasileiro.

As três irmãs do Congo estão vivendo no Brasil há desde o final de 2015 e ainda não são legalmente consideradas refugiadas. Em 2016, entregaram devidamente os formulários de solicitação de refúgio na Polícia Federal, receberam número de protocolo e ainda não foram chamadas para a entrevista realizada pelo CONARE. Dessa forma, elas são consideradas solicitantes de refúgio. No entanto, como se trata apenas de uma definição legal que não impede a análise sociológica da história de vida das moças do Congo, a pesquisa pode algumas vezes não diferenciar "refugiadas" de "solicitantes de refúgio", entendendo que a narração do caminho por elas percorrido é tipicamente um relato de refúgio.

2.4. Em direção a uma sociologia da migração forçada

Stephen Castles (2003) em artigo chamado "Towards a Sociology of Forced Migration and Social Transformation" fundamenta alguns parâmetros teóricos e

metodológicos com o intuito de estabelecer um campo de estudo e guiar as pesquisas sociológicas na área da migração forçada.

O autor afirma que a migração forçada necessita ser analisada como um processo social no qual os atores e as redes sociais desempenhem papel essencial. Assim, considera-se que a sociologia - como a área do conhecimento que estuda o indivíduo, a sociedade e a relação entre estruturas e processos sociais - permeia a pesquisa de todos os aspectos do processo migratório.

Sabe-se que as migrações forçadas não são um fenômeno recente e que os deslocamentos em função de guerras, violências e perseguições são tão antigos quanto a própria história da humanidade. No entanto, a abordagem sociológica contemporânea no campo da migração forçada, reivindicada por Castles, tem por base analisar as novas características do fenômeno na época da globalização.

Após a Guerra Fria, a migração forçada cresceu tanto em função da quantidade de pessoas forçadamente deslocadas, quando em função da importância sócio-política, uma vez que esse fenômeno atua nas esferas local, nacional, regional e global, se inserindo como um fator de transformação social em todas essas esferas (CASTLES, 2003).

Nesse sentido, a migração forçada faz parte de um projeto muito mais amplo no qual devem ser levados em consideração tanto os aspectos subjetivos e culturais, quando os aspectos estruturais. Isso porque o fenômeno da migração forçada não pode ser analisado de forma isolada, uma vez que está imbricado em processos sociais e mudanças econômicas, derivadas da 'globalização' e do aumento das disparidades entre o norte e o sul globais.

Os migrantes forçados e suas histórias de vida revelam, portanto, não apenas aspectos subjetivos e microssociais, mas refletem e são moldados, sobretudo, por fatores macro estruturais relacionados a processos econômicos e políticos, tanto no âmbito local quanto global.

Os problemas sociais, políticos e econômicos da República Democrática do Congo não podem ser analisados de forma isolada. Como poderá ser verificado no próximo capítulo, o Congo enfrenta problemas de ordem local, regional e global, envolvendo, por exemplo, países vizinhos e potências mundiais em questões econômicas, principalmente em função da enorme quantidade de recursos naturais na região.

Para entender a história das irmãs congoleesas deve-se remeter indispensavelmente ao contexto sócio-político do Congo e das consequências que as levaram a fugir do país. Observa-se claramente a estrutura moldando o caminho percorrido pelas mulheres e a história de refúgio por elas vivenciada revelando problemas macro estruturais.

De acordo com a abordagem sociológica da migração forçada proposta por Castles, não se pode desvincular o subjetivo do estrutural, tendo em vista que o fenômeno migratório se insere no contexto mais amplo do processo de transformação social em nível global. É nesse sentido que Stephen Castles (2003, p. 24-25) argumenta que:

Migration in general, and forced migration in particular, are amongst the most important social expressions of global connections and processes. The sociology of forced migration is, therefore, important not only as a field of sociological enquiry in itself, but also as an area with potential to make major contributions to 'global sociology'.

É com base nesses preceitos que a pesquisa enfatizará a dimensão micro, sem negligenciar a dimensão macro. A análise partirá de caso específico e será enriquecida com os aspectos mais amplos da estrutura sócio-política que molda e reflete a história das irmãs congoleesas.

Entende-se também que a sociologia da migração forçada deve ser um empreendimento interdisciplinar, tendo em vista que a migração como um fato social total e que abrange diversos fatores contingenciais, individuais e globais, não pode ser estudada apenas por uma área de estudo. Nenhuma disciplina separadamente pode dar conta de analisar as estruturas e experiências de refúgio.

Além disso, Stephen Castles faz um apelo para a substituição de uma sociologia do Estado-nação por uma sociologia transnacional. Principalmente em decorrência dos movimentos migratórios contemporâneos, tem-se notado que a dinâmica das relações sociais transcende as fronteiras nacionais. Desse modo, com o crescimento da importância dos processos transnacionais, novas abordagens são exigidas da sociologia da migração.

Ao falar sobre a estrutura teórica e de sua importância na acumulação de conhecimento, Castles cita Alejandro Portes, renomado estudioso da migração, dizendo que ele:

... warn us not to be expect a 'grand theory' of migration that can explain every aspect of it in every place. Such a theory would be so general as to be vacuous. Instead he advocates a set of 'mid-range theories' that can help explain specific empirical findings by linking them to appropriate bodies of historical and contemporary research (CASTLES, 2003, p. 27).

O processo migratório traz à tona uma enorme quantidade de questões que estão empírica e teoricamente interconectadas e, tal como propõe Robert Merton (1970), as teorias de médio alcance pressupõem a interdependência entre a teoria e a empiria, superando as "grandes teorias" e a necessidade de explicações gerais aplicáveis a uma extensa unidade, por meio da uniformização e generalização das múltiplas situações sociais, bem como o "empirismo tradicional" que se preocupava com o estudo isolado de casos específicos sem contextualizá-los.

Desse modo e apostando em uma área de abrangência restrita focada em aspectos específicos da realidade empírica, esta pesquisa parte da narrativa do processo migratório vivenciado por três mulheres do Congo e se utiliza da pluralidade de perspectivas e paradigmas que tratam da migração forçada para dialogar, ao longo da dissertação, com os achados empíricos.

Em momento oportuno, informa-se que o capítulo que se segue visa à contextualização do caso empírico específico aos macro-processos ligados tanto ao país de destino quanto ao país de origem das moças do Congo.

2.5. A sociologia e a ênfase na interação e na vida cotidiana

Tendo em vista o foco da pesquisa na experiência e na interpretação de congolesas refugiadas sobre a situação de refúgio e a vivência em novo país, torna-se essencial enfatizar perspectivas que abordam a importância da dimensão subjetiva da vida cotidiana e da interação social que, por sua vez, fundamenta os símbolos, os significados e as interpretações que os indivíduos que são sujeitos da experiência dão e fazem dela.

Os trabalhos realizados no seio da Escola de Chicago contribuíram de forma essencial para os estudos sociológicos qualitativos sobre a migração. A preocupação central dessa Escola está ligada à investigação da relação do indivíduo com o grupo e a adaptação dos indivíduos ao corpo urbano (COULON, 1995), sendo relevante, portanto, na análise dos deslocamentos humanos de homens e mulheres e seus desdobramentos sócio-culturais e, também, subjetivos.

O interacionismo simbólico destaca o significado e a interação entre os atores como centrais no entendimento da vida social (FINE, 2006), sendo uma ferramenta teórica e ao mesmo tempo metodológica com capacidade de auxiliar no entendimento das

interpretações e representações que as três congolezas fazem do processo migratório e da vivência em novo contexto que atribui novas interações, símbolos e significados.

O interacionismo simbólico, como uma categoria analítica que enfatiza o aspecto subjetivo, reconhece a relevância da utilização do método qualitativo e da abordagem psicossociológica no que tange a pesquisa da interação social, considerando o processo da constituição do "eu" e, também, em sua referência ao "outro" para a formação da consciência e da identidade (FINE, 2006). Esta perspectiva leva em consideração a relação entre os indivíduos que, estabelecida por meio de uma linguagem simbólica, leva ao processo de interpretação das situações e dos significados.

Para entender estes símbolos e seus significados, os indivíduos passam, necessariamente, por um complexo processo de interpretação, o qual se realiza por meio da interação nos diferentes contextos sociais. A compreensão dos símbolos significantes permite o compartilhamento de sentidos e o estabelecimento da comunicação. É, pois, mediante este processo de interação que os indivíduos conquistam a capacidade e a habilidade de usar e interpretar os símbolos. Assume-se, portanto, que as pessoas criam, negociam e alteram os significados socialmente construídos por meio do processo de interação, que além de criar significados fundamenta e mantém a ordem social do contexto no qual estão inseridos (FINE, 2006, p. 4 - 6).

Deve-se, assim, levar em consideração o fato de que é através do sentido que os indivíduos atribuem a objetos, aos demais indivíduos e aos símbolos que os rodeiam, que eles constroem seu mundo social (COULON, 1995, p. 22).

São as relações face-a-face e as microssituações cotidianas que dão forma à construção da noção de controle situacional, da coesão de comportamentos que por si demarcam o que é desvio e o que é embaraço. A presença de atores, tais como os imigrantes, em geral, que desconhecem a lógica construída nos contextos específicos pode causar estranhamento, exclusão, isolamento e conflito.

Por outro lado, as quebras e as transformações das percepções e prenoções, formuladas com base na relação e interação com os "selves" espelhados dentro de uma ordem social específica, podem ser encaradas como capacidade de ampliação de um escopo de pressupostos a qual permite, através do conflito e da luta por reconhecimento, a formação de redes de solidariedade e tolerância.

Georg Simmel enfatiza os estudos microscópicos da estrutura social, porém tece críticas em relação às abordagens dualizadas, nas questões mais subjetivas e íntimas e nas mais abrangentes e objetivas. Para o autor (1983, p. 125): "A vida se move constantemente entre essas duas tendências", a da estrutura e a do sujeito. É exatamente levando em consideração essa compreensão que a pesquisa foi elaborada, pensando na ênfase no empírico e entendendo que ele está necessariamente imbricado em processos sociais mais amplos, bem como em relações microssociais.

3. O BRASIL, A REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO E A MIGRAÇÃO FORÇADA

O presente capítulo contextualiza o caso empírico específico das irmãs congolesas, tendo em vista que aborda a questão da migração forçada tanto em relação ao Brasil, como país de acolhida, quanto ao Congo, como país de origem.

Desse modo, o capítulo foi dividido em duas partes principais. A primeira engloba dados da migração forçada no Brasil com ênfase nos dados relativos aos refugiados da República Democrática do Congo que vivem no país. Essa parte tem como base a pesquisa publicada pela IPEA em livro chamado "Refúgio no Brasil: Caracterização dos perfis sócio-demográficos dos refugiados (1998-2014)".

A segunda parte, por sua vez, aborda o contexto sócio-político atual do Congo e descreve brevemente a história do país, elencando-a ao contexto regional e mundial para compreender os conflitos, problemas políticos e sociais, bem como à história das irmãs congolesas.

3.1. O BRASIL E A MIGRAÇÃO FORÇADA: O PERFIL DOS REFUGIADOS DO CONGO NO PAÍS

3.1.1. A migração forçada no Brasil e no mundo

As pessoas em deslocamento têm se movido por distâncias mais longas, em velocidades mais rápidas e por uma enorme diversidade de motivos, sejam eles ligados à busca por melhores condições de vida, à fuga de conflitos, perseguições e violações de direitos humanos, ou ainda por razão de mudanças climáticas e desastres ambientais. Os padrões da mobilidade humana hoje se apresentam de forma distinta daqueles do século XIX e início do século XX (LIMA et al., 2017).

Na atualidade, a migração humana assume números sem precedentes na história. Estima-se que, segundo a Declaração de Refugiados e Migrantes de Nova York de 2016, o número de imigrantes tenha alcançado a marca de mais de 244 milhões até 2015. Desses,

65 milhões de pessoas foram obrigadas a deixar seus lugares habituais de residência, ultrapassando o maior nível desde a Segunda Guerra Mundial. Desses 65 milhões, 21 milhões são refugiados, três milhões são solicitantes de refúgio e 40 milhões são deslocados internos (LIMA et al., 2017).

O número de refugiados está em ascensão e, segundo o ACNUR, 64 mil pessoas são obrigadas a deixar seus lares por dia, superando, proporcionalmente, a taxa de crescimento da população mundial. Ademais, nove em cada dez refugiados, ao contrário do que se pensa, são acolhidos por países em desenvolvimento (LIMA et al., 2017).

O livro "Refúgio no Brasil: Caracterização dos perfis sócio-demográficos dos refugiados (1998-2014)", organizado por João Brígido Bezerra Lima com edição do IPEA e publicado em Brasília no ano de 2017, será o guia desta primeira parte do capítulo, uma vez que sistematiza o perfil das pessoas refugiadas no Brasil, por elegibilidade ou por reassentamento, buscando entender as circunstâncias que levaram as pessoas a buscarem refúgio no país e as trajetórias por elas percorridas.

O processo de solicitação de refúgio corre pelas vias tradicionais de *elegibilidade* quando ele se inicia com o pedido feito à Polícia Federal e é encaminhado ao Comitê Nacional para Refugiados (CONARE), uma vez que o solicitante de refúgio já se encontra no país de destino. O *reassentamento*, regulamentado no Brasil pelo Programa de Reassentamento Brasileiro, ocorre quando o refugiado é transferido para um segundo país de refúgio que aceita conceder o assentamento permanente.

A pesquisa realizada no livro "Refúgio no Brasil" analisa uma população de 4.150 solicitações de refúgio que foram deferidas pelo CONARE. Desse total, foram analisados 3.982 processos via elegibilidade, verificando as informações apenas dos titulares, não tendo sido possível o acesso às informações dos acompanhantes, e 168 processos via reassentamento e seus 324 acompanhantes. Foram levantadas informações sobre idade, estado civil, gênero, rotas migratórias, idiomas falados, área de atividade econômica, níveis de instrução, motivações para o refúgio, violências sofridas, assistências e proteção recebidas no Brasil.

Os autores da pesquisa afirmam que esse estudo sócio-demográfico não teve como foco as experiências dos deslocados forçados em relação aos "impactos sobre a vida dos refugiados, os medos que surgem da perseguição, da violência e violação dos direitos humanos, assim como as dificuldades de integração nos países de asilo" (LIMA et al.,

2017, p. 197). No entanto, acreditam que a pesquisa tem potencial para subsidiar estudos na área qualitativa, buscando entender as condições atuais de vida dos refugiados, bem "como esses perfis se articulam ao processo de integração em todas as dimensões, sociais, econômicas, de cidadania, políticas, e culturais" (LIMA et al., 2017, p. 198).

É nesse sentido, que a presente pesquisa de caráter subjetivo vai levar em conta os esforços empreendidos por João Lima e equipe, com apoio do IPEA. O mapa ou fotografia do refúgio no Brasil apresentado auxiliará na melhor percepção do grupo que está sendo tratado no estudo.

Vale ressaltar, que a abordagem da migração internacional também deve levar em conta as diferenças salariais entre os países de destino e de origem, mesmo nos casos de migração forçada, uma vez que existe enorme entrelaçamento entre questões políticas e econômicas, sendo muito complexo desconectar as expectativas dos migrantes, em geral, por melhores ganhos e condições. Não se trata de questão de juízo ou valor que diminui a especificidade das situações de refúgio, mas sim o entendimento de que diferenciais econômicos entre países influenciam as migrações internacionais em todas as categorias (TODARO, 1959).

Por outro lado, Weber Soares (2004), estudioso da teoria das redes migratórias, aponta a influência de questões econômicas, mas também sociais e políticas que forçam as pessoas a deixarem seus países.

A experiência tem mostrado que os migrantes não respondem mecanicamente às diferenças nas taxas salariais e de emprego - não estão imbuídos das mesmas motivações, nem enfrentam os mesmos obstáculos; os contextos sociais, econômicos, culturais e políticos nos quais as decisões de migrar são tomadas diferem (SOARES, 2004 apud LIMA et al, 2017, p. 23).

As migrações refletem enorme complexidade tanto em se tratando dos fluxos quanto das motivações. A presente pesquisa ao apresentar caso específico contribui no sentido de entender como esses fatores mais amplos influenciam o ser humano, abarcando da melhor forma possível as dimensões socioculturais, biológicas, culturais, geográficas, econômicas, demográficas e históricas.

Dando sequência à análise e observando o mapa abaixo, nota-se que os destinos migratórios não se limitam às migrações no sentido Sul-Norte, tradicionais fluxos de migração para as potências da América do Norte e Europa. O mapa dos fluxos migratórios

Em relação às pessoas em situação de refúgio, o Comitê Nacional para Refugiados (CONARE) afirma que o número de solicitações de refúgio aumentou 2.868% entre 2010 e 2015 (de 966 solicitações em 2010 para 28.670 em 2015). Ademais, o CONARE constatou que a maior parte de solicitantes de refúgio vem da África, da Ásia - incluindo o Oriente Médio - e do Caribe. Segundo dados de abril de 2016, o Brasil possui 8.863 refugiados reconhecidos, de 81 nacionalidades distintas, sendo 28,2% deles mulheres, – incluindo refugiados reassentados. Vale ressaltar que os principais grupos são compostos por nacionais da Síria (2.298), Angola (1.420), Colômbia (1.100), **República Democrática do Congo (968)** e Palestina (376)⁴.

3.1.2. Os refugiados congolezes no Brasil

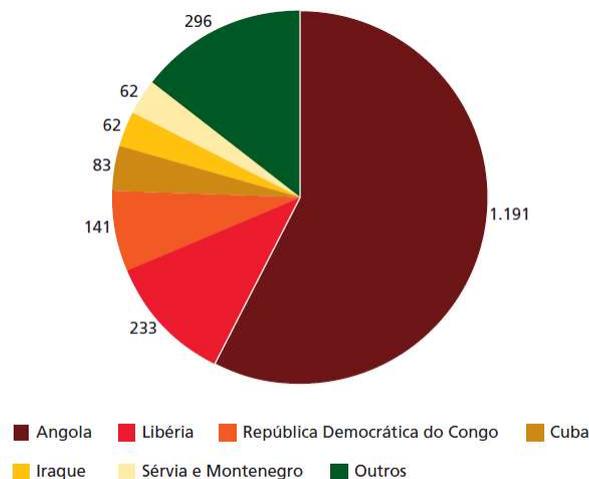
O estudo sobre os perfis sócio-demográficos dos refugiados acolhidos no Brasil analisa refugiados reconhecidos pelo Comitê Nacional para Refugiados (CONARE). Dessa forma, o estudo compreende o período entre 1998 e 2014, tendo início de análise no ano seguinte ao estabelecimento da Lei 9.474/1997, que instituiu o CONARE.

Os estudos observam que ainda antes da edição da Lei 9.474/1997, o governo brasileiro já havia concedido refúgio a nacionais da República Democrática do Congo (RDC). Foram identificados 141 congolezes reconhecidos como refugiados no país até o ano de 1998, conforme ilustra o Gráfico 1 (LIMA et al., 2017, p. 54).

Vale ressaltar que a guerra civil no Congo, com início em 1996, colocou fim a uma ditadura de 32 anos e foi implementada, logo em seguida, "democracia" na qual desde 1996 estão no poder a mesma família: Laurent Kabila presidente de 1997 a 2001 e seu filho Joseph Kabila de 2001 até hoje. Os conflitos e as repressões do Estado já resultaram em cerca de seis milhões de mortos, sendo considerada a guerra mais sangrenta desde a Segunda Guerra Mundial (LIMA et al., 2017, p. 54). Estima-se que, até o ano de 2014, existiam no mundo cerca de 516.770 refugiados do Congo (LIMA et al., 2017, p. 38).

⁴ Dados no site: "<http://www.acnur.org/portugues/recursos/estatisticas/dados-sobre-refugio-no-brasil/>". "Acesso em 12/04/ 2017.

Gráfico 1. Refugiados reconhecidos: principais nacionalidades, antes da criação do Conare - Brasil (até 1998)

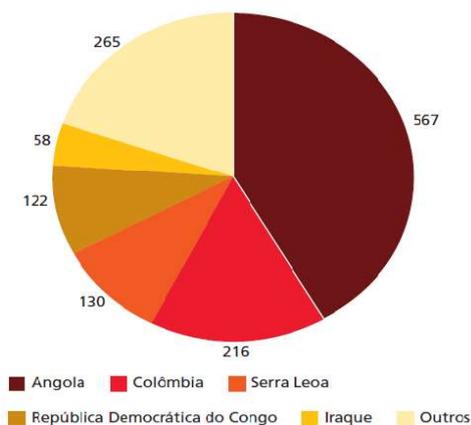


Fonte: Milani (2005)
Elaboração: Ipeaapud LIMA et al., 2017, p.93

Entre o ano de 1998 até os dias de hoje são encontrados registros de solicitações de refúgio de congoleses, uma vez que o país ainda se encontra em guerra civil. Mesmo com as modificações das nacionalidades que tiveram reconhecimento de refúgio, observadas nos períodos de 1998 a 2006, de 2006 a 2008, de 2008 a 2010 e de 2010 a 2014, os nacionais do Congo sempre estiveram presentes entre os solicitantes de refúgio mais predominantes no Brasil.

O Gráfico 2 mostra os dados referentes ao período de 1998 a 2006, com principais nacionalidades apontando para Angola (567 pessoas), Colômbia (216 pessoas), Serra Leoa (130 pessoas) e **RDC (122 pessoas)**. Em relação aos congoleses foi registrado número inferior ao período anterior a Lei 9.474/1997, que registrou 141 refugiados reconhecidos pelo Estado brasileiro. No entanto, nos demais períodos que se seguiram o número de solicitações de refúgio deferidas mantiveram-se em crescimento, ano após ano, como poderá ser observado em seguida.

Gráfico 2. Refúgio no Brasil via elegibilidade: principais nacionalidades (1998-2006)



Fonte: Relatório de Atividades de dezembro de 2006 do Conare
Elaboração: Ipeaapud LIMA et al., 2017, p.98.

No período de 2006 a 2008, o CONARE passou a apresentar dados mais detalhados ano a ano. Nesse período, as maiores variações percentuais no aumento de refugiados ocorreram com os nacionais do Iraque (34,8%), da **RDC (24,7%)** e da Colômbia (23,4%). No final do ano de 2008, o CONARE havia concedido refúgio a 340 congoleses, como apresenta a Tabela 1.

Tabela 1. Refúgio no Brasil via elegibilidade: principais nacionalidades, valor acumulado (2006-2008).

Nacionalidade	2006	%	2007	%	2008	%	Variação 2006-2008 (%)
Angola	1.683	50,8	1.684	48,7	1.687	47,1	0,2
Burundi	32	1,0	34	1,0	34	0,9	5,9
Chile	21	0,6	21	0,6	21	0,6	0,0
Colômbia	222	6,7	270	7,8	290	8,1	23,4
Cuba	103	3,1	115	3,3	124	3,5	16,9
Irã	28	0,8	29	0,8	30	0,8	6,7
Iraque	116	3,5	161	4,7	178	5,0	34,8
Libano	28	0,8	28	0,8	28	0,8	0,0
Libéria	258	7,8	259	7,5	259	7,2	0,4
Nigéria	26	0,8	26	0,8	26	0,7	0,0
Peru	38	1,1	40	1,2	40	1,1	5,0
República Democrática do Congo (RDC)	256	7,7	281	8,1	340	9,5	24,7
Serra Leoa	137	4,1	137	4,0	137	3,8	0,0
Sérvia e Montenegro	68	2,1	68	2,0	68	1,9	0,0
Síria	5	0,2	5	0,1	5	0,1	0,0
Somália	28	0,8	30	0,9	31	0,9	9,7
Sudão	28	0,8	31	0,9	31	0,9	9,7
Outros	234	7,1	242	7,0	250	7,0	6,4
Total¹	3.311	100,0	3.461	100,0	3.579	100,0	7,5

Fonte: Relatório de Atividades de dezembro de 2008 do Conare, apud LIMA et al., 2017 (p.99)
Elaboração: Ipea

Os congoleses, no período de 2008 a 2010, registraram a maior variação percentual dentre as nacionalidades mais representativas do período: **RDC (21,1%)**, Iraque (11,4%) e Colômbia (9,3%), conforme mostra a Tabela 2.

Tabela 2. Refúgio no Brasil (elegibilidade e reassentamento): principais nacionalidades (2008-2010)

Nacionalidade	2008		2009 ¹		2010		Variação 2006-2008 (%)
	Refugiados	%	Refugiados	%	Refugiados	%	
Angola	1.687	42,7	1.688	39,8	1.688	39,2	0,1
Colômbia	534	13,4	Não informado	Não informado	589	13,7	9,3
República Democrática do Congo	340	8,4	392	9,2	431	10,0	21,1
Libéria	258	6,5	258	6,1	258	6,0	0,0
Iraque	178	4,5	195	4,6	201	4,7	11,4

Fonte: Relatório de Atividades de 2008, 2009 e 2010 do Conare, apud LIMA et al., 2017 (p.100).
Elaboração: Ipea

A Tabela 3 apresenta as sete nacionalidades com maior número de refugiados reconhecidos no Brasil no período de dezembro de 2011 a janeiro de 2015. Nesse período, o Congo apresenta variação percentual de 70%, registrando no final de 2014 o total de 799 refugiados reconhecidos.

Tabela 3. Refúgio no Brasil: por principais nacionalidades (2011-2014)

Nacionalidade	Dez. 2011		Dez. 2012		Dez. 2013		2014 a fev. 2015		Variação 2010-2014 (%)
	Refugiados	Total (%)	Refugiados	Total (%)	Refugiados	Total (%)	Refugiados	Total (%)	
Angola	1.688	38,6	1.688	36,5	1.062 ²²	19,9	1.071	13,98	-36,5
Colômbia	654	15,0	707	15,3	803	15,0	834	10,88	27,5
República Democrática do Congo	470	10,8	510	11,0	617	11,5	799	10,43	70,0
Libano	29	0,01	29	0,01	33	0,01	393	5,13	1255,17
Libéria	258	5,9	258	5,6	258	4,8	258	3,37	0,0
Iraque	207	4,7	214	4,6	217	4,1	235	3,07	13,5
Síria	6	0,1	50	1,1	333	6,2	1739	22,70	28883,3
Outras	1089	24,9	1203	26,0	2052	38,4	2.726	35,58	150,32
Total	4.401	100,0	4.659	100,0	5.375	100,0	8.055	100,0	30,36

Como já foi dito, o período de 2010 a 2014 foi o momento de maior crescimento de solicitações de refúgio no Brasil, uma vez que em 2010 foram registradas 966 solicitações e em 2015, 28.670 solicitações. Os dados mais recentes de abril de 2016 registram que existe o total de 968 refugiados congolese reconhecidos no Brasil.

Constatou-se que desde antes da edição da Lei 9.474/1997 o Brasil já tinha tradição na concessão de refúgio aos congolese. Verificou-se, ainda, que, no período de 1998 até os dias de hoje, os congolese não pararam de chegar ao país fugindo da violenta realidade que acomete a região central da África.

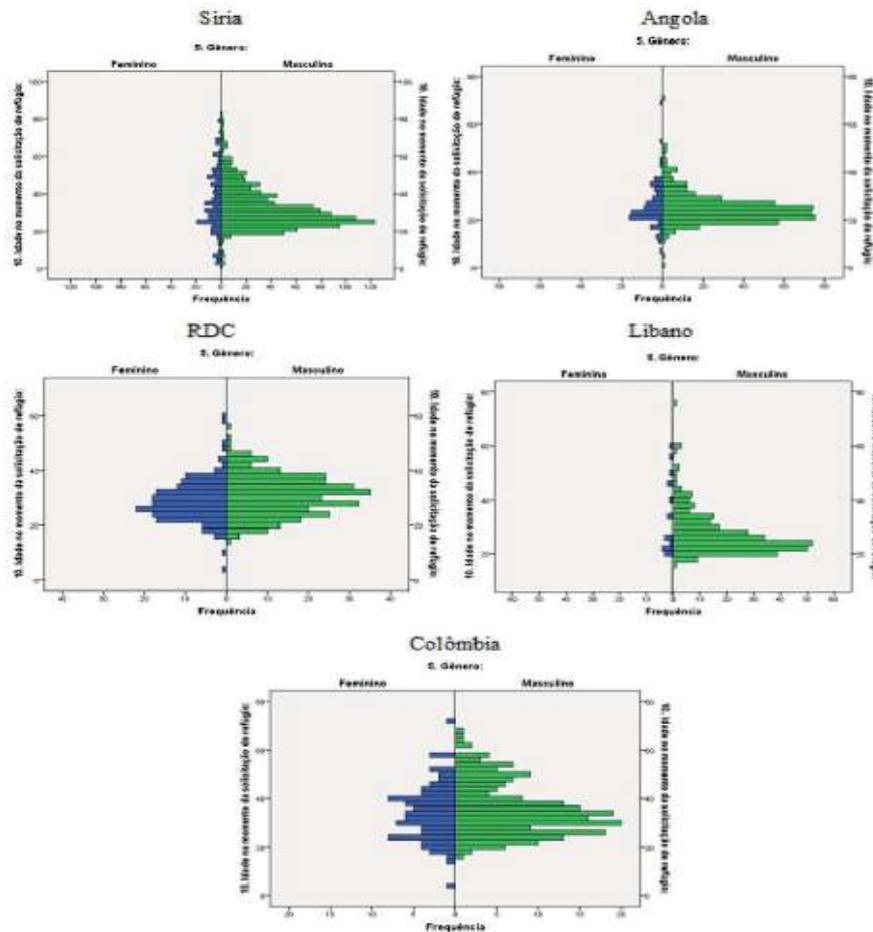
Para a realização do mapeamento dos perfis de refugiados no Brasil, a pesquisa levou em consideração apenas os titulares das solicitações. No caso dos refugiados do Congo, o estudo contou com o relatório de 480 congolese reconhecidos pelo CONARE, totalizando 12,1% dos demais nacionais pesquisados (LIMA et al., 2017, p.110).

Em relação à constatação do gênero, vale lembrar que a pesquisa está baseada nos titulares dos processos, que na maioria das vezes são representados pelos pais ou maridos, não sendo levadas em conta algumas mulheres. Os refugiados do Congo apresentam a maior participação de mulheres (35,6%) em comparação com as demais nacionalidades, seguida pela Colômbia que apresenta 30,8% de mulheres (LIMA et al., 2017, p.110).

A Figura 2 demonstra as pirâmides populacionais das principais nacionalidades, indicando que o Congo é o país com maior equilíbrio na proporção entre homens e mulheres que se apresentaram como titulares dos processos, podendo ser explicado pelo fato de 60% das mulheres congolese titulares serem solteiras ou viúvas (LIMA et al., 2017, p.115).

No que tange a idade média dos titulares no momento da solicitação de refúgio, os congolese tem em média 29, 72 anos, com desvio padrão de 7,5. Aqui vale lembrar mais uma vez que são os dados dos titulares dos processos que são levados em conta (LIMA et al., 2017, p.115).

Figura 2. Refúgio no Brasil via elegibilidade: pirâmide populacional, titulares da amostra, principais nacionalidades (1998-2014)



Fonte: Base PREBASIL, apud LIMA et al., 2017 (p.116).

Elaboração: Ipea

Obs: Figura produzida em baixa resolução

Em relação aos idiomas falados, cabe destacar o Lingala como um dos mais citados. As irmãs do Congo se comunicam muitas vezes em Lingala quando pretendem manter a conversa privada, sem que a pesquisadora possa entendê-las. Os idiomas citados entre a amostra da pesquisa são: Árabe (23,6%), Inglês (16,2 %), **Francês (13%)**, Espanhol (6,4 %) e o **Lingala (5,9%)**, correspondendo, este último, à frequência de 234 refugiados que falam o idioma (LIMA et al., 2017, p.117).

O Lingala é uma das línguas bantas, sendo o idioma materno de mais de 10 milhões de pessoas na região noroeste da República Democrática do Congo e em

uma parte da República do Congo. Além disso, serve como língua franca em toda a extensão do território do primeiro país e goza também de certa importância em partes da Angola e da República Centro-Africana. (LIMA et al., 2017, p.117).

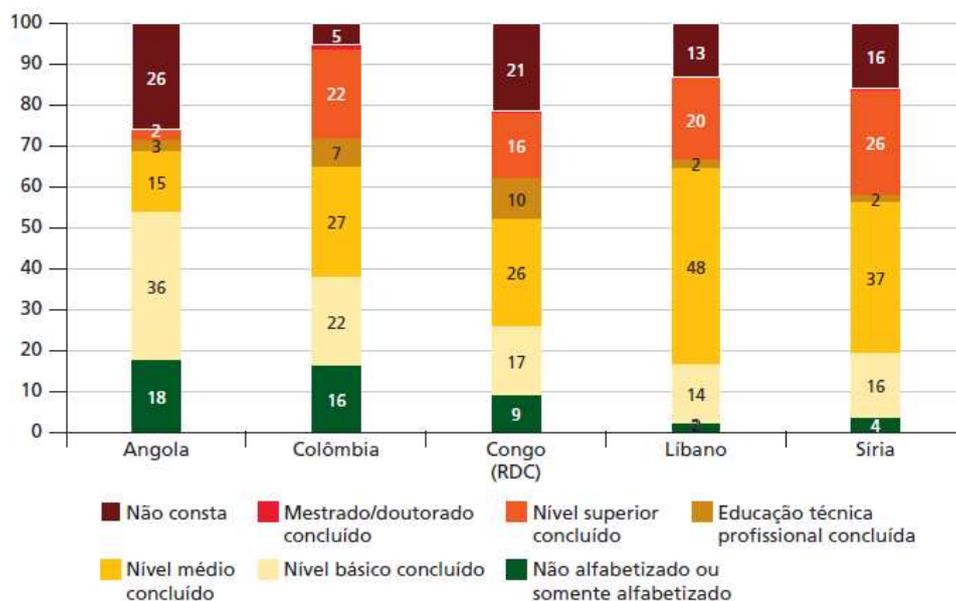
As irmãs congolesas se comunicam em francês e lingala, bem como em português, que após os dois anos morando no Brasil já é bem compreendido e expressado por elas.

O Gráfico 3, por sua vez, mostra a escolaridade dos titulares da amostra das principais nacionalidades. Dos refugiados do Congo, 9% se declaram não alfabetizados; 17% somente alfabetizados; 26% concluíram o nível básico; 10% concluíram o nível médio; 16% concluíram o nível superior; e 21% concluíram nível superior.

As irmãs congolesas concluíram nível superior em Pedagogia e Relações Internacionais (Rita), Comunicação (Laura), Hotelaria e *Design* de Interiores (Melissa).

Gráfico 3. Refúgio no Brasil via elegibilidade: escolaridade dos titulares da amostra, por nacionalidades (1998-2014)

(Em %)



Fonte: Base PREBRASIL, apud LIMA et al., 2017 (p.122).

Elaboração: Ipea

Quanto às motivações que fizeram com que os refugiados deixassem o país de origem, a pesquisa levou em consideração a perseguição por motivos de raça/etnia, religião, nacionalidade, grupo social, opiniões políticas, grave e generalizada violação dos direitos humanos e outros motivos. Do total pesquisado, 58,9% declaram ter fugido do país de origem em razão de grave e generalizada violação dos direitos humanos, seguidos por 36% daqueles que declaram terem sido perseguidos por motivo de opiniões políticas. Vale ressaltar que a porcentagem pode ultrapassar os 100%, uma vez que os motivos não se anulam (LIMA et al., 2017, p.124).

A Tabela 4 mostra as motivações dos refugiados das principais nacionalidades para deixarem o país de origem. No caso do Congo, os refugiados apontam as causas em razão de perseguições por motivo de raça/etnia (6%), religião (6%), grupo social (5%), **opiniões políticas (61%)**, **grave e generalizada violação dos direitos humanos (69%)**, outros motivos (8%).

Tabela 4. Refúgio no Brasil via elegibilidade: motivação para a saída do país de origem, titulares da amostra, principais nacionalidades (1998-2014)
(Em %)

Motivo de saída do país de origem	Angola	Colômbia	Congo (RDC)	Libano	Síria
Raça/etnia	1	-	6	3	-
Religião	2	1	6	11	8
Nacionalidade	-	1	-	-	-
Grupo social	1	11	5	-	-
Opiniões políticas	11	24	61	27	41
Grave e generalizada violação dos direitos humanos	67	64	69	37	54
Outros	26	16	8	39	24

Fonte: Base PREBRASIL, apud LIMA et al., 2017 (p.122).
Elaboração: Ipea

As congoleesas motivam a fuga em razão de perseguição por motivo de opiniões políticas e por grave e generalizada violação dos direitos humanos. No que tange às violências sofridas, 12,7% dos refugiados das principais nacionalidades afirmam terem sofrido violência física, 5,3% dizem que foram torturados, e 1,3 alegam terem sofrido

violência sexual ou de gênero (LIMA et al., 2017, p.125). No caso das moças da pesquisa, uma delas sofreu violência física, tendo sido este o momento da decisão de que não poderiam mais continuar no país.

3.2. O CONFLITO NA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO E A MIGRAÇÃO FORÇADA

3.2.1. Dados: território, população e recursos

A República Democrática do Congo (RDC) está localizada no centro da África (África Central) e é considerada hoje, após a divisão do Sudão em 2011, o maior país na África Subsaariana, com área de 2.344.858 km de extensão. Segundo dados de 2015, a população ultrapassa 77 milhões de pessoas se constituindo como um dos países mais populosos do continente. No ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) aferido em 2014, o Congo está na 176ª posição do total de 188 países⁵.

Em relação aos dados relacionados à população congoleza, tem-se que 65,44% residem em área rural, 95,2% são cristãos (católicos 49,7%, independentes 20, 8%, protestantes 19%, outros 5,7%), 32,8% são analfabetos, 72% se encontra em situação de subnutrição, e somente 46% dos domicílios têm acesso à água potável⁶.

O idioma oficial é o Francês, no entanto o Congo é território onde se comunica em diversos "dialetos", dentre eles destaca-se o Lingala. A moeda utilizada no país é o franco congolês. As irmãs do Congo relataram que o dólar é muito usado no país, inclusive recebiam seus salários em dólar.

O Congo, cuja capital e maior cidade é Kinshasa, além do acesso ao Oceano Atlântico, faz fronteira com nove países: Angola, Zâmbia, Tanzânia, Burundi, Ruanda, Uganda, Sudão do Sul, República Centro-Africana e República do Congo.

⁵ Dados no site: "<http://www.iom.int/countries/democratic-republic-congo>". Acesso em 28/02/2018.

⁶ Dados no site: "<https://brasilecola.uol.com.br/geografia/republica-congo.htm>". Acesso em 23/03/2018.

Figura 3. Mapa Político da República Democrática do Congo



Fonte: <http://www.africa-turismo.com/mapas/congo-dem.htm>

O Congo, país de grandes dimensões territoriais, é riquíssimo em recursos naturais, os quais estão imbricados no processo histórico da região e são imprescindíveis para compreender a realidade dos conflitos atuais no país. Trata-se de recursos que são vitais para grandes indústrias em todo o mundo, seja a indústria automobilística, aeroespacial, tecnológica, eletroeletrônica, até mesmo a indústria de jóias preciosas.

A exploração dos recursos naturais do Congo influenciou situações políticas, econômicas e sociais em vários momentos históricos do país e como mostra a Tabela 5, eles podem ser divididos em: i) recursos históricos: o ouro e o diamante; ii) recursos atuais: cobalto, urânio, cobre, petróleo e água; e iii) recursos da era digital: coltão e cassiterita. Observa-se também as principais aplicações de cada um dos recursos, a quantidade de reserva no país em comparação com o mundo, a localização, que pode ser conferida no Mapa Político do Congo (Figura 3), bem como o auge desses recursos na participação da economia do país.

Tabela 5. Principais Recursos Naturais na República Democrática do Congo

Principais Recursos Naturais da RDC					
Tipo de Recurso	Recurso	Principais aplicações	Reservas (comp. com Mundo)	Localização Principal	Auge da Participação na Economia
Recursos históricos	Ouro	Jóias, reserva de valor, motores de aviação, cobertura satélites	Quase inexploradas	Maniema, Haut-Uele e Ituri	—
	Diamante	Jóias, polimento de aço	80%	Kasai, Lulua, Tshopo e Bas-Uele	1990-...
Recursos atuais	Cobalto	Superligas metálicas, catálise do petróleo, eletrodos de baterias elétricas, fonte de radiação	49%	Haut-Katanga	1950-...
	Urânio	Energia nuclear	Maior depósito mundial de uranita	Kinshasa e Congo Central	1940-1950
	Cobre	Fios elétricos, circuitos impressos (equip. eletrônicos), ligas metálicas	10%	Haut-Katanga	1920-1990
	Petróleo	Geração de energia, polímeros	Pouco expressivas	Litoral e Ituri	—
	Água	Geração de energia	2º maior rio: 400 terawatts hora/ano de energia	Bas-Congo e Katanga	—
Recursos da era digital	Coltão	Aparelhos eletrônicos, chips de computadores, ind. Espacial.	80%	Nord-Kivu, Sud Kivu, Maniema e Tshopo	1990-...
	Cassiterita	Extração de estanho	Não contabilizadas	Nord-Kivu, Sud Kivu, Maniema e Tshopo	1990-...

Fonte: YAGER, 2008; MINES, 2006; HAYES & BURGE, 2003. GÜELL, 2008; COAKLEY, 1999 e 2005; ECA, 2010.

Autor: CASTELLANO, 2010, apud, CASTELLANO, 2011, p.18.

Essa tabela auxilia na compreensão da importância do Congo para a economia local, regional e mundial. Observa-se que, apesar de posição geopolítica estratégica e da concentração de uma das maiores reservas de recursos naturais do mundo, o país se encontra em extrema pobreza, com instituições políticas fragilizadas, conflitos armados e guerra civil há vários anos, refletindo na enorme evasão de pessoas do país, fugindo em busca de melhores condições de vida ou para salvarem suas próprias vidas.

Estima-se que desde 1996, data em que se demarca a deflagração da guerra civil no país, aproximadamente seis milhões de pessoas tenham sido mortas, sendo a metade delas crianças menores de cinco anos de idade. O conflito se constitui como um dos mais mortais desde a Segunda Guerra Mundial. (LIMA et al., 2017, p. 54).

Em documentário intitulado "Crisis in the Congo - Uncovering the truth"⁷, o escritor e ativista congolês Mbépongo "Dedu" Bilamba diz que:

“O Congo é como um pesadelo no paraíso. É um paraíso porque o Congo é o coração da África. Tantos recursos naturais: o povo; a fauna, a flora, tudo. O Congo é o paraíso, mas o que acontece é que as pessoas estão vivendo como no inferno. As pessoas estão morrendo. Ouvíamos falar em 1, 2... 5 milhões de mortos. E a situação está ficando pior, porque o dinheiro está lá; os recursos estão no Congo e todos querem um pedaço do Congo.”

3.2.2. Breve história política da República Democrática do Congo

Linha do tempo: a Conferência de Berlim de 1885; o Rei Leopoldo II (1885-1908); o Congo-belga (1908-1960); a Independência do Congo (1960); o Regime de Mobutu (1965-1997); o Presidente Laurent Kabila (1997-2001); e o Presidente Joseph Kabila (2001- hoje).

O Congo teve suas fronteiras nacionais forjadas na Conferência de Berlim em 1885, quando o país foi dado para o Rei Leopoldo II da Bélgica como sua propriedade particular, passando a ser chamado de Estado Livre do Congo (HOCHSCHILD, 1999).

Adam Hochschild (1999), escritor do livro "O Fantasma do Rei Leopoldo: uma história de cobiça, terror e heroísmo na África colonial", diz que o Rei Leopoldo II, que nunca foi ao Congo, manteve o país sob sua tutela por 23 anos, explorando extensivamente os recursos da região, principalmente o marfim e o látex, por meio de trabalho escravo, brutalidade, tortura e massacre dos congolezes para geração de riqueza pessoal.

A pressão sob o rei no sentido de permitir o livre-comércio no rio do Congo foi um dos motivos que levou o monarca a leiloar o país. No entanto, a compra foi feita pelo próprio governo belga que administrou a região de 1908 a 1960. O país passou a ser chamado de Congo-belga e o sistema de dominação foi "refinado", mas não teve grandes alterações, mesmo adotando a Constituição colonial.

Em relação a esse período e à Constituição colonial, Igor Castellano diz que:

⁷ Ver documentário e informações sobre no site: <http://congojustice.org/about-the-film/>. Acesso em: 28/02/2018.

O documento garantia os interesses de grandes companhias belgas, mediante uma aliança formal entre Estado, Igreja Católica e grandes companhias. Esta trindade colonial permitia a continuidade da tripla missão colonizadora: exploração econômica, repressão política e opressão cultural. Portanto, os refinamentos não esconderam os princípios básicos da exploração do país: (1) apropriação de riquezas; (2) a promoção de rivalidades entre diferentes grupos étnicos (o governo belga estabeleceu poderes descentralizados, instrumentalizando diferenças étnicas, além de criar elites locais beligerantes); (3) na exploração da força de trabalho mediante o uso de brutalidade e violência inusitadas; e (4) em pouco, ou nenhum, investimento estatal na educação superior da população local - o que facilitava a manutenção de um regime exploratório que mantinha as elites locais em postos inferiores da administração (CASTELLANO, 2011, p. 65).

Após a declaração da Independência no dia 30 de junho de 1960, o país passou a conviver com uma realidade ainda mais conflituosa. De acordo com Igor Castellano (2011), o período pós-independência pode ser dividido em três momentos críticos principais: i) a Crise do Congo de 1960 a 1965; ii) a Primeira Guerra do Congo 1996 a 1997; e iii) a Segunda Guerra do Congo de 1998 a 2003.

A Crise do Congo, que compreende o período de 1960 a 1965, foi impulsionada pela descolonização da Bélgica, momento de colapso da colônia e de suas estruturas. Esse momento histórico foi marcado por uma guerra civil caracterizada por convulsão nas esferas política, econômica e de segurança (CASTELLANO, 2011, p. 66).

No início do ano de 1960 a Bélgica já negociava a concessão da independência do país. Pode-se dizer que as divisões étnico-regionais fomentadas pelos próprios belgas deram lugar a disputas ferrenhas pelo poder no Congo, resultando em conflitos políticos internos. Vale destacar que a Guerra-Fria e a divisão política mundial entre os Estados Unidos e a União Soviética viriam a exercer influência no território congolês.

O líder nacionalista-progressista Patrice Lumumba se tornou o Primeiro-Ministro em 1960, buscou a aproximação com a União Soviética para controlar a situação no país, e em 1961 foi assassinado e derrubado do poder (CASTELLANO, 2011, p. 70).

O período que se seguiu foi uma longa ditadura sob o regime de Mobutu Sese Seko, Lugar-tenete General e Comandante-em-Chefe das Forças Armadas, que após golpe se proclamou presidente no ano de 1965, com o discurso de que ficaria no poder até 1970, mas acabou permanecendo por 32 anos, até 1997 (CASTELLANO, 2011, p.74).

O regime de Mobutu, inicialmente apoiado por Estados Unidos, França e Bélgica, foi caracterizado por práticas patrimonialistas, carismáticas e clientelistas, suplantando

esquemas de corrupção endêmica e enriquecimento pessoal à custa do país. De acordo com Castellano (2011, p. 75):

O regime de Mobutu foi marcado (i) pelo domínio quase absoluto do Estado, (ii) pela repressão interna, e (iii) pela cooptação econômica de uma burguesia nascente mediante concessão de posições administrativo-burocráticas.

Nesse contexto, o Congo, que ficou conhecido como Zaire (1971 a 1998), passou a enfrentar sérios problemas de ordem econômica, social e política, ficando mais em evidência no final dos anos 1980. A tensão se intensificou em 1988 quando grupos de oposição política começam a se organizar contra o governo. Nesse período, o governo reagiu com violência em direção aos movimentos de oposição, prendendo e banindo líderes do território congolês. Nesse período muitas pessoas tiveram de deixar o país em busca de asilo (TANNURI, 2010, p. 143).

Já nos anos 1990, os problemas aumentaram de forma progressiva. Maria Tannuri (2010, p. 143-144), assim, resume:

... conflitos internos, aprofundamento da crise econômica, saída dos investidores estrangeiros, crescente desemprego, empobrecimento, queda na qualidade geral da vida cotidiana da população (mesmo nas maiores cidades como Kinshasa, Lubumbashi e Kisangani), falência dos serviços públicos e crises de abastecimento. Ciclos de pilhagens ocorreram em várias cidades do país; rebeliões locais tornaram-se intermitentes e intensificaram-se as perseguições políticas – além de uma maior “restrição” (ou supressão) de direitos básicos de expressão, organização e manifestação dos cidadãos em geral.

Desse modo, o regime ditatorial de Mobutu não mais se sustentava, sofrendo pressões internas e internacionais.

Superada a geopolítica dos tempos da Guerra Fria, a figura de Mobutu não conseguiu resistir ao acúmulo de acusações, denúncias e evidências de alto grau de corrupção no governo, clientelismo, espoliação dos recursos naturais através de negociatas escusas – além do enriquecimento pessoal do presidente e integrantes do seu governo. As crescentes denúncias de violação dos direitos humanos nas regiões em que ocorriam conflitos armados eram acompanhadas de um endurecimento das medidas repressivas do governo (Exército e Polícia Nacional) contra movimentos organizados de diversas naturezas (sindicatos, movimentos estudantis, passeatas de grupos religiosos, etc.) e sobre os indivíduos que criticavam publicamente o governo ditatorial. (TANNURI, 2010, p. 144).

Foram registrados diversos acontecimentos violentos de perseguições e prisões aos que se opunham ao governo, acarretando na fuga de importantes lideranças políticas após terem suas casas invadidas pela polícia ou pelo exército e seus familiares submetidos a atos de violência (TANNURI, 2010, p.146).

A primeira guerra do Congo (1996 a 1997), a qual configurou o colapso de Mobutu e a ascensão de Laurent Kabila, foi caracterizada por ameaças internas e externas e pela morte de cerca de 200 mil pessoas (CASTELLANO, 2011, p. 97).

Vale destacar, que o "Genocídio de Ruanda"⁸ de 1994 e o deslocamento de milícias hutus ruandesas para o território congolês contribuíram para a configuração da situação de guerra no Congo. A invasão da força estatal de Ruanda, sob o comando do líder tutsi Paul Kagame com o discurso de capturar hutus ruandeses que haviam participado do massacre de 1994, também teve o objetivo de ganhar poder e território no Congo-Zaire, com o controle de terras e exploração de riquezas minerais (TANNURI, 2010).

Foi nesse contexto que a aliança Ruanda, Uganda e Burundi apoiou o movimento de guerrilha liderado por Laurent-Désiré Kabila da Aliança das Forças Democráticas para Libertação do Congo-Zaire (AFDL). Dessa forma, a AFDL sob a liderança de Laurent Kabila e com o apoio de Ruanda, Uganda e Burundi, consegue adentrar a capital Kinshasa e vencer a guerra contra Mobutu, assumindo o controle do país em 1997. O país passa a se chamar República Democrática do Congo (TANNURI, 2010).

Destaca-se, que o financiamento das operações militares acordado entre a AFDL e os países apoiadores foi baseado em contratos de mineração e pilhagem de recursos naturais congolezes, acometendo o governo a esses pagamentos de recompensas no pós-guerra (CASTELLANO, 2011, p. 97).

Durante o governo de Laurent Kabila, as estruturas do Congo, em todos os níveis, se mantiveram precárias, haja vista que Kabila teve de manter recompensas aos apoiadores no período de guerra, fazendo vistas grossas às pilhagens realizadas pelos países vizinhos. Kabila manteve a privatização e remeteu a administração do país a amigos, familiares e aliados de guerra, dando continuidade a forma de governar de seu predecessor (CASTELLANO, 2011, P. 97).

Em relação ao governo de Laurent Kabila, Igor Castellano (2010, p. 110-111) diz que:

Ainda durante a guerra iniciou-se uma pernicioso relação com companhias transnacionais e com seus parceiros externos, que envolvia a pilhagem e divisão dos recursos congolezes como moeda de troca do suporte à sua ascensão à

⁸ Para mais informações sobre o "Genocídio de Ruanda" de 1994, ver reportagem BBC "Entenda o genocídio de Ruanda de 1994: 800 mil mortes em cem dias" no site: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/04/140407_ruanda_genocidio_ms. Acesso em 03/03/2018.

presidência do país. Estas escolhas tiveram papel determinante para a inefetividade do exército pós-guerra e para a dependência de uma economia baseada na extração de recursos naturais e em contratos com companhias do setor minerador.

A Segunda Guerra do Congo, que durou de 1988 a 2003, também chamada de Grande Guerra do Congo, teve início com a retirada do país de oficiais e burocratas de Ruanda, Uganda e Burundi, aqueles que auxiliaram na ascensão do presidente Laurent Kabila ao poder. Por sua vez, representantes ruandeses e ugandenses acusavam Kabila de corrupção, exercício de poder ditatorial e de apoiar a incursão de hutus que participaram do massacre de 1994 nos territórios do Congo. Esses países passaram a apoiar o surgimento e o fortalecimento de grupos armados com atuação em território congolês, que se instalaram principalmente na região leste do país, em áreas com grandes reservas de recursos naturais (TANNURI, 2010 & CASTELLANO, 2011).

A quebra com a relação mantida durante a guerra entre Uganda, Ruanda e Burundi impulsionou a deflagração da Segunda Guerra do Congo, bem como levou o Congo a buscar novos aliados mais uma vez utilizando as pilhagens e a exploração dos recursos naturais como base de troca. Os Estados que atuaram em favor da soberania do Congo foram Zimbábue, Angola, Namíbia, Chade, Sudão e Líbia. Nota-se, portanto, a importância da posição geopolítica do Congo na África.

Em 1999, o território do Congo havia sido dividido em três partes, representando as áreas de influência de Ruanda, Uganda e do governo congolês. Em todas essas áreas, o financiamento das operações militares foi mantido a base da exploração intensiva dos recursos naturais (CASTELLANO, 2011, p. 115). Esse contexto conflituoso gerou várias ondas de deslocamento de milhares de civis congolezes que deixavam o país por diversos motivos, tais como perseguição étnica, de gênero, opiniões políticas, grave e generalizada violação dos direitos humanos e etc. Vale relembrar que no Brasil, antes de 1998, 141 congolezes haviam sido reconhecidos como refugiados e, no período de 1998 a 2006, 122 congolezes tiveram o status de refugiado deferido.

O acordo de Lusaka, assinado em 1999 por todas as forças beligerantes do conflito, foi o primeiro passo para o fim da guerra. Esse acordo previa a retirada de todas as tropas estrangeiras do país. No entanto, a intensificada e desorganizada pilhagem dos recursos naturais contribuiu para demora da retirada das tropas mesmo após o Acordo de Paz de

Lusaka. Com o intuito de garantir o cumprimento do acordo foi criada a Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUC).

Em 2001, o presidente Laurent Kabila foi assassinado e este evento carece de informações precisas. Castellano (2011) diz que a morte derivou de um complô formado dentro das estruturas do governo, uma vez que Laurent Kabila não cooperou com a MONUC e com a abertura política do país. Tannuri (2010, p. 155) alerta para algumas alegações de que Laurent Kabila dificultava o funcionamento do Parlamento, impedia a participação da população, bem como impossibilitava a ajuda da MONUC em áreas de influência dos vizinhos Ruanda e Uganda, causando intrigas.

O fato é que a morte de Laurent Kabila representou um marco para as mudanças do país em direção às negociações pela paz (TANNURI, 2010). Joseph Kabila, filho de Laurent Kabila, assumiu o poder em 2001 com a articulação de Zimbábue e Angola e seu governo possibilitou as negociações para o cessar-fogo. Em 2002, foi assinado, na África do Sul, Acordo Global e Todo-Inclusivo de Paz (Acordo de Sun City), consolidando a saída das tropas de Uganda e Ruanda e representando a recuperação simbólica da integridade do Congo (CASTELLANO, 2011, p. 125). O acordo determinava ainda que eleições fossem realizadas dois anos após sua entrada em vigor.

Apenas em 2006, um ano após o que estabelecia o acordo, foram realizadas eleições no país. A presidência só foi definida no segundo turno, tendo em vista que no primeiro turno houve empate entre Joseph Kabila e Jean-Pierre Bemba, líder do maior partido de oposição. Kabila venceu as eleições com 58% dos votos. Quando declarada a vitória, novos conflitos ocorreram entre as forças dos dois candidatos (ESTEVEZ, 2007 apud TANNURI, 2010, p. 159). O país, ainda hoje, enfrenta a existência de diversas frentes de poder: o governo, grupos rebeldes, milícias, grupos armados que respondem a diferentes comandos e financiamentos, gerando descontrole estatal e instabilidade política.

Após as duas guerras do Congo, portanto, os conflitos diminuíram, mas não acabaram. Além disso, as guerras deterioraram as estruturas do país e deixaram mais de dois milhões de deslocados internos. Foram muitas mortes, causadas pela violência dos conflitos armados, pela fome e por doenças. Os serviços públicos faliram, principalmente o de saúde, e o Congo enfrentou e enfrenta uma crise social profunda com a desestruturação do sistema político e econômico (TANNURI, 2010, p. 157-158).

Cinco anos após o primeiro mandato de Kabila, novas eleições foram realizadas em novembro de 2011. No entanto, as eleições foram conduzidas sob condições precárias, com registros de violência em todo o país. Registrou-se que em alguns lugares não existiam cédulas suficientes para executar o voto e que alguns eleitores específicos haviam sido retirados da lista, não sendo autorizados a votar⁹.

A situação caótica e a falta de transparência no processo eleitoral deram vazão a críticas de organizações internacionais. A Comissão Eleitoral Nacional Independente do Congo (Céni) declarou que Kabila havia sido reeleito com 49 % dos votos, contra 32% do opositor Etienne Tshisekedi. Nessas condições, um segundo turno deveria ser realizado, porém o governo havia aprovado no início do ano que a maioria simples garantiria o cargo de presidente¹⁰.

O candidato da oposição, Tshisekedi, chegou a se declarar o vencedor das eleições, rejeitando os resultados oficiais e alegando que a maioria da população teria votado nele, não fosse o caos programado pelo Presidente Kabila¹¹.

A Human Rights Watch afirmou que pessoas haviam sido mortas em confrontos relacionados com as eleições presidenciais. Houve no país manifestações pró-Tshisekedi que foram controladas pela polícia congoleza¹².

Ressalta-se que foi no ano de 2011 que os pais das três irmãs congolezas foram assassinados. Elas nunca deram detalhes sobre o que ocorreu exatamente, mas contaram que a família sempre foi oposta ao governo de Joseph Kabila.

O presidente Joseph Kabila está no poder até o presente momento. Tannuri (2010, p. 161) elenca que o presidente enfrenta diversos problemas que permanecem desde a sua posse em 2001:

...controle e manutenção da coalizão de forças que garantem ao presidente a maioria na Assembléia Nacional, combate à alta corrupção, necessidade de uma profunda reestruturação do exército nacional e do sistema de segurança, combate a grupos rebeldes ruandeses e ugandenses que ainda se encontram no país, condução de um governo eficiente e democrático na RDC que ganhe a credibilidade da população.

⁹ Dados no site: <http://en.rfi.fr/africa/20111128-day-chaotic-voting-drc-elections>. Acesso em: 10/03/2018.

¹⁰ Dados no site: "<http://www.dw.com/pt-002/kabila-vence-ele%C3%A7%C3%B5es-presidenciais-na-rep%C3%BAblica-democr%C3%A1tica-do-congo/a-15592227>". Acesso em 10/03/2018.

¹¹ Ibid. Acesso em: 10/03/2018.

¹² Ibid. Acesso em: 10/03/2018.

No entanto, Joseph Kabila ainda não demonstrou capacidade para conseguir a estabilidade política do país. São diversas notícias de violência na atualidade, sendo os locais de maior perigo as províncias de Kivu Norte e Kivu Sul, região com enorme quantidade de reserva de recursos naturais, onde são relatados casos de conflitos armados, perseguições, ataques à população civil, violência de gênero, destruição das cidades, provocando fluxos imensos de pessoas em busca de refúgio dentro e fora das fronteiras do país (TANNURI, 2010).

A situação no Congo é bastante complexa, uma vez que envolve diversos atores e problemas, em todas as esferas, que decorrem de contingências históricas principalmente de exploração dos recursos naturais do país.

Segundo Igor Castellano (2011, p. 159), a trajetória histórica da política congoleza demonstrou a indisposição de lideranças do país para a construção de um projeto nacional. Destaca-se, ainda, que o caso congolês deve ser considerado um problema regional, uma vez que abarca situações que transcendem sua fronteira, tais como questões étnicas e interesses externos nas riquezas do país.

O Congo tem sido palco de um "estado de guerra" quase permanente desde 1960. O país tem enfrentado conflitos étnicos e disputas pelas riquezas naturais do território entre uma rede formada pelo próprio governo, grupos rebeldes, países vizinhos e do ocidente.

Em relação às questões étnicas, vale destacar que na opinião de analistas elas geram uma “densa cortina de fumaça” na situação real do país, impedindo uma visão mais transparente dos fatos e conflitos na região e permitindo, assim, que grandes interesses econômicos continuem a ser garantidos em função da situação caótica gerada pelos conflitos armados entre os diversos atores que têm influência nas áreas de mineração (TANNURI, 2010, p. 148).

Dessa forma, entende-se que um dos maiores desafios para ações eficazes em direção à paz no Congo está na questão dos recursos minerais. Nesse sentido, Tannuri (2010, p. 165) argumenta que:

Ainda que sejam empreendidas ações mediadas pela comunidade internacional, não há como superar tal desafio enquanto grandes empresas estrangeiras continuarem a fazer “contratos” altamente lucrativos para a exploração e

comercialização dos minérios, negociando com uma miríade de grupos rebeldes e com governos notabilizados por atos de força e acusações de corrupção.¹³

Enquanto perdurar essa crise social, política e econômica no Congo, regadas de perseguições de todos os tipos, violência de gênero, física e psicológica, privação de direitos básicos, precarização da vida e da dignidade humana, existirão pessoas deixando o país todos os dias, buscando melhores condições de vida ou mesmo a sobrevivência.

De acordo com a ACNUR, a situação humanitária no Congo hoje é uma das mais complexas e desafiadoras do mundo. A ONU classificou algumas regiões do país com o nível três de emergência, que indica o nível mais alto em necessidade de assistência¹⁴.

A perseguição política empreendida pelo governo congolês foi a causa que motivou a fuga das três irmãs das fronteiras nacionais. Em reportagem publicada em outubro de 2017, a ONU alerta para as perseguições ligadas ao processo político no Congo. Jornalistas, opositores políticos e ativistas da sociedade civil no país têm sofrido cada vez mais com a intimidação, o assédio e a violência empreendidos pelo governo de Joseph Kabila, que está no poder há 17 anos¹⁵.

O presidente Kabila tem se recusado a realizar eleições no país e de acordo com a Constituição de 2006, o presidente estaria impedido de concorrer a um terceiro mandato. O tribunal de Kinshasa determinou que Kabila fique no poder até que outro Presidente o substitua. As novas eleições deveriam ter ocorrido em novembro de 2016, quando do final do segundo mandato de Kabila. No entanto, a eleições foram adiadas e não foi marcada nova data. O Presidente argumentou que somente seriam realizadas novas eleições em 2018¹⁶.

As perseguições políticas, as prisões e os assassinatos cometidos pelas autoridades têm se intensificado na medida em que a população se revolta e protesta nas ruas exigindo

¹³ O documentário chamado "Virunga" é um exemplo muito eficaz para se entender a operação de empresas estrangeiras no Congo e a exploração dos recursos naturais com a conivência do governo, milícias e setores da população. Virunga é um documentário original da Netflix e trata do Parque Nacional Virunga, onde habitam os últimos gorilas da montanha, e a tentativa de defesa contra a exploração de petróleo no parque por empresa estrangeira.

¹⁴ Dados no site: "<http://www.acnur.org/portugues/republica-democratica-congo-rdc/>". Acesso em 24/03/2018.

¹⁵ Dados no site: "<https://nacoesunidas.org/enviado-da-onu-alerta-para-persegucoes-ligadas-a-processo-politico-na-rd-congo/>". Acesso em 24/03/2018.

¹⁶ Dados no site: "<http://www.dw.com/pt-002/recusa-de-kabila-de-sair-gera-viol%C3%Aancia-na-rdc/a-36859268>". Acesso em 24/03/2018.

a saída de Kabila do poder. A Human Rights Wach afirma que os assassinatos ocorreram, sobretudo, na capital Kinshasa e na cidade de Lubumbashi¹⁷.

Em alguns encontros, as irmãs congolezas mostraram vídeos compartilhados nas redes sociais com milhares de pessoas nas ruas protestando a saída do presidente. Relataram também que frequentemente recebem notícias de pessoas que foram mortas durante os protestos, dentre esses um amigo próximo da família.

¹⁷ *Ibid.* Acesso em: 24/03/2018

4. DE KINSHASA AO DISTRITO FEDERAL: A TRAJETÓRIA E AS EXPERIÊNCIAS DA FUGA E DA INTEGRAÇÃO NO BRASIL

Stephen Keller (1975) no livro "Uprooting and Social Change: The role of refugee in development", delinea as seguintes fases para a experiência dos refugiados: i) percepção da ameaça; ii) decidindo fugir; iii) período de perigo extremo e fuga; iv) alcançando segurança; v) comportamentos no campo; vi) repatriação; vii) assentamento e reassentamento; viii) acomodação/ajustamento e aculturação; e por fim ix) estágios residuais e mudanças no comportamento causadas pela experiência.

Este autor faz uma tentativa de explicar a experiência dos refugiados de uma forma singular e universal. No entanto, as fases por ele delineadas auxiliaram na construção metodológica desse capítulo, que privilegia o momento antes da fuga, da fuga em si e da chegada ao Brasil, tendo por base a experiência de refúgio particular das congolezas.

Assim, os momentos abordados foram: i) Vivendo o Congo: período que compreende os momentos antes de qualquer ameaça, passando pelos relatos e memórias da construção de identidade e crescimento na cidade natal; ii) Deixando o Congo: fase em que percebem a ameaça, passam por um período de extremo perigo e decidem fugir; iii) Vivendo o Brasil: momento em que alcançam segurança, buscam adaptação e estabilidade e passam por mudanças no comportamento causadas pela experiência. O momento de integração no Brasil é enfatizado e foram tratados os temas da moradia, do idioma, do desemprego, da falta de documentação, da saúde, do transporte público, do custo de vida na cidade, da alimentação, das relações sociais e dos desejos e sonhos.

Por fim, alguns elementos serão realçados e analisados, entendendo que se destacam na narrativa das congolezas. As categorias de análise são: i) rupturas e transformações; ii) traumas, medos e revolta; iii) busca estabilidade e adaptação; e iv) expectativas para o futuro.

4.1. Vivendo o Congo: antes da fuga

"O Congo faz parte de mim" (Laura)

As três irmãs congolezas faziam parte de uma família composta por sete pessoas. Os pais, Rita, Ricardo, Mônica, Melissa e Laura viviam todos juntos em *"uma casa grande dentro de um lote grande"* (Laura) na capital da República Democrática do Congo. O pai era advogado e ativamente participante da política e a mãe trabalhava em uma secretaria ligada ao governo.

As irmãs contaram, entre sorrisos, histórias engraçadas, viagens realizadas e momentos de carinho vivenciados com os pais. Rita contou que sua mãe dizia que ela era a filha mais parecida com o pai, nos comportamentos e na aparência. Laura disse que Rita é tão brava quanto seu pai e que ela se parece com ele até mesmo nas preocupações com a política do país.

Em 2011, ano em que o Presidente Joseph Kabila foi reeleito e conflitos com os opositores políticos foram intensificados, os pais das irmãs foram assassinados. Sobre esse evento não foram dados detalhes. *"Você não quer que a gente comece a chorar aqui, né?"*, disse Rita. A morte dos pais foi o momento mais traumático vivido por esta família.

Após o assassinato dos pais, os cinco irmãos continuaram a viver na casa grande e Rita se tornou responsável pela família e pela casa, transformando os caminhos de sua vida em várias sentidas. Eles não tinham familiares que viviam na capital e, dessa forma, Rita disse que: *"Eu me tornei mãe, pai, avó, avô, tio e tia dos meus irmãos."*

Mônica se casou com uma pessoa que atuava junto com seu pai no mesmo grupo de oposição. Ricardo também se casou e, assim como Mônica, teve filhos. Rita e as irmãs mais novas passaram a viver sozinhas na casa grande.

Elas relataram que tinham uma boa vida financeira no Congo. Todas graduadas e trabalhando. Rita contou que tinha uma cabeleireira particular e que elas andavam muito bem arrumadas. Laura disse que elas recebiam em dólar e que no Congo não tem salário mínimo, assim, podiam acordar o valor que quisessem e podiam ter motorista, empregados domésticos e cabeleireiros particulares. *"Nós estávamos bem no Congo. Estávamos fazendo viagens internacionais"*, disse Laura, que contou ainda que havia viajado para a Bélgica.

As irmãs são sempre saudosas quando falam do país de origem, dizendo que sentem falta do ambiente, dos amigos, dos familiares e das festas: *"O ambiente de lá era muito diferente comparado ao daqui. Nós tínhamos muitos amigos, íamos para as festas. As*

festas de lá eram diferentes das festas daqui. Sinto muita falta das festas. Lá todas as pessoas dançam e fazem amizade" (Melissa).

Elas contaram sobre os relacionamentos amorosos que mantinham no Congo. Rita terminou um namoro no país antes de fugir para o Brasil. Melissa tinha um companheiro, mas disse que depois que chegou ao Brasil o relacionamento não teve condições de continuar por conta da distância e da dificuldade em manter o contato. Laura namorava um rapaz da polícia do Estado congolês, que teve papel central no auxílio à fuga delas do país.

Em 2013, Rita passou a fazer parte e liderar um grupo de oposição, acompanhando seu irmão Ricardo e o marido de sua irmã Mônica. Este fato fez com que Rita passasse a ser perseguida pelo Estado.

O posicionamento assumido pela família, mesmo após a morte dos pais, determinou os caminhos das histórias vivenciadas pelas irmãs. Laura disse que *"O Congo morreu depois que o presidente Kabila entrou no poder"*.

Das três irmãs, Rita era a única que integrava movimento de oposição. As demais irmãs, apesar de contrárias ao governo, acreditam que não vale à pena integrar tal movimento, uma vez que é demasiado arriscado, perigoso e que já tiveram experiências traumáticas e de ruptura por conta do envolvimento dos familiares em grupos de oposição ao governo.

As três afirmaram que, em razão da participação de Rita em grupos opositores, passaram a sentir mais medo e desconfiança de pessoas nas ruas. Disseram que eram vigiadas sempre e que a situação estava ficando cada vez mais perigosa e a presença delas no Congo cada vez mais insustentável.

4.2. Deixando o Congo: o ato da fuga

"Nós partimos do Congo para salvar as nossas vidas" (Rita).

"Tudo acabou de uma vez. Temos que nos acostumar na marra a uma nova vida.

É como um prédio que desabou. Uma vida inteira que desabou" (Laura).

Laura estava deitada em uma das camas da quitinete onde moram no Distrito Federal, quando relatou, olhando para o teto e sem desviar o olhar, que foi sequestrada por homens da polícia estatal e sofreu várias agressões físicas e ameaças.

Ela havia saído de casa para uma festa e, nessa ocasião específica, levou o celular de sua irmã mais velha, Rita. Quando já estava na festa, recebeu ligação de um número desconhecido e foi para a parte externa do local atender a chamada. Relatou que este foi o momento em que homens da polícia do Estado a pegaram à força, vendaram seus olhos e percorreram longa distância de carro, sem que ela pudesse saber em que direção estava indo.

Durante o percurso, os policiais bateram nela e gritaram ameaças. Ela se deu conta que eles pensavam que ela era Rita, a dona do celular. Conseguiu explicar aos policiais que ela não era a pessoa que eles estavam procurando. Assim, Laura foi levada para um galpão, onde sofreu mais agressões e ficou detida durante um dia inteiro. Ela contou que ficou muito machucada e que sentiu bastante medo.

Laura era namorada de um policial que, por sua vez, ficou sabendo do ocorrido e conseguiu encontrá-la no galpão. O namorado de Laura explicou que sua irmã Rita fazia parte de uma lista de pessoas que o Estado pretendia eliminar. Nos poucos minutos que conseguiu estar a sós com Laura, o policial sugeriu que toda a família saísse do país e indicou uma pessoa que poderia ajudá-las.

Laura contou que o rapaz da polícia que ela namorava fazia parte de uma família de pessoas de alta patente na polícia do estado congolês e que foi por essa sorte que conseguiu ser libertada. Ela avisou às irmãs o mais rápido que pôde para que deixassem a casa dos pais e que procurassem lugar para se esconder.

As três irmãs reunidas, Laura, Rita e Melissa, tiveram a oportunidade de encontrar com a pessoa indicada pelo policial que salvou Laura. Essa pessoa era um padre e, aproximadamente duas semanas após o dia do sequestro, ele embarcava de avião com elas para o Brasil.

Após o dia do sequestro, as congolezas tiveram a casa onde viveram toda a vida incendiada e as contas bancárias bloqueadas. Durante esses dias, elas relataram que viveram momentos de grande tensão e desespero. *"Nós não decidimos deixar o nosso país. Deixar o nosso país foi uma obrigação. Por conta do problema que tivemos com o governo nós poderíamos ser mortas. [...] A pessoa que nos ajudou a sair do país tinha facilidade*

para conseguir o visto brasileiro na Embaixada do Brasil. Nós ficamos esse tempo escondidas, se eles (agentes do estado) nos vissem, poderiam nos matar" (Laura).

As três irmãs, acompanhadas pelo padre, partiram do aeroporto de Kinshasa, fizeram escala em Marrocos e chegaram à São Paulo. No mesmo dia, pegaram outro avião e chegaram à Manaus. Elas contaram que após a chegada à Manaus, perderam contato com o padre.

Quando questionadas sobre o que acharam de chegarem ao Brasil, Laura respondeu: *"Para nós foi o mesmo que se tivéssemos chegado a qualquer outro lugar. Mesmo se a opção tivesse sido o Haiti ou qualquer outro país nós ficaríamos contentes porque nós estávamos salvando as nossas vidas. Primeiro viver. Quando a pessoa que nos ajudou nos disse que estava com os vistos para o Brasil, pensamos: primeiro viver, depois o resto. Vai ser o Brasil? Pensamos: ok".*

4.3. Vivendo o Brasil: a experiência da integração

"Meu sonho, no momento, é de estar estável.

Quero viver como todo mundo.

Eu quero me sentir um pouco em casa ..." (Melissa)

As congolezas chegaram à Manaus em novembro de 2015 e por lá permaneceram por seis meses. Rita chegou a trabalhar como ajudante de cozinha em um restaurante. Elas disseram que não se adaptaram ao clima da cidade, principalmente Laura que tem um problema cardíaco: *"Tenho um problema de saúde e o clima de Manaus me sufocava".*

Após realizarem buscas na internet por destinos com passagens de avião mais baratas e que tivessem um clima mais parecido com a cidade natal, decidiram partir para Brasília. Chegaram à capital e contaram que integrantes da Igreja Católica as ajudaram e, em seguida, foram encaminhadas ao Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH), que forneceu auxílio necessário para que estabelecessem moradia no Distrito Federal.

A irmã Rosita, diretora do IMDH, liberou verba para pagamento de aluguel de quitinete, em uma região administrativa do Distrito Federal, por um período de três meses. Passaram a receber, também, doações do IMDH de cestas básicas e produtos de higiene

peçoal. Foi inclusive, durante esse momento, como já foi dito, que a pesquisadora as encontrou.

As congolesas decidiram deixar o Congo após a ocasião do sequestro, que foi considerada situação de extremo perigo e, por isso, decidiram fugir. A chegada ao Brasil, por sua vez, é considerada o momento em que elas alcançam segurança. A partir de então passam a buscar adaptação e estabilidade no lugar de acolhida.

4.3.1. Sobre a integração

Simmel, ao tratar da sociação, considera o espaço como uma das condições de existência da sociedade. Nesse espaço prevalece "a possibilidade de coexistência":

Também este é o espaço do ponto de vista sociológico. A interação converte o espaço, antes vazio, em algo cheio para nós, já que faz a possível referida relação... Assim, ao procurarmos conhecer as formas de sociação, temos de inquirir a importância que as condições espaciais de uma sociação têm no sentido sociológico, para suas qualidades e desenvolvimentos" (SIMMEL, 1917, apud MORAES FILHO, 1983, p. 24).

Trata-se de deslocamento da capital congolesa, Kinshasa, para região da capital do Brasil. O deslocamento espacial geográfico é, por motivos óbvios, levado em consideração quando se trata da migração. No entanto, não apenas as condições geográficas devem prevalecer, mas também as forças psicológicas e as microrrelações que interferem e influenciam as questões de interação, integração, proximidade, afastamento, distância social e isolamento.

A integração dos migrantes em geral é tema de grandes debates, uma vez que o deslocamento inclui dimensões socioculturais, biológicas, psicológicas, geográficas, econômicas, demográficas e históricas. Dessa forma, "estar integrado" envolve diversos aspectos e esse conceito pode ser entendido como vago e incerto. Quais são os elementos necessários para que um refugiado esteja integrado? Quais são os critérios para o "sucesso" da integração?

Para tanto, destaca-se a percepção de integração dada por Júlia Bertino Moreira em livro intitulado "Refugiados no Brasil: reflexões acerca do processo de integração local":

O termo "integração local" faz referência ao processo que se desenvolve quando o refugiado passa a interagir em novo contexto, no país de destino, em meio à comunidade receptora. O debate conceitual em torno do que se constitui

integração, quais fatores devem ser considerados para aferi-la é um campo bastante fértil, ensejando diversas definições e abordagens teóricas e metodológicas, entre pesquisadores dedicados ao estudo sobre o tema dos refugiados (MOREIRA, 2014, p. 88).

Julia Moreira (2014) parte das premissas de que o estatuto do refúgio pressupõe proteção e de que a integração local não significa assimilação dos refugiados de forma que percam a identidade anterior, esqueçam suas culturas e passem a ser indistinguíveis da comunidade na qual se integram. Moreira reconhece a abordagem da integração que viabiliza a adaptação como uma via de mão dupla: tanto o refugiado quanto a sociedade de acolhida estão sujeitos à adaptação, significando mudanças para ambos em termos de valores, normas e comportamentos.

Dessa forma, a integração é concebida como um processo dialético entre os refugiados e a sociedade receptora. Assim, descarta-se a abordagem assimilacionista, na qual se espera que o refugiado abandone sua cultura e que os membros da sociedade de acolhida não tenham nenhuma responsabilidade recíproca em termos de adaptação dos imigrantes (MOREIRA, 2014).

Cabe destacar, portanto, que se faz necessário que a sociedade receptora propicie "acesso a serviços e a oportunidades de emprego, assim como a aceitação dos refugiados em termos de interação social, aquisição de direitos, inclusive políticos" (MOREIRA, 2014, p. 89).

Pode-se destacar então que os principais elementos para a integração são: emprego, moradia, educação, saúde, acesso à direitos, relações sociais dentro da sociedade receptora, possibilidade de comunicação no idioma local, dentre outros.

As meninas do Congo disseram que para elas "estar integradas" diz respeito à estabilidade, ligada tanto à segurança, ao emprego, ao sentimento de pertencimento e à constituição de relações sociais. Os tópicos abordados abaixo seguem questões trazidas pelas irmãs quando o assunto abordado foi a integração ao novo contexto.

4.3.1.1. Moradia

Com o auxílio do IMDH elas puderam estabelecer moradia no Distrito Federa. Depois de três meses pagando o aluguel, o Instituto suspende as verbas, entendendo que este tempo é suficiente para que refugiados e migrantes consigam pagar a moradia, bem

como por conta do curto orçamento que o IMDH recebe do governo para poder financiar o auxílio na acomodação de migrantes.

Após o financiamento do IMDH, as irmãs congolezas ainda não tinham conseguido emprego fixo, conseguindo apenas realizar tranças ocasionalmente. Assim, elas ficaram devendo o aluguel por alguns meses, mas o proprietário da quitinete, entendendo a situação das moças, permitiu que pagassem o valor que faltava sem tirá-las da quitinete.

Atualmente, como Melissa tem um emprego fixo, elas disseram que o aluguel de R\$ 350,00 reais não tem sido mais um problema.

4.3.1.2. Idioma

Ao longo da pesquisa de campo, a pesquisadora observou melhora relevante na capacidade de comunicação das irmãs em português. Após um pouco mais de dois anos vivendo no Brasil, considera-se que elas compreendem quase completamente quando alguém fala em português, tendo maiores dificuldades para falar e escrever, o que não impossibilita a comunicação. *"Nós aprendemos muita coisa ouvindo, mas responder é mais difícil. A pronúncia também é muito difícil e uma só palavra do português pode ter vários significados, o que dificulta o aprendizado"* (Rita)

Por outro lado e entendendo o idioma como parte da identidade e da forma como as pessoas expressam símbolos e significados, Laura contou que *"Sinto que tenho menos liberdade para falar. As expressões e os gestos são diferentes. Assim não sabemos o que podemos falar e o que não podemos falar"*. Essa questão do idioma quando em momento de interação pode gerar embaraço.

O idioma Lingala é muito utilizado entre elas, principalmente, quando querem se comunicar sem que a pesquisadora ou outras pessoas entendam o que estão falando. É como uma blindagem por elas utilizada no intuito de resguardar suas opiniões, seus sentimentos, ou tudo aquilo que não querem envolver nos encontros.

Ressalta-se, que durante o período em que foram acompanhadas, elas iniciaram curso de português para estrangeiros na Universidade de Brasília, em programa, com gratuidade para refugiados, oferecido pelo Núcleo de Ensino e Pesquisa em Português para Estrangeiros (NEPPE/UnB).

As aulas são ministradas três vezes por semana, mas em razão do valor e dos horários incertos do transporte público no DF, as congoleesas relataram que não conseguem ir para todas as aulas.

4.3.1.3. Desemprego e falta de documentação

Para as irmãs os maiores problemas na integração e na adaptação ao Distrito Federal estão relacionados ao fato de Rita e Laura não possuírem um emprego fixo, e de não terem ainda documentação definitiva, uma vez que são solicitantes de refúgio e o Comitê Nacional para Refugiados (CONARE) ainda não ter homologado o pedido.

"Quando você não tem trabalho, várias dificuldades aparecem: para se vestir, comer... Nós fazemos tranças, e nós queríamos ter um salão de beleza, porque não podemos atender sempre aqui em casa. Esse é um ambiente privado, é uma casa, e não é qualquer cliente que aceita vir [...]. Para ter um salão de beleza nós temos de ir ao banco para pedir empréstimo e nós precisamos do documento. Voltamos mais uma vez à questão da documentação. Tudo fica parado por conta dos documentos [...]. Sem documentos não podemos fazer nada, como ter um cartão de crédito, por exemplo." (Laura)

"Nós entregamos os currículos e vários padrões brasileiros pedem a documentação definitiva e nós não temos. Então, como nós só temos o protocolo (de solicitação de refúgio) eles têm medo. Eles não querem. E é muito difícil para nós porque existem várias vagas que correspondem àquilo que já fizemos, mas quando entregamos o currículo eles nos respondem que apenas com o protocolo eles não podem empregar." (Laura)

Em relação à condição de ser imigrante e estar desempregado, Abdelmalek Sayad, em trabalho sobre imigrantes na França, diz que:

Desempregado no meio de tantos outros, o imigrante desempregado é diferente dos outros desempregados (estes, franceses), porque ninguém deixa, à sua volta, de fazer com que ele sinta que 'não tem mais lugar', que 'está a mais', que 'ele é aquele de quem não se precisa mais, mas que ainda está aí', [...] desperta nele uma espécie de sentimento de culpa, o sentimento que ele tem de sua inconveniência social, da ilegitimidade de sua presença (SAYAD, 1998, p. 53).

Rita diz que quando vão às entrevistas de emprego elas geralmente são questionadas com diversas questões que fogem das informações necessárias para uma escolha que leve em conta a capacidade de exercer a atividade específica.

"Nas entrevistas eles perguntam 'Porque vocês deixaram o país de vocês?', 'Lá tem muita pobreza?', 'Vocês sofrem lá?'. Mas porque essas questões? Lá no Congo tem brasileiros e não perguntamos porque eles estão lá no nosso país. É a migração. Tem pessoas do Brasil que trabalham lá, porque não podemos trabalhar aqui?". (Rita)

Além disso, a falta de emprego prejudica as congolezas psicologicamente, uma vez que as deixa sem atividades e as impede de interagir, socializar e criar relações sociais. Elas relatam que é interagindo que aprendem melhor o idioma e se relacionam com as pessoas, viabilizando, assim, o processo de adaptação e integração na sociedade de acolhida.

"Mesmo se for para trabalhar voluntariamente nós aceitamos, para conhecer as pessoas, para começar a falar o português."(Laura)

"E é bom também para a mentalidade, ajuda muito a cabeça, porque ficar parada bloqueia tudo. É sofrido. É como se estivéssemos numa prisão [...]. Nós buscamos nos adaptar, nós buscamos nos integrar, mas não podemos fazê-lo se não saímos de casa."(Rita)

No final de 2017, Melissa conseguiu emprego fixo em uma livraria. A contratação foi feita mediante programa de inclusão social realizado pela empresa com o intuito de empregar refugiados e pessoas em situação de rua.

Melissa conta que está muito feliz com o emprego, pois conseguiu fazer amizades, tem renda fixa e melhorou bastante sua comunicação em português. Ela relata que muitas pessoas a procuram em seu local de trabalho para falar em francês e que, inclusive, tem clientes que fazem questão de serem atendidos por ela.

Rita e Laura ainda permanecem sem emprego fixo. Laura faz tranças, mas ela diz que: *"Tenho poucas clientes e as tranças demoram seis meses sem precisar trocar. É muito difícil. Precisamos de mais clientes e que venham com mais frequência"*. Rita deu aulas de francês em 2017, e em 2018 ainda não tinha conseguido alunos. Elas duas, Rita e Laura, contaram que trabalharam cerca de um mês em um restaurante e que não receberam o salário.

Os solicitantes de refúgio no Brasil, portando o protocolo de solicitação, têm direito ao trabalho e acesso aos serviços públicos. No entanto, como pode verificar por meio da história das congolezas, muitos empregadores desconhecem as normas e têm medo de empregar os refugiados, além de serem alvos de violação de direitos trabalhistas.

4.3.1.4. Saúde, transporte e custo de vida

Em relação ao acesso à saúde no Distrito Federal, as congolesas encontraram problemas relacionados à infraestrutura dos postos de saúde e hospitais da rede pública. Laura necessitou dos serviços de saúde por conta de problemas nos ovários, porém os exames não foram realizados por problemas nas máquinas do hospital. Nesse sentido, para conseguir seguir com o tratamento, Laura contou com ajuda de pessoas da sociedade civil que pagaram os exames e consultas em unidades clínicas particulares.

"Eu fui ao posto de saúde, fiz exame ginecológico e já faz cinco meses que estou esperando sair o resultado. Eu tenho que fazer uma ecografia abdominal, mas no posto não foi possível fazer. Me pediram para ir ao HRAN (Hospital Regional da Asa Norte), mas quando cheguei lá o aparelho que realiza o exame estava quebrado. Eu estou mal e isso continua". (Laura)

As congolesas relatam também que o custo de vida no Distrito Federal é altíssimo. "Tudo é caro", elas dizem, principalmente o transporte público. Ademais, o tempo de espera do ônibus é algo marcante para elas. Melissa diz que chegou a esperar uma hora e meia para que um ônibus passasse. Laura diz que taxi é muito caro e que tem medo de pegar Uber, porque viram notícia na televisão que uma criança havia sido violada em um trajeto que fez com Uber.

Laura e Rita disseram que no Congo os ônibus não demoram mais de 15 minutos para passar, existem muitas linhas e que os taxis costumam ser baratos.

As congolesas revelam que a falta de conhecimento geográfico dos lugares as limita no sentido do deslocamento na região. Contaram que se perderam várias vezes e que não sabiam em que parada de ônibus descer. A dificuldade na comunicação em alguns momentos dificulta a troca de informação. A falta de internet quando estão nas ruas também é um problema quando querem se comunicar e encontrar endereços.

4.3.1.5. Alimentação

Outro problema que as congolesas relataram e que disseram impactar na integração delas ao Brasil diz respeito à alimentação.

"Ser estrangeira e se alimentar de outras coisas influencia na adaptação em outro país. A alimentação aqui é muito diferente do meu país e é muito difícil. [...] A preparação do feijão lá no Congo é diferente, a preparação do arroz é diferente. Não colocamos tomate por exemplo. A lasanha aqui é diferente. A lasanha que conheço não tem macarrão [...]. Aqui as pessoas acham bizarro comer flor de mandioca." (Laura)

As três irmãs do Congo participaram em Brasília de evento sobre cultura e gastronomia de países de refugiados que vivem na região. Nesse evento puderam apresentar para a sociedade local alguns dos pratos típicos da cidade natal. Esse tipo de evento permite a aproximação da sociedade com as histórias e pessoas em situação de refúgio, assim como concebe aos imigrantes situações que permitem a interação e a formação de relações sociais.

4.3.1.6. Desejos e sonhos

O processo migratório, especialmente na situação de refúgio, acarreta muitas rupturas bruscas e repentinas na vida das pessoas, que muitas vezes sofrem, se isolam e não conseguem interagir na sociedade de destino.

No caso das irmãs congolesas, o que se nota é que elas carregam grande sofrimento, sentimento de revolta por tudo que aconteceu com elas, familiares e amigos no Congo, dificuldades relacionadas à chegada a um novo país, bem como com serviços públicos e acesso a direitos. No entanto, elas nunca se colocaram em situação de vítimas sem capacidade para mudança. Elas buscam de forma resiliente melhores condições de vida no Brasil, adaptando-se, procurando emprego, sem qualquer resistência quando precisam trabalhar em condições não condizentes com suas formações superiores, buscando interagir com as pessoas, formando amigas e procurando parceiros para dividir intimidade.

Rita, Melissa e Laura se manifestaram sobre seus desejos e sonhos. Percebe-se que a condição de refúgio e de se verem obrigadas a deixar o próprio país interfere na forma como elas se manifestam a respeito de suas expectativas. Dessa maneira, entende-se também que a condição da impossibilidade do retorno, enquanto durar a situação de

violência no Congo, influencia a experiência da migração e da integração no país, bem como suas expectativas e desejos para o futuro.

"Para nós é impossível voltar, mesmo que quiséssemos. Nós corremos o risco de perder nossas vidas. Meu sonho é de nunca ter saído do Congo. Se o Presidente Kabila não estivesse lá teria ficado no Congo por toda a minha vida." (Laura)

"Meu sonho, no momento, é de estar estável. Quero viver como todo mundo. Eu quero me sentir um pouco em casa. Claro que não é minha casa, mas eu quero me sentir em casa. Que eu seja livre. Tenho que colocar na cabeça que não posso voltar para casa. Eu tenho esse limite e isso me incomoda. Mas de momento meu sonho é este: viver como todo mundo, normal. Como todo mundo daqui. Que as pessoas nos aceitem como nós somos." (Melissa)

"No momento, o que eu desejo é estar estável. Viver com estabilidade e que o direito nos aceite como refugiadas. Que nos aceitem e que nos ajudem a evoluir, a nos adaptar, a nos integrar, sem distinção. Trabalhar e ganhar um pouco de dinheiro para viver nossas vidas." (Rita)

Ao final Laura acrescentou: *"Meu sonho é ter um namorado"*. Todas riram.

Em encontro realizado em 2018, elas revelaram sobre o desejo de retorno ao país de origem. Primeiro disseram que nesse sentido, cada uma delas tem sua história e seus motivos particulares para fazerem suas escolhas. Argumentaram que para retornar ao país de origem não basta apenas que o Presidente Kabila saia do poder. Disseram que a situação no país tem de estar estabilizada política, econômica e socialmente. Além disso, comentaram que caso retornem ao Congo elas teriam de começar do zero, uma vez que não têm mais casa no país e nem trabalho.

Laura diz que *"Tenho amigos e família no Congo. Minha história, minha terra e minha cultura estão lá. O Congo faz parte de mim"*. No entanto, Rita e Laura argumentaram que se elas estabelecerem família no Brasil e se tiverem um bom emprego, elas não voltariam para o Congo.

4.4. Analisando o processo de refúgio das congolezas

Nesta parte do capítulo foram levantadas algumas categorias que reúnem temas que se destacaram na narrativa das congolezas. As categorias selecionadas são: i) rupturas e

transformações; ii) traumas, medos e revolta; iii) busca por estabilidade e adaptação; e iv) expectativas para o futuro.

4.4.1. Rupturas e transformações

Em relação aos elementos de ruptura e transformação dois momentos foram selecionados como cruciais na história de vida das congolezas. O primeiro momento diz respeito ao evento do assassinato dos pais, que rompeu com as estruturas e vivências familiares, perdendo o pai e a mãe como a base da família.

Sem dúvida esse evento influenciou a entrada de Rita em movimentos de oposição dois anos depois. Ademais, a ameaça que sofreram e o sequestro imputado por policiais do governo, provocando a fuga das moças, foram intensificados por conta das experiências e traumas que já haviam passado com o assassinato dos pais.

A segunda ruptura, portanto, está relacionada com o momento da fuga e o início de uma nova vida em outro país. Elas tiveram duas semanas após o sequestro para se esconder, conseguir fugir e a partir de então chegar a um país, onde não necessariamente escolheram, não conheciam o idioma e não conheciam ninguém. Elas contaram com a ajuda de pessoas e instituições não governamentais para darem início a uma nova vida no Brasil. De nativas no Congo a estrangeiras em terras desconhecidas, estavam sujeitas ao desafio de se estabilizarem e integrarem-se a nova sociedade.

Segundo Martha Nubia Bello (2004), em artigo sobre identidade e deslocamento forçado, as pessoas em situação de deslocamento, individual, familiar ou coletivo,

Se ven obligadas a perder y abandonar no sólo las pertenencias y propiedades (territorios geográficos), sino relaciones y afectos construidos históricamente con el entorno, expresados en las maneras propias de vivir y sentir la región, y con los vecinos y familiares (territorios de vida); es decir, el desplazamiento destruye, además, comunidades (identidades colectivas) en tanto desestructura mundos sociales y simbólicos y provoca la ruptura de [...] creencias, valores, prácticas, formas y estilos de vida (BELLO, 2004, p. 1).

Hannah Arendt, que por ser judia e ter se tornado refugiada no contexto de perseguição aos judeus na Europa, em texto intitulado "Nós, refugiados", diz que:

Perdemos nosso lar, o que significa a familiaridade de uma vida cotidiana. Perdemos nossa ocupação, o que significa a confiança de que temos alguma utilidade neste mundo. Perdemos nossa língua, o que significa a naturalidade das nossas reações, a simplicidade dos gestos e expressão espontânea dos

sentimentos. Deixamos nossos parentes nos guetos poloneses, e nossos melhores amigos foram mortos em campos de concentração, e isso significa a ruptura de nossa vida privada (ARENDR, 2016, p. 478).

As três irmãs congolezas tiveram de deixar seus pertences por conta da inesperada fuga, perderam a casa onde viviam (incendiada como símbolo de ameaça), perderam a relação com os espaços geográficos de convivência, perderam os empregos, os namorados, as amizades (relações sociais), assim como se separaram dos outros irmãos que já haviam constituído família e não conseguiram deixar o país.

Destaca-se também que as irmãs possuíam renda mais elevada no Congo, demarcando uma mudança no estilo de vida no contexto de uma nova vida no Brasil.

As duas rupturas e transformações destacadas foram experiências vividas pelas congolezas que marcaram de forma essencial a mente, a vida e as expectativas para o futuro.

4.4.2. Traumas, medos e revolta

O deslocamento forçado enseja uma série de violações aos direitos humanos. As pessoas em situação de refúgio muitas vezes enfrentam eventos violentos antes, durante e depois da fuga, afetando a dignidade, a identidade e o bem estar emocional.

Martha Nubia Bello (2004, p.1) argumenta que:

Antes del desplazamiento las personas enfrentan situaciones violentas, degradantes y humillantes en medio de la desprotección y el desamparo que generan sentimientos de miedo, terror, impotencia y ansiedad. [...] Sin embargo, el malestar emocional de las personas desplazadas no es sólo producto de los hechos que obligaron a la salida sino de las múltiples pérdidas y de la falta de elaboración de sus respectivos duelos. A las situaciones y sentimientos ya descritos se suma la presión generada por los múltiples cambios que se ven obligados a enfrentar de manera intempestiva y indeseada, durante el proceso de ubicación e inserción en los nuevos contextos de llegada.

As experiências de violência, de ameaça, de perseguição e de fuga vivenciadas pelas congolezas, assim como as experiências da primeira e da segunda ruptura, causaram traumas e medos que persistem mesmo estando fora da zona de perigo.

Elas mantêm contato, quando possível, com os familiares e amigos que estão no Congo. O policial, que tinha relacionamento com Laura e que as ajudou na fuga, foi compulsoriamente transferido para outra província e Laura apenas conseguiu contatá-lo

uma vez, constatando que era demasiado perigoso para ele a manutenção do contato.

Elas sentem medo pelos amigos e familiares que ainda estão por lá. A situação no Congo está caótica e a população está cada vez mais revoltada com a situação do país.

O irmão e a irmã das congolezas que não conseguiram sair do Congo têm filhos e permanecem escondidos com medo de serem encontrados por policiais. Elas relataram que as crianças não estão frequentando a escola por medo de que sejam reconhecidas e de que algum tipo de violência possa acometê-las.

Laura afirma que gostaria que sua irmã Rita, seu irmão Ricardo e o marido de sua irmã Mônica deixassem de fazer parte dos momentos de oposição. Nesse sentido, Laura diz: *"Não quero mais que Rita e meus outros irmãos lutem. Estamos perdendo muitas pessoas. Tenho ainda mais medo. Quero que eles parem. Parece que não adianta"*.

"Quando eu peço para ela parar com tudo isso ela me diz que eu sou uma criança e que não estou entendendo as coisas, nem a dimensão de tudo isso. A Rita diz que: 'É a minha vida inteira, meus filhos vão nascer nessa terra, as pessoas estão morrendo. A terra está ficando vermelha do sangue das pessoas. Não é uma coisa pequena'". (Laura)

As congolezas acreditam que contar suas histórias pode ser um caminho para revelar os fatos violentos que tem acontecido no Congo como forma de denúncia. No entanto, para elas é extremamente dolorido relembrar as histórias de violência e dizem que as entrevistas e conversas as fazem relembrarem e sentirem raiva, revolta e tristeza.

4.4.3. Busca pela estabilidade e adaptação

Segundo Martha Nubia (2004), os refugiados passam por múltiplos processos intempestivos e indesejados de transformação e ruptura, somados às marcas de trauma, medo e revolta que causam mal estar emocional, sobretudo presentes no momento da busca por estabilidade e adaptação nos novos contextos da sociedade de acolhida. Essas mudanças repentinas exigem enorme capacidade de enfrentamento das dificuldades em momento de adaptação e busca por estabilidade.

Rita e Melissa destacam em seus sonhos o desejo para o alcance da estabilidade. Entende-se assim o desejo de se adaptarem ao novo contexto, de alguma maneira se sentirem parte da sociedade e de serem aceitas como elas são. Dessa forma, nesse contexto

de adaptação, a estabilidade ganha sentido em vários aspectos, que vão desde a busca por estabilidade financeira até a busca por estabilidade emocional.

Elas revelaram que para se integrarem à sociedade necessitam de emprego, entendendo que a condição de estarem empregadas significaria: renda fixa e estabilidade financeira, manutenção de relações sociais e redes de contato, mais prática e melhora no idioma e na comunicação, bem como saúde mental, uma vez que entendem que é bom para o estado psicológico e que ficar dentro de casa, sem emprego, bloqueia o conhecimento e se torna um processo sofrido, como estar em uma prisão.

O desemprego e permanência nessa condição estão relacionados à sensação de isolamento social. O emprego providencia o contato, a socialização, a normalidade. O emprego providencia o dinheiro, a alimentação, a manutenção da moradia. De acordo com as congolezas, o emprego é condição necessária para a estabilidade e para a adaptação.

Hannah Arendt (2016, p. 479) diz: "Depois de tanta má sorte, queremos um rumo certo. Portanto, deixamos a Terra para trás como todas as suas incertezas e voltamos nossos olhos para o céu". A estabilidade é o desejo mais forte, tendo em vista que enfrentaram grandes rupturas e traumas nas experiências vivenciadas. A adaptação também se torna um sonho a ser alcançado.

Desse modo, a fim de adaptarem-se ao novo contexto da sociedade de acolhida, as congolezas empreenderam esforços em diversos sentidos: realizaram curso de português para estrangeiros, participaram de mais de um evento com o tema voltado para cultura e gastronomia de refugiados, participaram em curso de cinema social e as irmãs que ainda não conseguiram emprego buscam por isso incansavelmente, sem preocupação de estarem realizando trabalhos que não condizem com suas formações superiores.

Em relação à inconsistência de status, quando se trata da disparidade entre a formação acadêmica, atuação profissional e renda, Leonardo Cavalcante (2015, p. 39) diz que a maioria dos imigrantes no Brasil tem formação superior e, no entanto, ao se incorporarem ao mercado de trabalho "descendem na escala laboral e, portanto, social". Desse modo, assim como acontece no caso das congolezas, "os imigrantes se inserem no mercado de trabalho em uma posição inferior em relação ao seu grau de especialização, sua formação acadêmica e a sua experiência laboral prévia" (CAVALCANTI, 2015, p. 39).

As congolezas têm formação profissional superior em Pedagogia, Relações Internacionais, Hotelaria, *Design* de Interiores e Comunicação, mas enfrentam uma

condição de inconsistência de status na medida em que exercem ou exerceram atividade aquém das suas formações acadêmicas e experiências profissionais já realizadas em seu país de origem.

Cavalcanti argumenta que dados mostram que há entre os imigrantes no Brasil inconsistência de status:

Em torno de 38% e 30% possui formação superior e ensino médio completo, respectivamente. Essa é a tendência para a maioria dos coletivos. Uma fração mínima tem ensino fundamental incompleto e as taxas de analfabetismo se aproximam de zero. No entanto, a faixa de renda não corresponde com a formação dos imigrantes. Em torno de 53% dos imigrantes recebem entre 1 e 3 salários mínimos. E a população imigrante que recebe somente entre 1 e 2 salários mínimos fica na casa dos 40%. Nesse sentido, podemos auferir que uma parte significativa da população está exercendo trabalhos aquém da sua educação formal e, portanto, há indícios de inconsistência de status entre a população imigrante (CAVALCANTI, 2015, p. 40)

Esse fator muitas vezes desmotiva os imigrantes, em geral, que buscam sempre melhores condições de vida. As barreiras para a validação de diplomas também são um dos problemas enfrentados por imigrantes. O difícil processo de reconhecimento de certificados e diplomas universitários é encarado por muitos migrantes como um obstáculo no processo de integração (MOREIRA, 2014).

Por fim, a documentação ou a falta dela, foi encarada como um impasse à integração e à adaptação pelas congolelas.

Sabe-se que as solicitações de refúgio no Brasil cresceram mais de 2.800% no período de 2010 a 2015, tornando o processo de reconhecimento mais lento. O Conare tem sede em Brasília e regionais em São Paulo e Porto Alegre. Atualmente, apenas cinco pessoas do CONARE são responsáveis por realizar as entrevistas de elegibilidade. Após as entrevistas o caso é levado aos representantes dos órgãos da administração pública e da sociedade civil que integram o Comitê¹⁸.

Faz aproximadamente um ano e cinco meses que as congolelas deram entrada no pedido de refúgio e ainda não foram chamadas para a entrevista.

De acordo com as irmãs, a falta da documentação tem se constituído um problema para conseguir emprego, uma vez que os empregadores desconhecem os direitos dos solicitantes de refúgio. Ademais, a falta da documentação expõe os solicitantes de refúgio à violação de direitos trabalhistas. Outro impedimento imposto pela falta de documentação

¹⁸ Dados no site: <http://caminhosdorefugio.com.br/tag/conare/>. Acesso em: 15/03/2018.

é a impossibilidade de abrir conta bancária. Elas afirmam que a posse de um cartão de crédito possibilitaria maior autonomia financeira.

Figura 4. Modelo de Protocolo Provisório

Documento Provisório de Identidade de Estrangeiro		 MINISTERIO DA JUSTICA COMITE NACIONAL PARA REFUGIADOS
DADOS DO ESTRANGEIRO		Protocolo n.:
Nome:		Validade:
Filiação:		<p>A Lei 9.474/1997 assegura ao portador deste documento que "em hipótese alguma será efetuada sua deportação para fronteira de território em que sua vida ou liberdade esteja ameaçada, em virtude de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opinião política" (Artigo 7, §1)</p> <p>Este protocolo é documento de identidade válido em todo o território nacional e é prova da condição migratória regular do seu titular.</p> <p>O titular deste protocolo possui os mesmos direitos de qualquer outro estrangeiro em situação regular no Brasil e deve ser tratado sem discriminação de qualquer natureza.</p> <p>O titular deste protocolo deverá manter os seus contatos atualizados e comunicar a Polícia Federal e ao CONARE em caso de qualquer alteração em seu telefone, endereço e email.</p> <p>A comunicação pode ser feita pelos seguintes meios: - pessoalmente, na Delegacia de Polícia Federal mais próxima - por escrito, para o e-mail conare@mj.gov.br - pelo telefone (61) 2025-9225</p>
Sexo:		
Nacionalidade:		
Assinatura:		
Foto 3X4	Tipo do pedido: Solicitação nos termos da Lei 9.474/1997	Assinatura e carimbo:
	Assinatura e carimbo:	

Fonte: Resolução CONARE n° 18/14. Anexo II.

Com a posse do protocolo de solicitação de refúgio pode-se emitir carteira de trabalho, mas o Registro Nacional de Estrangeiro (RNE) somente é emitido após a homologação do status de refugiado pelo CONARE.

O Protocolo é válido em todo o território nacional e comprova que seu portador está em situação regular no Brasil. O documento de Protocolo destaca o princípio de não deportação dos solicitantes, assim como o direito equiparado a qualquer outro estrangeiro em situação regular no Brasil, sendo resguardado tratamento sem discriminação de qualquer natureza. Mais detalhes sobre a questão da discriminação serão analisados no quarto capítulo, evidenciando na prática uma discrepância entre a aplicação da lei e a realidade.

4.4.4. Expectativas para o futuro

"Para reconstruir uma vida, deve-se ser forte e otimista."

Então somos muito otimistas" Hannah Arendt (2016, p. 478).

As irmãs congoleesas são moças bem humoradas, divertidas e participativas. Elas geralmente são resistentes em e não gostam de falar do passado, mas sempre acompanham os acontecimentos no Congo e compartilham informações sobre a violenta realidade no país.

A melhora das condições no Congo é o que move a causa de luta de Rita. Tanto por tudo que aconteceu com seus pais, quanto pela revolta com a situação caótica do país. Seu maior desejo era de que nenhum desses problemas estivesse acontecendo no Congo. Laura contou que gostaria de nunca ter deixado a sua terra natal. Melissa, por sua vez, diz que tem que aceitar que não pode mais voltar para casa enquanto a situação de perigo perdurar.

Nesse sentido, as refugiadas congoleesas partilham a dialética enfrentada pela condição transnacional do refúgio, levando em conta os dois lugares, o Congo e o Brasil, e as condições históricas que moldaram toda a experiência, as expectativas e os sentimentos das irmãs. Assim, leva-se em consideração quando Laura diz que o "Congo está dentro de mim", compreendendo suas raízes, relações, cultura, forma de ver o mundo o que a acompanhará em todo o processo de adaptação e estabilidade no Brasil, bem como moldará suas esperanças e expectativas para o futuro.

Analisando as narrativas das congoleesas, observa-se uma dupla vontade em relação ao desejo de retorno, não necessariamente contraditória, mas que revela a dialética da transnacionalidade das experiências por elas vividas.

O desejo era de nunca ter tido necessidade de deixar o país. No entanto, as congoleesas por todas as circunstâncias narradas se viram obrigadas a deixar o Congo como condição de sobrevivência. Estando no Brasil elas vagueiam entre a vontade de voltar e a vontade de se estabelecer no país de acolhida. A percepção quanto à vontade de permanência no Brasil foi notada ao longo dos encontros, com maiores evidências nos últimos.

Mesmo se a situação que as fez deixar o Congo melhorasse, elas argumentam que retornar não seria tão fácil. O Congo estaria mudado, elas disseram. Ademais, as irmãs perderam a casa onde viviam, os empregos, as relações sociais se dissiparam, os relacionamentos íntimos se acabaram. *"Teríamos que começar do zero"*.

O Brasil, mais precisamente o Distrito Federal, é o espaço onde acontecem as interações presenciais, as situações corriqueiras do dia-a-dia, as microrrelações face-a-face. É nesse espaço que buscam estabilidade e adaptação.

As expectativas e desejos para o futuro ganham contornos incertos, ora voltados para a terra natal, ora considerando fixar-se no Brasil.

Melissa diz que retornar não é uma opção. Diz que isso é uma limitação que a incomoda e que tenta sempre pensar que seu amanhã será aqui e gostaria de se sentir um pouco em casa, de se sentir uma pessoa normal, como todos os outros.

Laura e Rita se manifestaram dizendo que se tiverem um bom emprego e constituírem família não teriam porque voltar ao Congo. Visualizam, inclusive, um futuro aqui, constituindo família, mantendo renda estável e sendo aceitas como elas são, sem distinção.

As irmãs congolesas conduzem a narrativa de forma a dar sentido ao passado, ao presente e às expectativas para o futuro. A história de vida das moças, por elas próprias relatada, revela o sentido e os significados que atribuem ao processo de refúgio por elas vivenciado. As rupturas e transformações; os traumas, medos e revolta; a busca por estabilidade e adaptação; bem como as expectativas para o futuro se interconectam e fazem sentido nas experiências narradas, interconectadas, ainda, com a macroestrutura que moldou e molda suas experiências.

5. MULHERES REFUGIADAS, NEGRAS, CONGOLESAS E DETENTORAS DE BAIXA RENDA NO BRASIL: A INTERSECCIONALIDADE E AS CATEGORIAS ARTICULADORAS

Este capítulo teve como objetivo fazer uma reflexão do momento de interação das três irmãs congolesas aos espaços, símbolos e pessoas no Brasil, contemplando as questões da interseccionalidade, como uma abordagem sociológica que define que cada ator social é produto da imbricação e das relações entre as diferentes categorias articuladoras.

Tendo em vista o processo migratório e o contexto de interação das moças a uma nova sociedade, as categorias de articulação demarcadas no caso desse estudo foram: gênero, raça, classe social, status migratório e nacionalidade, uma vez que se trata de mulheres congolesas, negras e refugiadas, detentoras de baixa renda, entendendo que esses aspectos interferem na inserção social delas e em suas experiências migratórias. Entende-se, ainda, que as categorias quando articuladas podem demarcar desigualdades e sobreposição de identidades sociais, mas também enfatizam a diferença, a diversidade e a pluralidade dos sujeitos constituídos mediante as variadas experiências em diferentes contextos.

5.1. A interseccionalidade

A interseccionalidade como paradigma sociológico surgiu aproximadamente no final de 1960 e início de 1970. Essa linha teórica é produto da crítica do feminismo multirracial à hegemonia de um feminismo considerado branco e que ignorava as condições específicas de mulheres de classes mais baixas e negras. Dentre as feministas que conformam esse movimento que deu origem à interseccionalidade, cita-se Angela Davis, Audre Lorde, Bell Hooks e June Jordan (VIVEROS, 2012).

Começou-se a questionar a forma como gênero era estudado, formalizando divisões imutáveis, universalizantes e atemporais entre homens e mulheres, bem como se questionava se seria possível considerar a dominação masculina como universal e pensada dentro de uma lógica ocidental, ancorada em termos de propriedade (PISCITELLI, 2008, p. 264). Contestavam-se, sobretudo, os pressupostos colocados como universais,

entendendo serem válidos para todas as culturas em diferentes momentos históricos (VIVEROS, 2012).

O pensamento crítico em torno de gênero foi ampliado e fortalecido no final da década de 1980 com publicações de autoras como a historiadora Joan Scott; a antropóloga Marilyn Strathern; Donna Haraway, da área de história da ciência; e a filósofa Judith Butler. Dentro de uma perspectiva desconstrutivista, essas autoras passaram a valorizar a dissolução do sujeito como universal e a linguagem e o discurso como práticas relacionais, "que produzem e constituem as instituições e os próprios sujeitos como sujeitos históricos e culturais e compreendem, enfim, a produção de saber e a significação como ato de poder" (PISCITELLI, 2008, p. 265).

Como exemplo dessa abordagem, cita-se Joan Scott que rejeita a noção de patriarcado e caminha no sentido de explorar as diferenciadas distribuições de poder levando em consideração contextos históricos específicos. Assim, "a autora propõe substituir a noção de que o poder social é unificado, coerente e centralizado por uma ideia de poder como constelações dispersas de relações desiguais" (PISCITELLI, 2008, p. 265).

As categorias homens/mulheres, brancos/negros, ricos/pobres e moradores do norte/sul globais, por exemplo, devem ser pensados tendo por base as relações sociais das quais são produtos. O cruzamento entre essas categorias pode relacionar múltiplos níveis, produzindo diferentes formas de articulação entre dominação e submissão, considerando as distintas contingências e situações.

Dessa forma, pode-se pensar que uma situação vivida por mulheres negras nos Estados Unidos e Europa não é necessariamente mais desvantajosa que a situação vivida por homens racializados, como negros de regiões mais pobres do globo ou árabes e muçulmanos, que em alguns contextos estão mais sujeitos que essas mulheres ao controle policial, por exemplo. Os homens escravos, por sua vez, não dispõem das mesmas características atribuídas de forma geral aos homens e sua forma de dominação patriarcal. (VIVEROS, 2012).

É necessário entender que a experiência de uma mulher branca, de classe média e que vive no Brasil não é semelhante a de uma mulher negra e de classe média vivendo na mesma região, ou negra e pobre vivendo na mesma região, ou negra e pobre e lésbica, ou negra, pobre e refugiada.

A proposta dos movimentos feministas compostos por mulheres negras, do Terceiro mundo e por lésbicas era a de um movimento sensível a todos os tipos de opressão e exclusão social: classismo, sexismo, racismo, homofobia sem de antemão priorizar nenhum deles, tendo necessariamente de levar em conta a situação e o contexto, os quais conferem novos significados e atualizam as categorias (VIVEROS, 2012).

A princípio era analisada apenas uma única diferença articulada a gênero. Algumas autoras passaram a articular gênero, raça e classe, porém ainda privilegiando a categoria de gênero, correndo o risco de negligenciar ou subordinar as demais categorias. Existem autoras que abordam as categorias gênero e raça e privilegiam a raça entre as outras diferenças possíveis (PISCITELLI, 2008).

Há, também, as feministas do Terceiro Mundo, trabalhando ou não com a perspectiva pós-colonial, que destacam a necessidade de articular gênero não apenas a sexualidade, raça e classe, mas também a religião e a nacionalidade. A nacionalidade, que é abordada nessa pesquisa em termos de categoria articuladora, leva em consideração o posicionamento desigual em escala global, em comparação com a posição estrutural das demais nacionalidades. (PISCITELLI, 2008, p. 266).

Desse modo, passa-se a analisar uma constelação de diferenças, sem que uma necessariamente se sobressaia as demais. Assim surge a formulação dos conceitos de categorias de articulação e interseccionalidades, concebidas como ferramentas analíticas que possibilitam a articulação de múltiplas diferenças e desigualdades, presentes em contextos específicos, tais como gênero, raça e etnia, classe, nacionalidade, status migratório, estado civil, idade, capacitação, orientação sexual, religião, casta, dentre outras.

Adriana Piscitelli (2008, p. 267) argumenta que as autoras que trabalham com as categorias articuladas dão destaque à experiência, levando em consideração as questões ligadas à diferença, poder e agência.

No que tange a agência, Piscitelli (2008, p. 268) destaca duas abordagens distintas na perspectiva da interseccionalidade: a sistêmica e a construcionista. A primeira abordagem expõe "o poder unilateral das representações sociais e as consequências materiais e simbólicas para os grupos atingidos pelos sistemas de subordinação". Portanto, na abordagem sistêmica, "os sujeitos apareceriam como constituídos por sistemas de dominação e marginalização e, nesse sentido, carentes de agência".

Na abordagem construcionista, os marcadores de identidade e diferenciação não aparecem apenas como limitadores, mas como categorias que articuladas oferecem possibilidades aos sujeitos. Nesse sentido, Adriana Piscitelli (2008, p. 268) diz que:

Essas categorias existem em e por meio das relações entre elas. Por esse motivo são categorias articuladas. As categorias de diferenciação não são idênticas entre si, mas existem em relações íntimas, recíprocas e contraditórias. Nas encruzilhadas dessas contradições é possível encontrar estratégias para a mudança. [...] Ao analisar as categorias articuladas, McKlinton explora políticas de agência diversificadas, que envolvem coerção, negociação, cumplicidade, recusa, mimesis, compromisso e revolta.

Assim, destaca-se que essa pesquisa não priorizou de antemão nenhuma categoria em articulação e buscou-se entender a forma como elas interagem no caso específico das três irmãs congolezas, que são entendidas como sujeitos constituídos mediante a experiência e a interação e dotados de capacidade para a ação no sentido de empreender mudanças.

5.2. Mulheres, negras, refugiadas, congolezas e detentoras de baixa renda no Brasil

Tendo por base a perspectiva das categorias articuladoras, a pesquisadora realizou questões às irmãs congolezas sobre a impressão delas ao fato de serem mulheres, negras, refugiadas (ou mais especificamente solicitantes de refúgio), congolezas e detentoras de baixa renda, no contexto da imigração, da interação e da integração delas no Brasil.

Nesse sentido e no contexto da migração forçada, a articulação entre as categorias de gênero, raça, classe, status migratório e nacionalidade contribuiu para compreender as experiências das irmãs refugiadas.

5.2.1. O gênero como questão

Na primeira entrevista, as irmãs congolezas revelaram que ser mulher ou ser homem no contexto do refúgio e da integração em novo país não condiciona situações notadamente diferentes. "*Se você é um homem, você também é obrigado a se adaptar. Se somos homens ou mulheres temos de nos adaptar de qualquer forma, não vejo porque seja*

diferente.". Em outra oportunidade, Rita acrescentou que ser homem ou mulher não modifica a experiência da migração. *"Os homens sofrem assim como as mulheres"*.

Por outro lado, Laura ao refletir sobre as diferenças nas experiências migratórias entre homens e mulheres expressou: *"Eu acho que ser mulher é mais difícil, porque a mulher é um ser humano mais frágil. Você chega a um país que nem conhece, você fica exposta e à mercê de todos e da violência. Então as pessoas podem te abordar e te enganar. Isso é mais fácil de acontecer com uma mulher. Se fosse um homem poderia até dormir na rua. A mulher teria mais medo. Escolhemos viver onde vivemos porque tem um porteiro, precisamos de mais segurança, porque somos mulheres. Temos um amigo do Togo que morra em um lugar que é barato e que é muito perigoso, mas ele enfrenta"*.

Laura considera que as mulheres estão mais expostas à violência e por esse motivo necessitam de mais segurança que os homens. Elas relataram que sofreram um assédio na rodoviária de Brasília e que sentiram muito medo e insegurança.

"Estávamos na rodoviária e um homem em uma cadeira de rodas começou a tirar fotos da 'bunda' da Rita. Uma moça que viu nos avisou que ele estava fazendo as fotos. Ele fugiu e fomos atrás dele ... ele estava vendo as fotos e se masturbando. Procuramos a polícia e avisamos. Eram dois homens, um deficiente e o outro não, e eles tinham fugiram. O homem da polícia disse que iria procurá-los com as características que tínhamos dado e que iriam apagar as fotos. (Laura)

Elas relataram que pegaram o ônibus para ir embora e o homem, que não era o deficiente, as seguiu e ficou olhando para elas dentro do ônibus. Elas sentiram medo, mas conseguiram descer sem que ele percebesse e sem que tivesse tempo de segui-las. *"Ficamos com medo, porque se a pessoa tem uma arma ou uma faca ela se sente um Deus. Ficamos com medo que ele nos machucasse"*. (Rita)

Além da violência de gênero a qual elas estão expostas, Laura relatou que ser mulher modifica a experiência na inserção no mercado de trabalho. *"Se eu fosse homem eu não estaria desempregada, eu faria qualquer trabalho. As pessoas do IMDH sabem: todos os homens que chegaram ao Instituto, mesmo depois da gente, já estão empregados. Até mesmo um homem do Haiti, que tem uma deficiência física na perna, já conseguiu emprego antes da gente"*.

Em relação à vulnerabilidade ligada ao mercado de trabalho, Rita e Laura relataram que trabalharam por um mês em um restaurante em região administrativa do DF, diversa

da que moram, e não receberam nenhum centavo pelo serviço. Laura afirmou que se fosse um homem talvez isso não tivesse acontecido.

Elas citaram, portanto, diferenças entre homens e mulheres no processo de integração ao Brasil, relatando que as mulheres são mais vulneráveis à violência de gênero, ao desemprego e às violações dos direitos trabalhistas.

5.2.2. A raça como questão

As irmãs congolezas relataram que o fato de serem negras influencia na adaptação delas no Brasil, tendo em vista que já sentiram discriminadas e diminuídas por conta da cor da pele. Laura se manifestou dando um exemplo sobre um dia que foi a uma igreja que elas sempre frequentam: *"Fui um dia à igreja, entrei e sentei em um dos bancos ao lado de uma brasileira. Quando me sentei, a brasileira se levantou e se sentou em outro banco"*. Ela argumentou que a princípio não entendeu a reação da moça, mas que depois pensou que poderia ter sido pelo fato de ser negra. Laura disse ainda que isso nunca havia acontecido com ela antes.

Quando interrogadas se já haviam presenciado alguma situação diferente das que elas estavam acostumadas, Melissa e Rita citaram sobre o fato de serem negras e a influência da raça nas situações cotidianas:

"Quando entramos em um ônibus, não sei se é racismo ou não, as pessoas passam direto e escolhem não sentar perto de nós. Elas preferem ficar em pé, ainda que tenha lugar para sentar". (Melissa)

"Eles preferem não se sentar ao nosso lado porque somos negras e eles preferem ficar em pé que sentar ao nosso lado". (Rita)

Elas dizem a discriminação de raça no Brasil não acontece apenas com os estrangeiros negros. *"Ser negro modifica a experiência migratória, mas isso não acontece apenas com os estrangeiros, já vimos acontecer com os brasileiros negros também"* (Rita).

Laura acrescenta relatando que: *"Nós já vimos como eles tratam os negros, que chegam de fora ou do Brasil também. Já percebi que as pessoas fazem isso por nada, só mesmo com a intenção de te diminuir"*. Ela diz ainda que: *"Aqui no Brasil, as pessoas que trabalham nas lojas não prestam nos estrangeiros e que também negros. Elas não atendem a gente"*.

No que tange a questão da inserção no mercado de trabalho Melissa disse que "Você vai fazer uma entrevista de trabalho e você percebe o tratamento diferente por conta da nossa cor".

5.2.3. A classe social como questão

Para as congolezas, a questão da classe no Distrito Federal relaciona tanto o fator da aquisição financeira quanto o fator de aparentar pertencer a uma classe social mais elevada. No Congo, como já foi citado, elas possuíam renda e status social mais elevado do que possuem aqui no Brasil. Assim, elas descenderam na escala relacionada à classe e isso é marcante na experiência delas de refúgio.

Elas citam que a questão da aparência é altamente relevante no Brasil, isso porque quando estão bem vestidas elas aparentam possuir mais renda do que realmente tem.

Percebeu-se que, nos encontros realizados em local diverso de sua casa, as moças congolezas estavam sempre muito bem vestidas e maquiadas. *"Estamos acostumadas a nos vestir bem. Nós andávamos assim no Congo. A gente sabe se vestir, mesmo comprando roupas que não são caras"*. (Rita)

Laura, citando também a questão da raça, disse que: *"Eu acho que da minha parte as pessoas respeitam. Quando me vêem andando assim da forma como me visto, eu imponho respeito. As pessoas olham assim: ela é negra, mas tem que respeitar"*.

Em outro relato, Laura contou que: *"Eu cheguei a uma loja (de departamento) sem estar maquiada e sem estar bem vestida e pedi ajuda a um homem que trabalhava lá. Ele me deixou lá parada e foi atender uma outra moça que chegou depois de mim e que era branca. Eu não entendi, mas... eu saí na mesma hora. Como ninguém podia me atender, não tem problema não. Isso acontece"*.

Por outro lado, Laura relata que: *"Se vou à mesma loja, mas bem vestida (quando parece pessoa que tem dinheiro) e com o celular na mão, eles atendem. Isso não acontece só com a gente, acontece também com os brasileiros"*.

Em um dos relatos, Laura comentou que um brasileiro que ela considera amigo conseguiu uma entrevista de emprego e pediu: "Laura, vá bem vestida, do jeito que você sabe se arrumar. Aqui no Brasil a aparência conta muito".

5.2.4. O status migratório de refúgio como questão

Hannah Arendt (2016, p. 477), no artigo "Nós, refugiados", inicia o texto dizendo: "Em primeiro lugar, não gostamos de ser chamados de 'refugiados'. Nós mesmos nos chamamos de 'recém-chegados' ou 'imigrantes'".

A principal questão narrada pelas moças do Congo em relação ao fato de serem refugiadas diz respeito ao mercado de trabalho e como os empregadores se posicionam quando sabem que são refugiadas.

"Os empregadores acham que têm todos os poderes sobre nós. Quando dizemos que somos refugiadas eles se permitem de tudo. Igual aconteceu com o trabalho que não recebemos" (Laura).

Dessa forma, Laura conta que: *"Eu não falo mais que sou refugiada, eu digo que sou imigrante e pronto"*.

Em relação ao fato de serem imigrantes e de serem estrangeiras, Melissa e Rita relataram haver vivenciado uma situação que para elas representou desigualdade de tratamento. *"Uma vez fomos a uma entrevista de emprego e eles privilegiaram os brasileiros. Isso nos fez mal"*. (Melissa) *"Nós chegamos antes e fomos atendidos por último e isso nos fez muito mal. Fomos atendidas depois que os brasileiros saíram"*. As congolesas disseram ainda que não tinham certeza se elas foram atendidas por último porque elas eram estrangeiras ou porque era negras. Disseram que eram as únicas negras e que quando foram atendidas a entrevista foi feita sem interesse e com as três de uma vez só, sem dar atenção às capacidades específicas de cada uma delas.

5.2.5. A nacionalidade como questão

As congolesas relataram que as pessoas do Brasil geralmente desconhecem o Congo, e já chegaram a perguntar se a África era um país. Ademais, poucas pessoas sabem que existe a República do Congo, cuja capital é Brazavile, e a República Democrática do Congo.

Elas disseram que ser do Congo não modifica a experiência delas no país de acolhida. Pode-se realçar nesse ponto, que o Brasil não é considerado um país xenófobo e

que os problemas relacionados à violência contra imigrantes estão mais voltados a questões de racismo.

As congolezas dizem que quando falam que são do Congo não percebem nenhuma reação desqualificadora. Elas contaram que quando comentam que são de um país da África algumas pessoas demonstram curiosidade e perguntam sobre o idioma, o lugar, a comida, ou comentam que já estiveram em algum país da África.

Tratando ainda do mesmo assunto, Rita contou que "*...outra vez eu peguei um taxi e o motorista perguntou de onde eu era. Eu disse que era da França. E o motorista em espanto perguntou se eu falava francês. Eu disse que sim, eu falo francês*". Rita contou que, dessa forma, o motorista a elogiou bastante, contando com entusiasmo que gostava da França, e que tanto Rita quanto a França eram lindas. Percebeu que ao mentir propositalmente, o motorista reagiu de forma diferente que se tivesse dito que morava no Congo.

Pode-se dizer, assim, que a nacionalidade reflete um posicionamento desigual em escala global, permitindo diferentes reações das pessoas nas sociedades de acolhida. No entanto, no contexto da sociedade brasileira no que tange à recepção dessas moças congolezas não foi possível considerar demarcação de tratamento desigual por conta da nacionalidade.

5.3. Analisando as narrativas e as categorias articuladoras

Observou-se que para as três irmãs as categorias interferem em aspectos específicos no processo de interação e integração à sociedade brasileira.

O *gênero* como questão foi a princípio considerado em termos de igualdade entre homens e mulheres em relação às dificuldades do processo de integração. De acordo com as irmãs, no processo migratório todos (homens e mulheres) têm de se adaptar, passando, portanto, por processos de sofrimento, sem distinção.

Por outro lado, elas percebem que o momento de integração no país de destino pode demarcar diferenças de gênero no que tange a maior vulnerabilidade das mulheres em relação à violência, ao mercado de trabalho e às violações de direitos trabalhistas.

A *raça* como questão suscitou a percepção de tratamento discriminatório, revelando situação nunca ocorrida no país de origem. As moças destacaram que o racismo interfere

na experiência migratória delas, porém apontam que o racismo no Brasil não está necessariamente vinculado ao fato de serem estrangeiras. Elas enfatizam já terem presenciado situações de discriminação com negros brasileiros. Ademais, a questão da raça também influencia na inserção ao mercado de trabalho.

A *classe* como questão foi tratada em termos de aparência. Assim, quando aparentavam possuir renda mais elevada elas argumentaram que não sofriam discriminação, citando exemplo no qual se observa a aparência inclusive atenuar a questão da raça ("*Quando me veem andando assim da forma como me visto, eu imponho respeito. As pessoas pensam assim: ela é negra, mas tem que respeitar*" - Laura).

Por outro lado, quando não aparentavam possuir renda elas relataram que eram tratadas de forma desigual, também no mercado de trabalho.

O *status migratório* como questão foi essencialmente vinculado à inserção no mercado de trabalho e na condição imposta por empregadores, colocando-as em condições de vulnerabilidade. Desse modo, elas rejeitam a categoria e passam a dizer que são imigrantes e não refugiadas.

Por fim, a *nacionalidade* como questão relacionou pontos como o desconhecimento e a curiosidade. Compreende-se assim que na percepção das irmãs a nacionalidade congoleza não demarca no Brasil tratamento desqualificador e desigual.

Não é possível analisar as categorias de forma isolada. Percebeu-se que mesmo organizando a escrita de forma separada as questões se relacionam simultaneamente, interconectando os elementos e categorias analisadas.

O status migratório, o gênero, a raça e a classe foram apontados como categorias que interferem na incorporação no mercado de trabalho. A própria condição de imigrante e, sobretudo, refugiado já funciona como mecanismo alocador no mercado de trabalho, e combinado com as dimensões de raça, classe social e gênero podem culminar em baixos salários, status e ocupações vulneráveis e desprotegidas no mercado de trabalho. No caso das mulheres pode ser somado o fato de receberem menores salários que os homens, constituindo, assim, as mulheres migrantes o grupo que recebe os menores salários.

Essas categorias articuladas situam as três irmãs em posições inferiorizadas, com efeitos concretos principalmente na inserção no mercado de trabalho. Destaca-se que para elas o trabalho é a condição principal no processo de integração à sociedade receptora. Melissa conseguiu emprego graças a um projeto da empresa para empregar refugiados.

Rita e Laura ainda estão desempregadas, mesmo tendo escolaridade em nível superior. Pergunta-se, portanto, se elas ainda estariam nessa situação caso fossem produto da imbricação e da relação de outras categorias articuladoras.

CONCLUSÃO

Essa dissertação percorreu um caminho que teve como ponto de partida as narrativas do processo migratório das três irmãs congolezas. A história dessas mulheres foi representada e articulada com base na condução da pesquisadora que organizou as experiências vividas em duas partes principais. A primeira parte representou as narrativas sobre os momentos do processo de migração forçada. Assim, buscou-se compreender como elas viviam no Congo, como e porque tiveram de fugir do país e como vivem no Brasil, enfatizando a experiência de integração. Em seguida, a segunda parte representou as percepções que as três irmãs apresentam sobre o fato de serem mulheres, negras, refugiadas, detentoras de baixa renda e congolezas no Brasil.

Nesse percurso, caminhando por entre os depoimentos, as abordagens sociológicas e os contextos macroestruturais, foi alcançado o objetivo de compreender como essas mulheres interpretam, explicam e dão sentido à experiência de fugir do país onde viviam e chegar a novo e desconhecido lugar.

Em primeiro lugar, destacou-se que as narrativas são seleções da memória e representações das experiências dessas mulheres migrantes. Assim, do fato à narração, da escrita à leitura, os depoimentos vão ganhando interpretações diversas, o que não impediu de conhecer a realidade dessas mulheres no que tange as rupturas e transformações causadas pela necessidade de deixar o Congo como condição de sobrevivência; os traumas, os medos e a revolta que sentem por conta da exposição delas e de familiares à violência no país de origem; a busca por estabilidade e adaptação no país que as acolheu, bem como as expectativas que elas têm para o futuro.

Verificou-se que as narrativas dessas mulheres reconstituem e reorganizam a experiência por elas vivida, dando sentido e unidade a ela. As percepções temporais unem os elementos abordados nos depoimentos sobre o passado, o presente e o futuro e estabelecem sentido e continuidade nos percursos de suas vidas. As expectativas para o futuro retrataram de forma dialética a vontade de retornarem para o Congo e ao mesmo tempo a vontade de se estabelecerem no Brasil, revelando questões sobre a transnacionalidade no contexto específico do refúgio, em que os indivíduos se veem obrigados a deixar o país de origem.

O desejo era de nunca ter deixado o Congo, mas para sobreviverem às perseguições políticas tiveram de fugir e no presente compartilham as incertezas para o futuro, uma vez que voltar para o Congo é uma limitação, que por vezes as incomodam e por outras as conduzem ativamente na busca por estabilidade e adaptação no Brasil. Destaca-se que no caso da migração forçada, a impossibilidade do retorno influencia a experiência migratória de forma específica.

As três irmãs fazem parte de família que conviveu e convive com a violência e a perseguição empreendida pelo governo do Presidente Joseph Kabila. As rupturas apontadas na pesquisa tiveram como ponto de partida a morte dos pais e o sequestro de Laura, que motivou a fuga das irmãs. Ademais, os outros dois irmãos que estão no Congo são alvos dessa violência, tornando-se uma das maiores preocupações no dia-a-dia das congolezas. Nesse sentido, os traumas e medos ainda persistem mesmo tendo alcançado segurança e proteção no Brasil.

Durante a realização da pesquisa de campo, observou-se mais de perto a busca dessas mulheres pela adaptação e integração à sociedade brasileira. Além das preocupações em torno da inserção no mercado de trabalho, elas partilharam enorme necessidade de inserção em grupos de convivência. Notou-se, assim, que as moças refugiadas e recém chegadas ao Distrito Federal não tinham interesse em expor suas histórias do passado. Elas permitiam a presença da pesquisadora, que em certos momentos compartilhou tempo, conversas, informações e ajudas, mas se mostravam incomodadas com as perguntas, verificando-se que o interesse delas era no compartilhamento afetivo e de amizade, tendo em vista o momento de chegada e adaptação ao Brasil. Assim, entendeu-se que o compartilhamento de suas histórias de vida para compor a pesquisa era considerado uma troca pela presença e manutenção do contato com a pesquisadora. Não se pode negligenciar que a interação vivida com essas moças com foco na pesquisa contribuiu para a formação de laços de amizade.

Cabe realçar que nos caminhos percorridos para interconectar as experiências ao conceito, buscou-se enfatizar que os migrantes forçados não são uma massa homogênea e não compartilham as mesmas necessidades e experiências. Existem diversas situações e contingências que moldam os caminhos dos migrantes forçados e contar suas histórias, assim como foi feito nessa pesquisa, permite descortinar os efeitos da linguagem que geram anonimidade, distância e percepções coletivas sobre os refugiados que destoam da

realidade. Em última análise, tratar o tema da migração forçada, desde as experiências de três irmãs refugiadas do Congo vivendo no Brasil, pode suscitar a ideia de uma moral coletiva, que busque entender a responsabilidade da comunidade para com os outros, para com as pessoas em condições de vulnerabilidade.

Partiu-se, assim, de uma abordagem subjetiva como foco na interação e na vida cotidiana das três irmãs. Por meio do interacionismo simbólico, pontuou-se que a construção e a interpretação de símbolos e significados são constituídas por meio da interação social nos contextos específicos. Dessa forma, entende-se que a presença de migrantes, que desconhecem a lógica construída em determinado contexto, pode causar estranhamento, exclusão, isolamento e conflito.

Observou-se que ao interpretarem sobre o fato de serem mulheres, negras, refugiadas, detentoras de baixa renda e congolezas, elas estranharam principalmente a questão do racismo no Brasil, dizendo que nunca haviam passado por situações de exclusão por conta da cor da pele. Ademais, o fato de serem mulheres negras, refugiadas e detentoras de baixa renda interfere cotidianamente nos processos de integração, sobretudo, na inserção no mercado de trabalho. O desemprego é reconhecido com elemento que gera isolamento, uma vez que deixa de proporcionar a socialização e a formação de redes de contato.

Essa dissertação seguiu os parâmetros teóricos e metodológicos de Stephen Castles para a inserção da sociologia nos estudos da migração forçada, entendendo que não se pode desvincular o subjetivo do estrutural, tendo em vista que o fenômeno migratório se insere em contexto mais amplo do processo de transformação social em nível global.

Nesse sentido, a pesquisa trouxe informações sobre a migração forçada no Brasil e dados sobre a amostra de refugiados congolezes que vivem no país, apresentando um panorama com temas sobre idade, estado civil, gênero, rotas migratórias, idiomas falados, níveis de instrução, motivações para o refúgio e violências sofridas. Constatou-se que o Brasil, mesmo antes da publicação da Lei 9.474/1997, tinha tradição na proteção de refugiados congolezes, que nunca deixaram de chegar ao país. Esse fato se deve por conta da grande evasão de cidadãos do Congo, que ao longo de toda sua história política enfrentou problemas de ordem regional e global que influenciaram na estabilidade e governança do país.

A segunda parte do capítulo três traz a tona uma breve história do Congo, que apesar de e por ser um país com grandes quantidades de reservas naturais enfrenta problemas nos âmbitos social, econômico e político.

Considerou-se de extrema valia o estudo sobre o contexto do país de origem das moças congolezas, permitindo compreender como a estrutura molda as experiências e a forma como as narrativas refletem as estruturas, notando-se que necessariamente a vida se move entre essas duas tendências.

BIBLIOGRAFIA

ACNUR. Refúgio no Brasil. Uma análise Estatística: Janeiro de 2010 a Outubro de 2014. Disponível em: http://www.acnur.org/t3/fileadmin/scripts/doc.php?file=t3/fileadmin/Documentos/portugueses/Estatisticas/Refugio_no_Brasil_2010_2014.

_____. Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados. 28 de julho de 1951: Estados Partes. 2000a. Disponível em: "<http://goo.gl/6eI1MY>".

ANDRADE, José H. Fischel de. Direito Internacional dos Refugiados. Evolução Histórica (1921-1952). Rio de Janeiro: Renovar, 1996.

ARENDRT, Hannah. Nós, refugiados. In: Arendt, Hannah. Escritos Judaicos. Barueri, SP: Amariyls, 2016.

BELLO, Martha Nubia. Identidad y desplazamiento forzado. In: Revista de aportes andinos, nº08, enero, 2004.

BRASIL. Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

CAVALCANTI, Leonardo. Imigração e mercado de trabalho no Brasil: características e tendências. **Revista de Pesquisa sobre Migrações**, 2015. Disponível em: periodicos.unb.br

CASTELLANO, Igor. Guerra e Construção do Estado na República Democrática do Congo: a definição militar do conflito como pré-condição para a paz. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2011.

CASTLES, Stephen. Towards a Sociology of Forced Migration and Social Transformation. **Sociology**, Vol 37, Issue 1, p.13-34, 2003.

COSTA, António Firmino da. A pesquisa de terreno em sociologia. Em capítulo V, **Metodologia das Ciências Sociais**, org. Augusto Silva e José Pinto. Porto: Edições Afrontamento, 1990.

COULON, Alain. **A Escola de Chicago**. Campinas: Papyrus, 1995.

DUTRA, Delia. **Migração internacional e trabalho doméstico: mulheres peruanas em Brasília**. Brasília: CSEM; Sorocaba, SP: OJM, 2013.

ESTEVES, Raphael Rezende. Os embates em março de 2007 na República Democrática do Congo em perspectiva histórica. **Revista Cenários PUC Minas Conjuntura Internacional**. Belo Horizonte (MG): PUC-MG, 13 abr. 2007. P.1-6.

EASTMOND, Marita. Stories as Lived Experience: Narratives in Forced Migration Research. **Journal of Refugee Studies**, v. 20, n° 2, 2007.

FINE, G. A.; MARTIN, D. D. e SANDSTROM, K. L.. **Symbols, selves and social reality: a symbolic interactionist approach to social psychology and sociology**. New York: Orford University Press, 2006.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2008.

JUBILUT, Liliana L. . International Refugee Law and Protection in Brazil: a model in South America?. **Journal of Refugee Studies - JRS**, v. 19, p. 22-44, 2006.

HOCHSCHILD, Adam. **O Fantasma do Rei Leopoldo: uma história de cobiça, terror e heroísmo na África colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

JUBILUT, Liliana L.. **O Direito Internacional dos Refugiados e sua aplicação no ordenamento jurídico brasileiro**. São Paulo: Método, 2007.

JUBILUT, Liliana L.; MADUREIRA, André de L.. Os desafios de proteção aos refugiados e migrantes forçados no marco de Cartagena + 30. **REMHU – Rev. Interdiscip. Mobil. Hum., Brasília**, Ano XXII, n. 43, p. 11-33, jul./dez. 2014.

KELLER, Stephen L. Uprooting and Social Change: The Role of Refugees in Development. **Manohar Book Service**, New Delhi, 1975.

LIMA, João Brígido ... [et al.]. **Refúgio no Brasil: caracterização dos perfis sociodemográficos dos refugiados (1998-2014)**. Brasília: Ipea, 2017.

MERTON, Robert King. **Sociologia: teoria e estrutura**. São Paulo, SP: Mestre Jou, 1970.

MOREIRA, Julia B. A. Refugiados no Brasil: reflexões acerca do processo de integração local. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, ano XXII, n° 43, p-85-98, jul./dez., 2014.

OIM. Glosario sobre Migración. Ginebra, Suiza, 2006

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, v. 11, n. 2, p. 263-274, jun./dez., 2008.

PORTES, Alejandro. Economic sociology and the sociology of immigration: a conceptual overview. In PORTES, Alejandro (ed.), **The economic sociology of immigration - essays on networks, ethnicity, and entrepreneurship**. Russel Sage Foundation: New York, 1995.

SAYAD, Abdelmalek. **A Imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.

SIMMEL, Georg. **Georg Simmel: sociologia**. Organizador da coletânea: Evaristo de Moraes Filho. São Paulo: Ática, 1983.

SOARES, W. Análise das redes sociais e os fundamentos teóricos da migração internacional. **Revista Brasileira de Estudos Pop., Campinas**, v. 21, nº 1, p. 101-116, jan./jun. 2004.

STEIN, Barry N. The International Migration Review, **Refugees Today**, Vol. 15, No. 1/2, pp. 320-330, 1981

TANNURI, Maria Regina Petrus. Refugiados congolezes no Rio de Janeiro e dinâmicas de “integração local”: das ações institucionais e políticas públicas aos recursos relacionais das redes sociais. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

TODARO, M. P. A modal of labor migration and urban unemployment in less developed countries. **The American Economic Review**, v. 59, n. 1, p. 138-148, 1959.

TURTON, David. Conceptualising Forced Migration. **Refugee Studies Centre – RSC Working Paper**, Nº 12. University of Oxford, October 2003.

VIVEROS, Mara. La interseccionalidad: perspectivas sociológicas y políticas. Mayorga, C.; Peruchi, J. & Prado, M.(Compiladoras). **Olhares diversos: direitos sexuais, feminismos e lesbianidades** (em curso de publicação), 2012.

ANEXOS

ANEXO I: ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

DADOS PESSOAIS

- 1- Nome: (utilizar nome fictício na pesquisa)
- 2 - Idade:
- 3 - Nacionalidade:
- 4 - Naturalidade:
- 5 - Estado Civil:
- 6 - Status migratório:
- 7 - Possui filhos?
 - Quantidade:
 - Nacionalidade/Naturalidade:
 - Idade:
 - Sexo:
- 8 - Endereço no DF:
- 9 - Telefone para contato:

ESTÁGIO PRÉ-MIGRAÇÃO (SOCIEDADE DE ORIGEM)

- 1 - Família (atentar para a posição, tamanho e estrutura)
 - Deixou família no país de origem?
 - Quem? (pais, irmãos, filhos, marido ou esposa, namorado ou namorada)?
 - Mantém contato? Com qual frequência?
 - Envia alguma remessa de dinheiro?
- 2 - Formação escolar
 - Qual sua formação escolar?
 - Você se identifica com sua formação? Gosta? Escolheria outra? Porque escolheu essa?
- 3 - Formação profissional
 - Você tinha algum emprego no seu país?
 - Qual? Gostava? Se não, o que gostaria de fazer?
 - Já trabalhou em outras áreas?
- 4 - País de origem:
 - Mora em que cidade? A região é urbana ou rural?
 - Poderia comentar o que sabe sobre os fatores políticos, culturais e econômicos do seu país?
- 5 - Questões pessoais?
 - Como você se sentia vivendo em seu país?
 - O que você gostava? - O que você não gostava?

ATO DE MIGRAR (DA SOCIEDADE DE ORIGEM PARA A SOCIEDADE DE DESTINO)

- 1 - Porque você decidiu sair do seu país de origem? Ou - Porque você teve de deixar o seu país?
- 2 – Porque você escolheu o Brasil? Ou - O Brasil foi sua única opção?
- 3 – Porque você escolheu Brasília? Ou - Brasília foi sua única opção?
- 4 – O que você sabia sobre o Brasil e sobre Brasília?
- 5 – Fale sobre a trajetória percorrida desde o momento da saída do país de origem e o momento de chegada à Brasília.
 - Quantas pessoas vieram com você?
 - Qual relação (familiar ou não)?
 - Como veio? (Transporte)
 - Entrada ilegal ou legal?
 - Redes migratórias – conhecia alguém no Brasil, já havia ouvido alguma história de alguém que tinha vindo para o Brasil? Influência de alguma organização (legal – ONG's, ou ilegal – coiotos); Pagaram pra alguém?
- 6 – Quais foram as situações encontradas em relação às leis do país de origem para deixar o país?
- 7 – Quais foram as situações encontradas em relação às leis do país de destino?

ESTÁGIO PÓS-MIGRAÇÃO (SOCIEDADE DE DESTINO: interação e conflito)

- 1 - Como você se sente morando aqui em _____/DF?
 - O que você acha da cidade?
 - Costuma ir ao Plano Piloto? O que acha?
 - O que acha do transporte? Da segurança? Da saúde? Das pessoas?
- 2 - Tem amizades?
 - Onde se conheceram? São de que país?
 - Onde costumam se encontrar?
- 3 - Tem algum emprego? (verificar mudança de status)

- Está desempregada? Porque você acha que ainda não conseguiu emprego? Como tem se sustentado (alimentação, moradia...)
- O seu trabalho se parece com algum que já tenha realizado?
- Você gosta do seu trabalho? Se não qual gostaria de realizar?

4 – Está estudando?

- Onde?
- O que?
- Porque?
- Se não, gostaria de estudar alguma coisa?

5 - Como tem sido sua adaptação?

- Idioma, comunicação, interpretações das situações: Quais são suas dificuldades para se comunicar em português? e Quais são suas facilidades para se comunicar em português? Já presenciou alguma situação que considerou diferente, inusitada, engraçada, triste e que os brasileiros reagiram de uma maneira diferente da que você normalmente reagiria?

- Cultura, comportamentos: O que acha de semelhante no comportamento e na cultura dos brasileiros? Que acha de diferente na cultura dos brasileiros?

- Você acha que ser estrangeiro, ser de outro país, falar outra língua, influencia ou não na sua adaptação?

- Você acha que ser mulher influencia ou não na sua adaptação?

- Você acha que ser negra, influencia ou não na sua adaptação?

- Comente com mais detalhes os problemas e dificuldades (ou facilidades) encontrados no processo de adaptação? (se houver)

6 – Hábitos transformados:

- Poderia citar hábitos que costumava ter no seu país de origem e que não tem mais?

7 – Hábitos mantidos:

- Poderia citar hábitos que costumava ter no seu país de origem que ainda são mantidos?

8 - Quais são seus desejos, vontades, expectativas e sonhos?

- Você se sente feliz aqui?

- Tem vontade de retornar?

- Já visitou o país de origem após a saída?

- O que espera que todo esse processo migratório traga para você, na sua vida?